

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC – SP

Claudio Bartolomeu Lopes

TRABALHO FEMININO EM CONTEXTO ANGOLANO:

Um possível caminho na construção de autonomia.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC – SP

Claudio Bartolomeu Lopes

TRABALHO FEMININO EM CONTEXTO ANGOLANO:

Um possível caminho na construção de autonomia.

Dissertação de Mestrado apresentada à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora:

Mulher é trabalho.¹



Mãe e filha
Foto 1 - Claudio Lopes – Agosto/2009.

¹ Depoimento de Maria Sofia Mendes em Agosto/2009 – Devidamente autorizado pela autora

À todas as mulheres angolanas, em especial as da Província do Bié e do município de Kuito, pois com a convivência cotidiana apreendi de suas histórias um novo olhar de seu amplo universo feminino, que é marcado por lutas, vontade de singrar na vida e conquistar o respeito da sociedade com dignidade. Com elas aprendi que “VALE A PENA SER MULHER E LUTAR POR SUA AUTONOMIA”.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Supremo, que transcende ao entendimento do mais qualificado intelectual, que a cada dia me proporciona um novo sopro de vida.

À Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, mulher, orientadora, professora e mão amiga nos momentos difíceis, que tanto me motivou e incentivou, com suas palavras e todo o seu conhecimento, para a realização desta pesquisa.

Aos Professores do Departamento de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, que no decorrer desta caminhada me proporcionaram conhecimentos para fundamentar a minha pesquisa.

À Professora Carmelita Yazbek, o meu agradecimento especial, por ter me acolhido com todo o seu carinho ao chegar na PUC, e me mostrar os primeiros caminhos a seguir, e a sua importante contribuição em minha Banca de Qualificação.

À Kátia e a Vânia do Departamento de Serviço Social, que não mediram esforços para oferecer todo apoio administrativo necessário.

Às agências de pesquisa CAPES E CNPQ, sem cujo apoio não teria sido possível concluir com esta pesquisa.

Às minhas amigas angolanas, Francisca Santos, Marcelina Amaro, Inge Van Cawenberg, e ao amigo José Maria, pois o vosso apoio em Angola foi fundamental para que eu pudesse concretizar esta pesquisa no terreno.

Às mulheres sujeitos desta pesquisa que muito me ensinaram e me fizeram ver a situação das mulheres em geral, em especial as africanas com um novo olhar, um olhar crítico e de comprometimento com a causa feminina.

À minha mãe (in memoriam), e as minhas irmãs, que mesmo inconscientemente foram a minha primeira fonte de inspiração para me dedicar aos estudos sobre as mulheres.

À Marilene, Luciana, Carol, Mariana e Fernandinho, que cada qual, a seu modo próprio me ajudaram nesta pesquisa.

À todas as amigas e amigos aqui não nominados, que no decorrer deste caminho me prestaram apoio e incentivo, cada qual a seu modo, para que eu pudesse chegar a este importante momento de minha vida.

RESUMO

Título: TRABALHO FEMININO EM CONTEXTO ANGOLANO:

Um possível caminho na construção de autonomia.

Autor: Claudio Bartolomeu Lopes

A presente dissertação busca mostrar como as mulheres de Angola, em especial as da Província do Bié se apropriam do seu trabalho como uma forma de construir caminhos que possam fortalecer a sua luta pela busca de autonomia.

A pesquisa foi realizada na sede municipal de Kuito e contou com a participação de onze mulheres trabalhadoras, sujeitos desta pesquisa que através de suas próprias experiências contribuíram para o entendimento deste complexo mundo das relações de gênero, em um contexto angolano, fortemente marcado pelas influências patriarcais e da cultura africana.

Adotou-se a metodologia de história oral, a partir da qual, através de interativos diálogos com as mulheres, foi possível entender como elas vêm e reagem as situações de opressão, exploração e discriminação da qual são frequentemente vítimas, e que caminhos buscam para ultrapassar esta problemática.

Esta dissertação apresenta, na própria fala das mulheres as alternativas por elas concebidas como possibilidades de construir autonomia, como acesso à educação ao trabalho e a participação política.

PALAVRAS CHAVE: Relações de gênero, opressão/exploração, trabalho, autonomia.

SUMMARY

Title: FEMALE WORK IN ANGOLAN CONTEXT:

A possible way to build autonomy

Author: Claudio Bartolomeu Lopes

The present dissertation tries to show how the Angolan women, especially from the Bié Province, taken possession of their work as a form of to build possible ways that could strengthen their fight to get autonomy.

The research was carried out at the Kuito town and counted with eleven workers women participation, subject of this research that through their own experiences contributed for the understanding of the complex world of the gender relationship, in an African context, strongly marked for patriarchal influences and African culture.

Was adopted the oral history methodology, where through interactive dialogues with the women could understand how they see and react at the oppression, exploration and discrimination situations that them are frequently victims, and how the pathway they take to go beyond of this problematic.

This dissertation shows, on own women speaking the alternatives that they conceive to be the possibilities to build autonomy, as education and work access and political participation.

KEY WORDS: Gender relations, oppression/exploration, work, autonomy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU – African Union

DAPESS – Direção Provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LIMA – Liga da mulher Angolana

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola

NEPAD – Nova Estratégia para o Desenvolvimento de África

SADC – Comissão para o Desenvolvimento da África Austral

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMA – Organização da Mulher Angolana

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM-GB – Oxford Family – Great Britain

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UA – União Africana

UNITA – União Total para a Libertação de Angola

UNO – United Nations Organization

LISTA DE FIGURAS, FOTOS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Mapa do continente africano.....	72
Figura 2 – Mapa de Angola, com destaque a Província de Bié.....	77
Foto 1 – Mãe e Filha	3
Foto 2 – Onjango em uma comunidade.....	12
Foto 3 – Seminários de direitos humanos em Kuito.....	38
Foto 4 – Seminários de direitos humanos em Kuito.....	39
Foto 5 – Disposição do novo mercado informal no Kuito.....	43
Foto 6 – Mulheres a vender em frente ao novo mercado do Kuito.....	43
Foto 7 – Mãe zungueira e sua filha.....	60
Foto 8 – Família recém chegada em campos de deslocados em Kamacupa..	80
Foto 9 – Cemitério dos Mártires no Kuito.....	82
Foto 10 – Estrutura do Governo na cidade do Kuito – 2001.....	91
Foto 11 – Estrutura do Governo na cidade do Kuito – 2009.....	91
Foto 12 – Igreja Católica – 2001.....	92
Foto 13 – Igreja Católica – 2009.....	92
Foto 14 – Edifícios habitacionais – 2001.....	93
Foto 15 – Edifícios habitacionais – 2009.....	93
Foto 16 – Escola Técnica de Saúde – 2001.....	94
Foto 17 – Escola Técnica de Saúde – 2009.....	95
Foto 18 – Aspecto do novo mercado informal no Kuito.....	95
Foto 19 – Largo central do Município do Kuito.....	96
Gráfico 1 – Grupo de Vigilância dos Direitos Humanos.....	37
Gráfico 2 – Habitantes da Província do Bié.....	84

Gráfico 3 – Distribuição da população masculina e feminina – 10/39 anos.....	86
Gráfico 4 – Distribuição da população masculina e feminina – 40/70 anos.....	86
Gráfico 5 – Distribuição demográfica por sexo (a partir de 10 anos).....	127
Gráfico 6 – Distribuição demográfica por sexo (a partir de 15 anos).....	127
Gráfico 7 – Distribuição demográfica por sexo (a partir de 20 anos).....	128
Gráfico 8 – Distribuição de trabalhadores por setores.....	132
Gráfico 9 – Trabalhadores no mercado formal em função do total da população.....	134
Gráfico 10 – Distribuição dos cargos políticos, direção e chefias por sexo.....	152
Quadro 1 – Objetivos e hipótese da pesquisa.....	25
Tabela 1 – Quadro de referência das características dos sujeitos da pesquisa.....	28
Tabela 2 – Constituição da população angolana – raça e etnia.....	67
Tabela 3 – Indicadores sociais – população e IDH.....	68
Tabela 4 – Demografia da Província do Bié.....	83
Tabela 5 – População geral do município do Kuito distribuídos por comunas.	85
Tabela 6 – Rotina diária de homens e mulheres camponeses.....	119
Tabela 7 – Total de trabalhadores por setores.....	132
Tabela 8 – Total de trabalhadores no setor privado.....	133
Tabela 9 – Total de trabalhadores na função pública.....	134
Tabela 10 – Detentores de cargos políticos, direções e chefias na Província de Bié.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I EM BUSCA DE CONHECER.....	16
1.1 Mulheres de Angola, Mulheres de Kuito.....	28
CAPITULO II A HISTÓRIA.....	62
2.1 Angola, um Bocado da sua História.....	62
2.2 BIÉ: Sua História, sua Origem na Voz dos “Mais Velhos”.....	73
2.3 O Município de Kuito.....	83
CAPITULO III MULHER, TRABALHO, AUTONOMIA	
A LUTA COTIDIANA PARA A RUPTURA COM A DESIGUALDADE.....	97
3.1 Uma Breve Conversa Sobre a História da Mulher.....	97
3.2 A Fala das Mulheres sobre as Experiências nas Relações Famíliares.....	106
3.2.1 Violência Física Contra a Mulher, Um Aspecto a Ser Considerado.....	112
3.3 Mulher, Mãe, Trabalhadora, Provedora.....	115
3.4 O Mundo do Trabalho - Mulheres Refazendo a Vida.....	124
3.5 Mulheres Rompendo com as Desigualdades: Reconstruindo a Historia, Construindo Possibilidades De Autonomia.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

“Hoje pelas preocupações que a gente tem, não temos tempo de sentar e partilhar principalmente com as famílias, cada pessoa está toda preocupada em sacrificar-se, para conseguir o sustento da sua família, então no tempo passado nas comunidades havia aqueles encontros que eles chamavam Onjango, onde as famílias sentavam partilhavam com os seus filhos, podia ser mesmo com os seus avós, onde recebiam alguns valores culturais”.²



Onjango em uma comunidade de Angola
Foto 2 - Claudio Lopes - 2002

² Depoimento de Rosalina Fragoso colhido em Agosto/2009, devidamente autorizado pela autora.

INTRODUÇÃO

A dissertação que ora se apresenta é fruto de longa caminhada por mim vivenciada em Angola, no período de junho de 1996 a dezembro de 2008, quando trabalhei na Organização das Nações Unidas (ONU) e em organizações humanitárias internacionais.

Essa vivência possibilitou-me conhecer de perto a sofrida realidade das mulheres angolanas, em especial as do Município de Kuito, na Província do Bié, que são os sujeitos desta pesquisa.

No processo de elaboração, tornou-se fundamental abrir um canal de escuta das histórias das mulheres para conhecer suas lutas e saber como elas buscam construir uma vida nova, baseada em relações mais igualitárias, mesmo que fortemente contornada pelos traços da cultura e da tradição local.

Esta dissertação institui-se como um Onjango, espaço no qual as mulheres partilham as suas experiências de vida, e nós, ouvintes dessas histórias, aprendemos com elas.

O onjango é o centro da comunidade, onde se reúne o povo, para discutir assuntos do interesse geral, e onde se passam os testemunhos de toda uma cultura. Hoje quase desaparecidos, é um símbolo cultural importante a preservar.

Naquilo que é a cultura tradicional do povo Ovimbundu, o Onjango é uma grande herança dos antepassados, pois constitui um dos símbolos que enaltece a sua tradição, mormente os ritos, hábitos e costumes. De fato, o Onjango é por assim dizer, a casa dos ensinamentos e do aprendizado da vida das comunidades. É lá onde se discutem os problemas, onde se conversa amenamente, onde os mais-velhos transmitem a sua experiência aos mais jovens. O Onjango é construído sempre de capim e pau-a-pique, e envolve a colocação de um tronco no centro, uma espécie de forquilha, que suporta todos os paus que fazem a cobertura, estes denominados "ussoka". A área central do Onjango encerra um significado especial, pois enaltece espiritualmente a presença dos antepassados. (Disponível em: www.ritosdeangola.com.br. Acesso em: 21 out. 2009)

É com esse espírito de “mais jovens” que pouco a pouco saboreamos as experiências vividas pelas mulheres, que aqui gostaria de carinhosamente chamar de “mais velhas”, não cronologicamente, mas no sentido de que serão elas a nos contar as suas histórias, e vamos assim aprendendo na conversa amena, como é

possível, pouco a pouco, “paulatinamente”, como elas próprias dizem, a construir um processo de relações igualitárias entre homem e mulher, numa sociedade que foi drasticamente marcada pelos efeitos da guerra e que está num processo acelerado de reconstrução nacional.

É importante ressaltar que esta pesquisa reveste-se de caráter acadêmico e científico, apoiando-se na proximidade de relações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, em função da experiência e vivência profissional com as mulheres que contribuíram.

Dessa forma, devido à proximidade e, ao mesmo tempo respeitando a distância que a cientificidade requer, em alguns momentos, poderá ocorrer a utilização do pronome na primeira pessoa, contudo, daremos ênfase à utilização do pronome na terceira pessoa, não só atendendo ao rigor científico, mas expressando também o sentido de construção coletiva.

No âmbito dos ensinamentos, enfatizamos o máximo possível os depoimentos das 11 mulheres com as quais aprendemos, em diferentes Onjangos, diferentes histórias de uma mesma realidade.

São elas o tronco principal, a forquilha que sustenta os *ussokas*. Seus depoimentos gravados em áudio e posteriormente transcritos contam suas histórias e de tantas outras mulheres que vão fundamentar toda a análise desta dissertação.

A história oral foi muito importante para conhecer a experiência dos sujeitos e facilitar a análise social. Em alguns momentos, também são usados os depoimentos de outras mulheres, colhidos de fontes documentais, que viveram e ainda vivem histórias semelhantes.

Busca-se, na simplicidade deste Onjango, construir um caminho acessível para o alcance do objetivo desta pesquisa, ou seja, conhecer, a partir das mulheres de Kuito, como é possível, com o trabalho, caminhar e encontrar travessias possíveis para a ruptura com as situações de desigualdades. Tal desigualdade é sustentada não somente pelas relações de opressão, mas também e principalmente pelos aspectos culturais locais, que impõem sérios obstáculos a serem superados na construção de sua autonomia.

No decorrer desta dissertação, procura-se dialogar com a matriz de análise marxiana, a qual, apesar de possuir contextualização mais ocidental, traz todo o suporte que permite compreender as categorias trabalho e autonomia; e com as obras científicas de autores africanos, como Cabral (2006), Carvalho (2008), Casimiro (2000), Chiziane (2008) e Roque (2007) que buscam também definir como se estabelecem e dialogam essas categorias no contexto africano, que são indubitavelmente influenciadas pelos aspectos culturais locais.

Assim, já acomodados no Onjango, vivenciaremos o processo de escuta das narrativas de aprendizado e ensinamento que estão elencadas em três momentos principais, sendo estes os capítulos que apresentarão a pesquisa, acrescidos desta introdução e considerações finais.

Nesta Introdução, faz-se uma breve apresentação do caminho percorrido durante a pesquisa até a elaboração do texto final. No Capítulo I, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa, os pressupostos teóricos que a embasaram, e as mulheres de Kuito, sujeitos desta pesquisa, com enfoque em suas próprias falas.

O Capítulo II contém, de forma concisa, a história de Angola, da Província do Bié, e do Município de Kuito, local privilegiado para a realização da pesquisa. As informações foram colhidas por meio da história oral, de mapas, censo demográfico e fotografias do período da guerra e do pós-guerra.

O Capítulo III traz uma abordagem sobre a relação entre mulher, trabalho, autonomia, e como esta se estabelece em suas várias vivências cotidianas de mulher, mãe, provedora e trabalhadora, e no seu envolvimento nas políticas de reconhecimento da importância de lutar por relações igualitárias de gênero em Angola.

As Considerações Finais mostram que esta pesquisa não é uma produção conclusiva, engessada em si própria. Traz uma apreciação de como as mulheres angolanas, em especial as de Kuito, buscam caminhos para superar as situações de opressão/exploração em que vivem, fazendo do trabalho uma forma de conquistar autonomia, ao menos na gestão da vida cotidiana, e ainda aponta caminhos para discussões que possam avançar e propiciar mais produções acerca deste tema.

CAPÍTULO I

EM BUSCA DE CONHECER

Lutar com letras é uma forma de lutar pela autonomia da mulher. (Isabel Afonso, depoimento colhido em agosto de 2009)

Para conhecer com mais profundidade a realidade em que vivem as mulheres angolanas, em especial as de Kuito, na Província de Bié, foi necessário utilizar uma metodologia que privilegiasse a experiência vivenciada pelas mulheres sujeitos desta pesquisa em seu cotidiano.

Assim, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois segundo Martinelli (2005), “a finalidade última da pesquisa qualitativa é conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribui a tal experiência” (p. 119).

Nesta perspectiva, a pesquisa foi focada em um grupo pequeno de sujeitos, composto de 11 mulheres que trabalham em diferentes áreas do mercado formal ou informal, pois *a priori*, independentemente do modelo de relação laboral existente, em geral, as mulheres têm semelhantes a experiência vivida no contexto de guerra, as responsabilidades familiares de manutenção da família, a dor e o sofrimento vividos durante décadas, e os sinais visíveis em diferentes graus e escalas de uma relação de opressão e exploração referendada pela cultura local.

Nos países africanos mais pobres e/ou em conflito armado ou em situação de reconstrução pós-conflito, para além da fome, da pobreza extrema e da desigualdade do gênero, a desagregação do tecido familiar é uma realidade generalizada. Especialmente nestes países, têm de estar também presentes nas agendas dos líderes programas sociais de emergência de apoio à família e, conseqüentemente, de apoio ao desenvolvimento da mulher em todas as áreas, de molde a incutir em todos a consciência de que os problemas existem e devem ser resolvidos, e que do compromisso se deve passar urgentemente à ação. (ROQUE, 2007:121)

A metodologia utilizada na pesquisa é a qualitativa, porém não somente pois há análises documentais e bibliográficas e ainda levantamento de informações a partir de bancos de dados oficiais do governo angolano, que trouxeram uma riqueza inestimável para a compreensão do contexto em que se insere a pesquisa. O

pequeno número de sujeitos entrevistados também proporcionou uma inter-relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa como um movimento dinâmico, um processo de construção conjunta, e assim a possibilidade de se conhecer mais de perto o objeto em estudo com base nas experiências vividas e construídas no cotidiano.

Neste Capítulo I, aborda-se a metodologia adotada e os objetivos a que o pesquisador se propôs. Ainda se traz, a partir das próprias falas das mulheres bienas, uma caracterização delas mesmas enquanto sujeito fundamental desta pesquisa; são as “mais velhas a nos ensinarem”.

No Capítulo II apresenta-se a contextualização de Angola, com foco na Província do Bié, para possibilitar o conhecimento da realidade em que a pesquisa foi realizada.

O Capítulo III traz uma análise da pesquisa enfocando a questão do trabalho feminino, as relações locais em seu papel de mulher, mãe e trabalhadora, abordando assim os aspectos por elas apontados do complexo mundo de relações e a influência na busca de meios para a construção de autonomia. No capítulo, dá-se predominância e ênfase à voz das próprias mulheres.

A partir desse processo de observação e escuta de muitas conversas e trocas de experiências no Onjango, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

Para realizá-la, foram considerados os pressupostos da metodologia da pesquisa qualitativa, especialmente os que se utilizam da fonte oral e partem do “reconhecimento da singularidade do sujeito; reconhecimento da peculiaridade da experiência do sujeito e o reconhecimento da importância de conhecer o modo de vida do sujeito, a sua experiência social cotidiana” (MARTINELLI, 2003; 22 e 23).

Assim, para conhecer e buscar apresentar com fidelidade os resultados da pesquisa, inserir-se no mundo cotidiano dessas mulheres é de vital importância. E, como dizia dona Isabel, “vamos lutar com letras”, e mostrar como é possível, dentro de um contexto tão complexo, ver a possibilidade de construção de autonomia, como um processo de ruptura com as situações que colocam as mulheres em situação de desigualdade e de inferioridade em relação aos homens.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como o seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna, imutável, mas se modifica de modo específico em função de diferentes estruturas econômico-sociais. (HELLER, 2004:18)

Desta forma, vamos adentrando no cotidiano da vida dessas mulheres para conhecer como se processa a temática pesquisada e como os acontecimentos históricos influenciaram de maneira tão grandiosa os simples atos da vida cotidiana. Os fatos históricos vão desde o período da colonização (1465 – 1975), a guerra civil de aproximadamente três décadas (1975 – 2002), os vários processos de paz, e o pós-guerra, com o programa de reconstrução nacional do país (a partir de 2004).

As vivências das mulheres nos variados momentos da história angolana; a luta pela independência do país, a guerra civil, os acordos de paz, o pós-guerra; o próprio período (de 1996 a 2008) em que o pesquisador ali trabalhou e vivenciou, ao lado das populações, situações e contextos históricos diferenciados; e, em especial a vivência direta com os sujeitos da pesquisa; foram tomados como marco referencial histórico no âmbito desta pesquisa.

Nessas pesquisas, ao invés de trabalharmos com grandes temas, com grandes cronologias, o fazemos de forma mais localizada. Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Nesse sentido, priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida. (MARTINELLI, 1999:22)

A pesquisa foi feita na sede do Município de Kuito, na Província de Bié, em Angola, área considerada da maior relevância para o pesquisador, em função de sua vivência com os sujeitos participantes da pesquisa durante os anos de 2000 a 2003, período crucial do conflito armado e posterior acordo de paz.

Momento em que, enquanto trabalhador, vivenciei e aprendi com as mulheres que, por meio do trabalho formal ou informal, elas podem modificar até as situações mais complexas de suas vidas, ter autonomia em relação aos atos cotidianos

considerados simples como, por exemplo, decidir o que comer, o que comprar e o que vestir, aonde ir, com quem falar, ter aspirações de aprender, de ir à escola, de singrar na vida, e participar de atividades comunitárias.

É nesse sentido que nos apropriamos das palavras de Gohn (2005) porque nos aproxima da temática estudada e nos possibilita trilhar um caminho pelo qual

entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem, que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria (p. 33).

Ainda podemos utilizar aqui as palavras de uma de nossas pesquisadas, a senhora Faustina, que afirma com muita sabedoria que

emancipação é a evolução da sua mentalidade, a mulher que não sabia falar, que não sabia escrever, agora tem que lutar para o aumento de seu nível acadêmico para que não esteja submissa aos homens, que sente a importância de lutar para o desenvolvimento das relações de gênero, e possa saber que são importantes para o país, e juntos com os homens ajudar o país na sua reconstrução. (Depoimento colhido em agosto de 2009)

Para apreender mais sobre a realidade enfocada nesta pesquisa, foram utilizados dois procedimentos distintos, mas que no final se complementam e se unificam. O primeiro refere-se ao levantamento, realizado nas estruturas governamentais, sobre o documental histórico/bibliográfico da Província do Bié e da cidade de Kuito referente ao tema pesquisado.

Em função da dificuldade de se encontrar fontes bibliográficas que tratem dessa realidade, a maioria das informações históricas está disponível em *sites* como o Google, a Wikipédia e o Consulado de Angola, as quais, contudo, muitas vezes tendem a ser contraditórias. O acesso aos *sites* das ferramentas de pesquisa Google e Wikipédia possibilitaram a primeira aproximação com as informações que podem proporcionar um caminho para o pesquisador, já que são de diferentes autores e com uma diversidade de entendimento sobre a realidade angolana. Assim, embora sejam fontes de domínio público, tornam-se importantes, no âmbito da pesquisa, pelos dados que contêm.

O segundo procedimento, o de realizar a pesquisa diretamente *in loco* representou um momento de reviver e reavivar memórias, e tornar presentes as relações vivenciadas com os sujeitos, as mulheres. Foi uma possibilidade ímpar de conversar, trocar experiências, lembrar e relembrar, pensar que o momento já não é mais de lutar contra a guerra, lutar para impor decisões em benefícios dos afetados pela guerra, mas sim de lutar com letras, como forma de alcançar a autonomia da mulher.

Para coletar os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, apropriei-me da história oral, enquanto “meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica” (KHOURY, 2004:116). E enquanto “uma ciência e arte do indivíduo (...)” que se refere “a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visando aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma” (PORTELLI, 1997:15).

Trabalhar com as memórias nessa temática do trabalho feminino em contexto angolano é um rico exercício, um “instigante desafio” (MARTINELLI, 1999:7) a ser desenvolvido e cuidado com muito carinho e, ao mesmo tempo, com rigor científico.

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumentos de poder, ao explorarmos modos como a memória e a história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpretar o presente enquanto valores e referência. (KHOURY, 2004:118)

Os depoimentos dos sujeitos foram colhidos em áudio, com o apoio de gravador e transcritos pelo próprio pesquisador. Considerando a complexidade étnico-cultural e sua relação com o tema que se busca conhecer e as diferentes correntes linguísticas existentes, para ter-se melhores condições de análise, optou-se por colher os depoimentos daquelas mulheres que compreendem a língua portuguesa.

Essa escolha não excluiu aquela que, mesmo com dificuldades de expressar-se na língua oficial, que é o português de Portugal, mas dentro da simplicidade de sua forma de se expressar, correspondeu aos objetivos que se pretende alcançar com esta pesquisa, trazendo elementos para a análise de como aspectos de determinada cultura, em determinado momento histórico, pode construir ou até mesmo destruir a vida de uma família.

Utilizar a história oral, mediante o uso do depoimento, como instrumento de compreensão da realidade, histórica, dinâmica, em constante transformação é também outro instigante desafio.

A história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, forma um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido”. (PORTELLI, 1997:16)

Ou, ainda,

Depoimento pessoal que utiliza o gravador, não abarca um domínio muito extenso no tempo; circunscreve-se ao espaço de investigação representado unicamente pelo presente e pelo passado imediato, isto é pelo período que possa ser armazenado na memória dos indivíduos. (QUEIROZ, 1991:74)

No processo de pesquisa, procurou-se fazer desse momento um espaço de escuta, para ouvir das mulheres o que elas tinham a dizer e o que pensam em relação ao seu cotidiano, relacionado com o tema trabalho.

Foi um momento muito interessante, pois viveu-se constantemente uma experiência de relação mais auto-referente, na qual elas, em primeiro lugar, falavam delas próprias, de suas vivências, de sua condição de mulher, de mãe, esposa, trabalhadora, de seu estatuto social na sociedade, para, por fim, alargar a discussão sobre a condição feminina na sociedade angolana.

Mais do que explicitar a situação da mulher em geral, elas sentiam a necessidade de expor a sua própria condição, o que passaram, as batalhas que

travaram, onde conseguiram chegar hoje, e o que pretendem ainda fazer para ter um reconhecimento digno dentro da cultura e da sociedade local.

Conceber o momento da coleta dos depoimentos como espaço de escuta, fez-me analisá-lo sob dois prismas que, ao final, se juntam e se consolidam com as informações que se apresentam no decorrer desta dissertação. O momento da escuta durante a entrevista que em geral foi carregado de emoções, me forçava a estar atento ao norte da pesquisa, envolvendo-me sem deixar me envolver completamente, estar presente e ao mesmo tempo manter a distância científica que requer toda e qualquer pesquisa.

O segundo momento da escuta ocorreu durante a transcrição das entrevistas, ocasião em que, segundo Martinelli³, passou-se do discurso narrado para o discurso escrito. Confesso que emoções eu vivi e continuo a vivenciar, pois são aproximadamente 130 páginas de pura história, de fatos reais que aqui, posso dizer, foram escritas pelas próprias protagonistas, com a sua própria vida e que a mim cabe agora trabalhar, interpretar, reescrever e manter a fidedignidade e a postura ética na circulação da informação, restituindo-a, com uma narrativa escrita, aos próprios sujeitos da pesquisa.

Desta forma, acredita-se estarmos levando adiante o pensamento desafiante de dona Isabel que, em poucas palavras, nos leva a caminhos muito distantes, mas não tão distante que seja descolado da realidade, de construir uma sociedade em que a mulher seja mais valorizada, e que tenha o seu estatuto social reconhecido, pois afinal, “lutar com letras, é lutar pela autonomia da mulher”.

Nesta pesquisa, foi considerada a liberdade dos sujeitos em se dispor a participar das entrevistas, atitude sem a qual não seria possível garantir a fidedignidade e autenticidade das respostas. Assim, cabe ressaltar que foram respeitados todos os pressupostos e princípios éticos, em se tratando de relatos de seres humanos, acordados nacional e internacionalmente, e que todos os depoimentos aqui registrados foram devidamente autorizados para publicação pelos depoentes entrevistados em consentimento livre e esclarecido⁴. Para tanto,

³ Com base na orientação da Prof. Dra. Maria Lucia Martinelli, em 7 de outubro de 2009, na PUC-SP.

⁴ Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 196, de 10 de outubro de 1996, e 251, de 7 de agosto de 1997.

utilizamos um termo que foi assinado pelas mulheres sujeitos da pesquisa, conforme demonstramos a seguir.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ... portadora do bilhete de identidade nº..., declaro que cedo os direitos de meu depoimento do dia .../.../..., para o assistente social Claudio Bartolomeu Lopes, mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil, para usá-lo integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, com finalidade científica.

Autorizo o uso de terceiros, que podem ouvi-lo e usar o texto final que está sob a guarda do assistente social Claudio Bartolomeu Lopes.

Assim sendo, assino o presente Termo.

Kuito, aos .../.../...

ASSINATURA

A pesquisa com fontes orais reveste-se de significação muito especial, pois se lida com seres humanos, com suas histórias cotidianas, com suas vivências passadas e presentes, com suas próprias falas que orientam e apoiam o desvelar de uma realidade que se busca conhecer, aprender, e construir juntos um entendimento sobre o tema a que nos propusemos estudar sem, contudo, exauri-lo completamente.

A amplitude do tema e a metodologia utilizada com fontes orais, não permite exauri-lo, como mostram estudiosos da História Oral. De fato, esta não era a minha intenção ao optar, entre diversas possibilidades, pelo estudo com memórias e narrativas de mulheres. O que me interessava era a recuperação de um período histórico, tendo por base as recordações das narradoras, articulando suas vivências com o estudo da literatura sobre esse momento. Entretanto, é importante destacar a fidelidade e o respeito que mantive aos depoimentos, utilizando as narrativas dentro dos objetivos do estudo, sem transcender limites contidos na confiança que os sujeitos da pesquisa depositaram em mim, ao relatar suas histórias para um objetivo que desde o início foi determinado. (COELHO, 2001:19)

Assim, no âmbito desta pesquisa qualitativa, um esforço tem sido feito para ter como norte as palavras de Martinelli (1999):

é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscamos conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa (p.25).

Com essa idéia em mente e um longo caminho a ser percorrido, pode-se ver os objetivos que busco cumprir com esta pesquisa. *A priori*, não parecem ser amplos, mas ao debruçarmos sobre os depoimentos dos sujeitos, as mulheres simples, mas com histórias de vida que precisam de muitos livros para serem escritas, um cuidado especial, um carinho a mais terá que ser considerado, pois, como afirma Martins (2000) “são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível”. (p. 11-12).

A definição dos objetivos desta pesquisa se deu após reflexões profundas sobre o que já se conhecia da realidade local, das vivências cotidianas no contexto em que se inserem as mulheres de Kuito, com o seu modo próprio de ser, de viver, com suas histórias construídas ao som de disparos de armas, bombardeios, risos, choros e lamentos, mas sem nunca se entregar ou esmorecer.

O processo se fez principalmente com o suporte de referenciais bibliográficos de matriz marxiana e também de autores africanos que buscam compreender a relação trabalho-autonomia no contexto das relações igualitárias de gênero.

Ainda, foi necessário aprofundar estudos sobre a história angolana e as implicações culturais africanas, em especial a Bantu, dos acordos regionais africanos, e internacionais para se tecer os objetivos a serem cumpridos por esta pesquisa, bem como elaborar uma hipótese para nos nortearmos no decorrer desta pesquisa, comprovando-a ou refutando-a.

Ao refletir sobre a temática a ser pesquisada, necessário se fez estabelecer objetivos claros para que fosse realmente possível conhecer a realidade a que nos propusemos pesquisar e, nesse sentido, foi imperioso ouvir da voz das próprias mulheres o que elas pensam sobre o trabalho feminino e como esse trabalho pode contribuir ou não para a construção de novos caminhos que lhes proporcionem autonomia, mesmo que esta esteja restrita, ainda, à organização e gestão da vida cotidiana.

No Quadro 1 pode-se visualizar a hipótese e os objetivos a serem alcançados com esta pesquisa.

Quadro 1 – Objetivos e hipótese da pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Hipótese
<p>Analisar o entendimento das mulheres do Município de Kuito sobre o trabalho feminino e como essa condição de trabalhadora possibilita, ou não, o estabelecimento de ações capazes de propiciar novas práticas possibilitadoras de autonomia.</p>	<p>Examinar o entendimento das mulheres quanto ao trabalho feminino, quais os aspectos positivos e negativos da atividade, e como isso interfere em suas relações sociais familiares, comunitárias e na sociedade.</p> <p>Compreender o entendimento das mulheres quanto à necessidade ou não de participar das atividades associativas, e como isso pode contribuir para a construção de sua autonomia.</p> <p>Perceber o entendimento das mulheres em relação à possibilidade de construir relações igualitárias, e o efeito desse processo em suas vidas.</p>	<p>A condição de trabalhadora das mulheres do Município de Kuito, em Angola, poderá ser o ponto de ruptura, ou de superação, da condição de subalternidade, propiciando espaços possíveis na construção de autonomia.</p>

A hipótese apresentada para a pesquisa é fruto da primeira visão que o pesquisador possui das situações de desigualdade que vem aos olhos do mais iletrado ser humano, mas que possui vivências históricas de situações de opressão e exploração. Essa situação, por vezes, pode nos induzir a entender que as mulheres trabalhadoras de Kuito vivem em constante situação de subalternidade, porém, no decorrer da pesquisa, raramente elas abordam essa categoria, apontando sempre para questões como a exploração/opressão e a desigualdade nas relações de gênero, o que podemos verificar e analisar no decorrer desta dissertação.

A categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana que nos vem por meio dessa noção prefigura a diversidade de situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política, (...). Por isso obriga-nos mesmo a fazer indagações sobre a reprodução ampliada da subalternidade, sobre a multiplicação diferenciada dos grupos subalternos. Obriga-nos a ter em conta as esperanças e lutas dos diferentes grupos e classes subalternos levam e diferentes resultados históricos, porque desatam contradições internas que não são apenas contradições principais do desenvolvimento do capital, a oposição burguesia-proletariado. Nesta perspectiva, a subalternidade ganha dimensões mais amplas. Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política. (YAZBEK, 1993:68)

Tendo como norte referenciador as palavras de Yazbek, no decorrer desta pesquisa, toma-se como base para as nossas reflexões, enquanto par dialético, o binômio igualdade/desigualdade, presente de forma substancial nas falas das mulheres sujeitos desta pesquisa

Para obter as informações durante os depoimentos das mulheres, foram construídos alguns instigadores utilizados durante as conversas sobre o cotidiano doméstico, do trabalho e do ambiente comunitário, como forma de conduzir a entrevista para os objetivos a que se propôs a pesquisa, sem contudo, limitar a liberdade dos sujeitos de se expressarem sobre outros assuntos ligados ao objeto de estudo.

a) Cotidiano doméstico

Instigadores:

- Relações familiares – com o marido, os filhos e outros agregados, se estiverem vivendo juntos;
- Papel da mulher na família – mãe, esposa, trabalhadora e provedora; Acesso a saúde e educação
- Como ela percebe a possibilidade de ruptura em relação à subalternidade (se entender que isso existe)

b) Cotidiano do trabalho

Instigadores:

- A condição de mulher trabalhadora;
- Trabalho feminino – aspectos positivos e negativos;
- Idéia que possui em relação ao trabalho – se possibilita ou não buscar autonomia;
- Experiências que possam mostrar a busca de autonomia.

c) Cotidiano comunitário

Instigadores:

- Relações familiares, sociais e comunitárias – modo de vida cotidiano (lazer, igreja, festas, óbitos, casamentos, participação nos grupos políticos);
- Participação em atividades associativas como possibilidade de construção da autonomia.

No decorrer da leitura, vamo-nos assentando em nosso Onjango e aos poucos colocando-nos dentro do cenário da pesquisa, ouvindo o que essas mulheres, heroínas de uma terra marcada pelos efeitos da guerra e da cultura, têm para compartilhar conosco.

1.1 Mulheres de Angola, Mulheres de Kuito

A mulher angolana, digo que a mulher angolana é bonita, (...), ela tem um traço assim bonito, normal, é alegre, é culta também, (...), a mulher angolana é acolhedora, é conselheira, a mulher angolana é educadora, enfim, ela é assim, gosta muito de se divertir, gosta de passear, de viajar, ya é isto tudo, em caso de óbito ela apóia, (...), é unida, a mulher angolana. (Deolinda, depoimento colhido em agosto de 2009)

Tabela 1 – Quadro de referência das características dos sujeitos da pesquisa

Nome	Idade	Filhos	Formação	Profissão	Estado Civil	Local de Trabalho
Francisca Santos	51	5	Ensino Médio de Saúde	Técnica média de Saúde	Separada	Oxfam – GB
Deolinda Eurico	45	5	Ensino Médio de Saúde (incompleto)	Técnica básica de Saúde	Viúva	Educação (1º Nível)
Maria Clara Tavares	37	3	Técnica Média de Saúde	Mobilizadora comunitária	Vive sozinha	Concern
Rosalina Fragoso	42	6	Técnica Superior de Psicologia	Professora	Casada	Diretora da ONG Amar
Ana Bela Longue	33	3	8ª Classe	Comerciante informal	Viúva	Mercado do Chissindo
Maria Sofia Fontes	29	2	8ª Classe	Atendente de salão	Solteira, vive maritalmente	Bar da N'Gueve
Mulher de pouca sorte*	30	4	7ª Classe	Candongueira do mercado	Separada	Mercado Sede
Isabel Afonso	59	7	Secundário na área social	Diretora provincial	Viúva	Minars – Assistência Social
Gertrudes	46	4	Bacharel em Ciências Sociais	Diretora provincial	Separada	Dapess
Faustina Naievele	62	Não coletado	Ensino Médio	Professora	Viúva	Educação – OMA
Judite	57	Não coletado	Ensino Médio	Professora de 10ª classe	Solteira, vive maritalmente	Lima

*Pseudônimo encontrado em sua própria fala e usado para proteger a identidade da entrevistada, devido ao fato de ela ter sido expulsa de casa por utilizar-se de um recurso cultural para constituir sua família

Como se observa na Tabela 1, são quatro os setores distintos para localizar os sujeitos da pesquisa, a saber: 1. Organizações humanitárias internacionais, 2. Mercado informal, 3. Estruturas do governo provincial, o maior empregador no momento, e 4. Organizações de defesa dos direitos da mulher, das quais uma representante da sociedade civil e duas ligadas a partidos políticos.

Ao olhar a faixa etária das mulheres, verifica-se que a maioria delas nasceu antes da independência de Angola, o que não foi um critério de escolha para participarem desta pesquisa, contudo, importante se faz uma reflexão comparando a faixa etária com o grau de instrução.

Aquelas mulheres que nasceram antes de 1975 estão absorvidas pelo mercado de trabalho formal por meio das organizações humanitárias internacionais e pelo governo, tendo, conseqüentemente, um grau de educação mais elevado em relação às outras, pois atingiram o nível médio e o universitário.

Assim, verifica-se que as três mulheres, Ana Bela, Maria Sofia e Mulher de Pouca Sorte, que nasceram no auge da guerra civil (1975 – 2002), possuem nível de escolaridade abaixo da média das outras mulheres pesquisadas e, conseqüentemente, encontram mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal. Pode-se concluir que a guerra civil contribuiu significativamente para o impedimento do acesso das mulheres à educação, o que as coloca numa situação de inferioridade não só em relação aos homens, mas também em relação às outras mulheres nascidas antes do conflito armado. Assunto este ao qual caberia um estudo mais aprofundado em outro momento.

A primeira aproximação com as mulheres sujeitos desta pesquisa deu-se em um momento muito conturbado da história angolana. Foi nos meados de 2000, quando fui trabalhar como coordenador das ajudas humanitárias e ao mesmo tempo como coordenador de Segurança de Área, para as Nações Unidas.

A rica vivência desse período foi truncada, em fevereiro de 2003, quando fui transferido para as regiões norte e leste de Angola, para desenvolver as mesmas atividades com um caráter mais abrangente; em vez de coordenador provincial, para regional, fazendo ampliar a minha visão sobre a realidade angolana, suas diferentes tribos, hábitos, costumes, crenças e todo seu modo próprio de vida.

O trabalho na Província de Bié proporcionou-me minhas mais incríveis e ricas vivências, fez-me pensar e repensar, ver e rever os conceitos, as leituras que fizera da realidade, pois anteriormente já havia trabalhado com o Programa de Reintegração dos Ex-Militares e suas famílias na sociedade civil, na Província de Huambo, que faz fronteira com a do Bié, durante os anos de 1996 a 2000.

Considero minha experiência a mais rica, porque ali não fui apenas um trabalhador social, mas aprendiz de uma nova cultura, de novas relações sociais e de poder, aprendiz de como sobreviver num cenário de guerra, com sofrimento, lágrimas, mortes, perdas e, ao mesmo tempo, compreender como podia ainda haver nos semblantes marcados pela dor, sofrimento, miséria, um lindo sorriso, principalmente nas faces inocentes e maduras das crianças e um raio de esperança nas mulheres que lutavam unidas para manter as famílias protegidas dos perigos.

Esse contexto se pautava pela luta por sobrevivência, a busca de lugares seguros para se refugiarem das situações oriundas de uma guerra intensa e sem limites. O objetivo principal de todos, mulheres, crianças, idosos, homens, famílias inteiras ou em partes, e trabalhadores humanitários, era salvar vidas e reunir o máximo possível daqueles que, nas corridas e caminhadas por causa da guerra, ficavam dispersos.

Atualmente mais de um bilhão de pessoas no mundo, a grande maioria que é mulher, vive em uma inaceitável condição de pobreza, maioria em países em desenvolvimento. Pobreza tem várias causas, incluindo estruturais. Pobreza é um complexo multidimensional de problemas, com origem em ambos, nacional e internacional domínio. (...) Pobreza tem várias manifestações, incluindo falta de rendimentos e recursos produtivos suficiente para assegurar uma subsistência sustentável, fome e má-nutrição, doenças, limitado ou ausência de acesso a educação e outros serviços básicos. (UNO, 1979:item 47)

De acordo com a Declaração das Nações Unidas para o Milênio, em seu Capítulo I, Valores e Princípios, parágrafo 6, a nenhuma pessoa ou nação pode ser negada a oportunidade de se beneficiar do desenvolvimento: “Os direitos e oportunidades iguais para mulheres e homens devem ser assegurados”.

Ainda em seu Capítulo III, Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza, parágrafo 20, verifica-se que os Estados-Membros da ONU, da qual Angola faz parte, assumiram o compromisso de efetivar ações para promover processos

emancipatórios que propiciem a igualdade nas relações de gênero: “Promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como um efetivo caminho no combate a pobreza, fome e doenças, para estimular o desenvolvimento que é o caminho realmente sustentável”.

Nesse sentido, a experiência que já trazia da província anterior me fazia refletir e ter muitas indagações sobre o papel das mulheres na sociedade angolana, como era concebido pelos homens e pelas próprias mulheres, pois, em meu entendimento, sobre elas recaía a maior parte das responsabilidades sobre a manutenção da família, o trabalho nos campos agrícolas, nos mercados informais, nos setores da administração pública enquanto subordinadas, e apesar de muitas vezes estarem à frente como cabeça da família, raramente se via uma mulher com real posição de chefia e de mando decisório.

A nível familiar, a responsabilidade da mulher tem crescido. Estudos realizados mostram que mudanças drásticas estão a tomar lugar ao nível da estrutura familiar e nas relações de casamento, i.e., a ausência do homem, aumento do número de famílias em que as mulheres estão à cabeça da família, estas são forçadas a desempenharem responsabilidades e funções adicionais para apoiarem as suas famílias. Contudo, a discriminação torna a vida destas mulheres ainda mais difícil. (CABRAL, 2006:41)

Era visível que as mulheres viviam numa situação de submissão e opressão, seja em relação aos homens com quem eram casadas ou co-habitavam, ou mesmo enquanto segunda ou terceira mulher, ou ainda ao controle invisível que a cultura local impunha e que se concretizava em atos de repúdio e forte discriminação, quando estas não se comportavam de acordo com as normas e estatutos culturais e sociais estabelecidos local e regionalmente.

Certo cuidado deve ser considerado, pois, em primeira análise, tem-se a impressão de que as mulheres são simplesmente um objeto de dominação e exploração, sem direito a voz e sem decisões próprias que possam romper com a situação em que vivem, uma forma cristalizada no tempo e na história, baseada principalmente em um sistema de relações sustentado pelo patriarcado.

Contudo, é importante aqui lembrar as palavras de Saffioti (2004) que descortina essa falsa idéia:

O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a eles as mulheres não opunham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes (p. 130).

Ao adentrar em diferentes caminhos da vida cotidiana em Angola tornou-se possível apreender que existia uma luta, quase que invisível, presente na vida das mulheres, para ganharem mais notoriedade em relação aos seus direitos, mais participação na sociedade e nos processos decisórios, seja no âmbito familiar como nos âmbitos social, político e do trabalho

Esta luta convive ainda hoje com as situações generalizadas de exploração e opressão. Nesse sentido, alguns conceitos defendidos por Toledo (2008) ajudarão a compreender as questões abordadas pelas próprias mulheres enquanto sujeitos da pesquisa, e o pesquisador, pois

na questão da mulher, é preciso distinguir opressão de exploração. A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagens em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. (p. 15)

E continua:

A existência de setores oprimidos e marginalizados não é fruto do acaso. É o resultado de um sistema que se assenta na desigualdade e na divisão; numa sociedade dividida em classes e num sistema econômico assentado sobre a exploração, a pilhagem e a submissão de milhões e milhões de seres humanos. (...) A opressão serve a um interesse determinado. As características físicas com as quais a mulher nasceu – portanto, totalmente alheias à sua vontade – são fatores de inferiorização, mantendo a mulher subjugada e, dessa forma, mais disponível a exploração (p. 15).

Por fim, Toledo (2008) explica:

A exploração é o fato histórico determinante, decisivo, ao qual se subordina o destino de diversos oprimidos, entre eles, as mulheres, que estão longe de se constituir uma “minoridade” na sociedade, mas já constituem mais da metade da humanidade. (...) A opressão é uma categoria diferente da exploração. A primeira é cultural e social; gera uma situação de discriminação, atinge mulheres de diversas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes (p. 17).

A partir dessas reflexões, pode-se pensar como é possível conceber uma cultura em que, numa relação de gênero, representantes de um sexo sobrepõem-se ao outro, exercem uma relação de dominação, subjugando o outro como se fosse ser inanimado, sem vontade própria, sem desejos e aspirações, sem ideias e valores, sem a crença de que poderiam compartilhar o mesmo ambiente com relações mais igualitárias e justas. É a consolidação de um regime patriarcal, dominado e defendido pelos homens como se fosse o último refúgio seguro para manter o seu poderio em relação às mulheres.

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é entendida aqui como opressão. (SAFFIOTI, 2004:105)

Ao ser confrontado com essa complexa realidade, e tendo como objetivo de trabalho, a partir de 1996 até 2000, realizar a reintegração social, profissional e econômica de ex-militares e suas famílias em suas áreas de origem e na sociedade civil, e não sendo este um espaço privilegiado para trabalhar questões específicas relacionadas às mulheres e ao seu empoderamento⁵, no silêncio da minha alma, uma inquietude me abrasava porque não havia espaço e nem condições políticas para dar sustentabilidade a ações relevantes que fossem manifestadas naquele momento, na busca de relações de gênero mais equilibradas.

Vivia-se um período de paz relativa, de um acordo, acordado mas não concordado, entre líderes das duas partes em conflito. Era uma paz frágil, um momento de muitas turbulências, no qual tratar de relações igualitárias de gênero poderia complicar ainda mais o processo de paz. O mais importante era garantir a paz, ou seja, manter distante a possibilidade de se retornar as armas, o que infelizmente não foi possível.

A guerra veio, retornou, e com mais força, em dezembro de 1998, passando de estratégias de guerrilha, para uma guerra convencional, com a utilização de modernas e potentes armas e armamentos pesados importados especialmente de países europeus, produzindo milhões de deslocados internos, refugiados nos países

⁵ Termo muito usado em Angola, por conta das Metas do Milênio das Nações Unidas, e do trabalho das organizações humanitárias internacionais, em especial suecas, americanas e suíças.

vizinhos, mortes, aumento das doenças, em especial a malária, doenças diarréicas, cólera, marlburg⁶ e sarampo.

Foi nesse cenário que cheguei ao Município de Kuito no início do ano 2000, num antigo avião russo chamado Antonove, fretado pelas Nações Unidas, que transportava ao mesmo tempo passageiros humanitários e cargas, como medicamentos, alimentos e vacinas para apoiar as famílias que estavam concentradas em diferentes campos de deslocados.

Em 2000, nasce uma nova pessoa, um novo homem, mais que isso, um novo ser, que tinha pela frente a responsabilidade de coordenar as ajudas humanitárias numa das províncias mais afetadas pela guerra, onde havia aproximadamente vinte organizações humanitárias internacionais, outras tantas nacionais, o governo local e as forças armadas.

Se, por um lado, havia o papel de coordenação das ajudas humanitárias, por outro, aproximadamente um milhão de pessoas internamente deslocadas, sendo a maioria mulheres, crianças e idosos, já que a maioria dos homens estava ocupada com a arte de fazer a guerra,

Aos poucos fui adentrando nessa teia de relações e aprendendo como se estabeleciam as relações de poder, a dinâmica diplomática, a conquista de espaços, a possibilidade de fazer, mesmo num cenário de guerra, algo novo, com a colaboração dos próprios usuários dos serviços, encarregado de fazer mediações e reavivar as noções de proteção das famílias atingidas pela guerra e de direitos humanos.

Nesse sentido, a inquietude das minhas primeiras indagações continuava comigo, os problemas enfrentados pelas mulheres agora parece que se agravavam, mas, o inadiável, era salvar vidas, apoiar em tudo o que fosse preciso, com alimentos, medicamentos, abrigo, água, saneamento, saúde, nutrição.

Tudo parecia ser mais importante do que discutir os direitos de relações igualitárias entre homens e mulheres, dos direitos das mulheres serem respeitadas na sua mais primordial característica, o de ser mulher e ter a sua vida protegida e assegurada com dignidade plena, sem abusos e sem maus-tratos, pois assim

⁶ Um vírus (que se assemelha ao Ébola) que possui origem no macaco verde, altamente contagioso, considerando que o macaco faz parte da dieta alimentar da região norte de Angola.

demandavam o momento e a cultura local e eu me calava, pois era uma situação de emergência, e políticas de proteção se discute mais em tempos de desenvolvimento do que de emergências complexas.

Assim, aprendi que quando não se dá ouvidos aos problemas que emergem à sua frente, mais cedo ou mais tarde eles criarão um mecanismo para acordá-lo, abrir os seus olhos, mostrar-se e dizer que mais importante do que comida, medicamentos, água, saneamento, está a dignidade da pessoa humana, sem ela não há necessidade de nada disso, não há possibilidade de vida.

Foi isso que as mulheres dos campos de deslocados de Kuito me provaram claramente quando diziam que, ao distribuímos alimentos, medicamentos, e bens não alimentares, como panelas, mantas, lonas para a cobertura dos abrigos, os campos eram assaltados, geralmente por militares, que além de roubar-lhes o que tinham recebido, também lhes roubavam a dignidade humana, que é o maior bem e valor que tinham, e as abusavam e violavam sexualmente.

Quando iam para as áreas rurais, distantes das zonas de segurança, atrás do capim para construírem as cubatas⁷, trabalhar nos campos agrícolas para plantar e ter mais possibilidades de sobrevivência com o plantio de legumes e hortaliças, eram comumente atacadas, assaltadas e violentadas física, sexual e moralmente.

Quando há pobreza a violência também agudiza, quando a mulher for procurar o de comer, pode encontrar com um gatuno e é violentada, e lhes recebem aquilo que ela devia levar para os filhos, é isso, mesmo o marido quando em casa não tem comida, arranja subterfúgios e pode aplicar a violência na mulher. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

As mulheres trabalhavam continuamente em todos os sentidos para se colocar em pé, para cuidar da família e dos agregados, e mesmo em meio à guerra, passaram a agir organizadamente, também para fazer prevalecer os seus direitos de mulheres, de seres humanos dignos de respeito, com direito a voz, com sentimentos; estavam fartas de ser humilhadas, abusadas.

Todo esse contexto me fez compreender que a violência contra as mulheres não pode ser vista apenas dentro do

⁷ Casas construídas de pau-a-pique e capim, semelhante às ocas construídas pelos índios brasileiros

entendimento popular da violência que apóia-se num conceito, que durante muito tempo, e ainda hoje, é aceito como verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. (SAFFIOTI, 2004:19)

A violência contra as mulheres é muito mais do que uma simples agressão, é uma violação de direitos humanos.

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social.

Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher. (DECLARAÇÃO DA ONU SOBRE A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 1993, artigo 18)

Foi assim que nos organizamos, mulheres, representações do estado angolano, das forças armadas e da polícia nacional, e comunidade humanitária internacional, constituindo assim um grupo, que elas preferiram chamar de Grupo de Vigilância dos Direitos Humanos, tendo como membros mais importantes as próprias mulheres das comunidades, que traziam os problemas de violação de direitos humanos, imediatamente encaminhados para a solução.

Nesse sentido, também foi muito importante a participação da Direção Provincial da Família e Promoção da Mulher, que sem medidas se esforçava em defesa das mulheres; da Assistência e Reinserção Social; da Justiça; das Forças Armadas; e da Polícia Nacional, enquanto conquista de espaço político e de decisão no sentido de comprometimento com respeito à condição humana e de direitos das mulheres.

Esse comprometimento levou-nos, todos, a participar de treinamentos sobre os direitos humanos e os direitos das mulheres e a aceitar fazer parte dessa ação de proteção dos direitos humanos, em especial das mulheres, sendo traduzidos as falas e os documentos, para as mais velhas e os mais velhos, na língua local, o Umbundo.

Assim, o grupo de trabalho ficou constituído da seguinte forma:

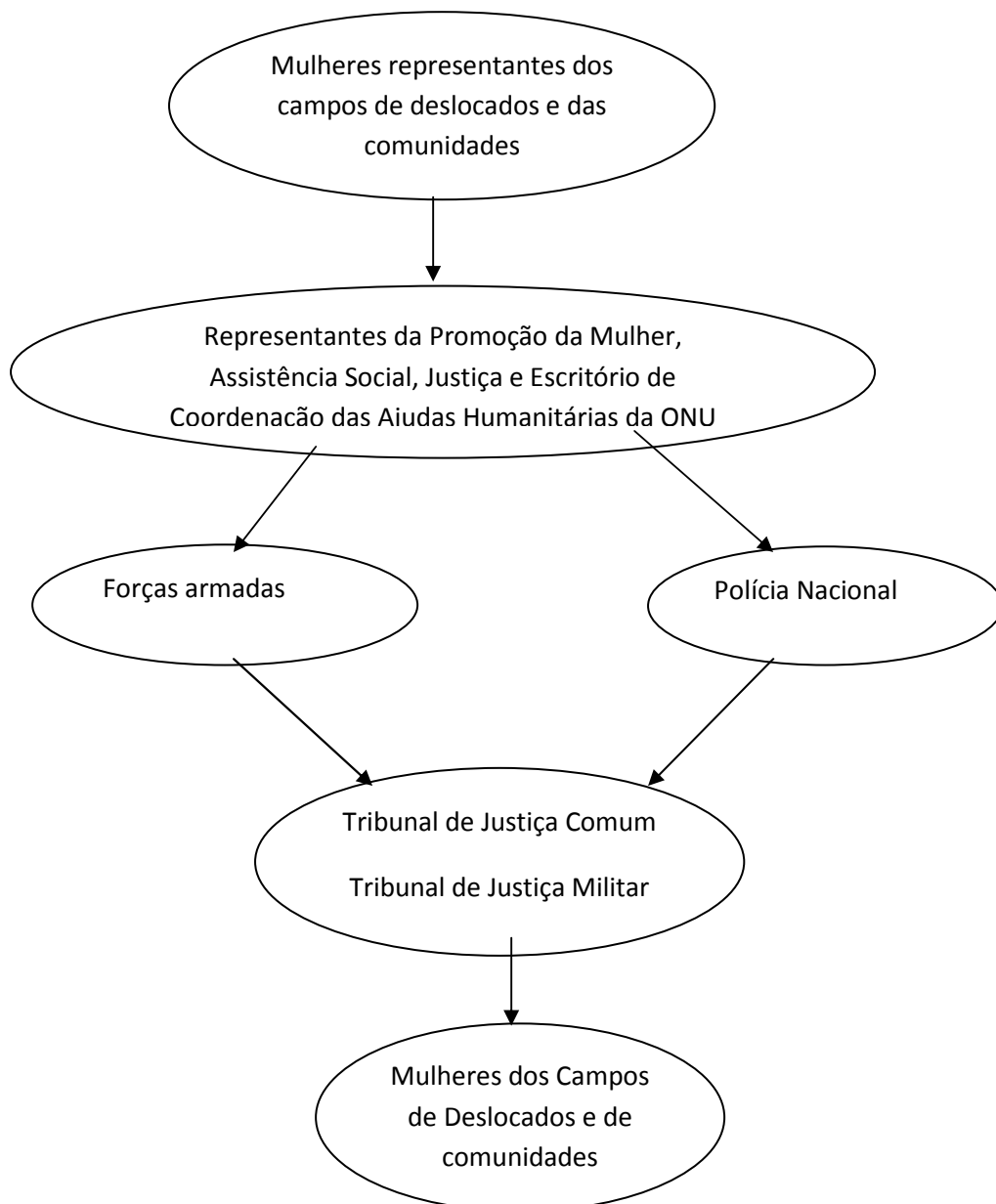


Gráfico 1 – Grupo de vigilância dos direitos humanos

Ao se olhar para o Gráfico 1 pode-se pensar que configura mais um esquema burocratizante e engessado, criado em pleno cenário de guerra, e que poderia não surtir o efeito esperado. Pelo contrário, foi tão somente uma forma simples de formar um sistema funcional e que pudesse dar respostas imediatas aos problemas de violação de direitos humanos enfrentados pelas mulheres.

As mulheres sabiam exatamente onde depositar as suas queixas e também qual o procedimento que seria tomado para a solução dos problemas, pois naquele momento histórico todos os sujeitos estavam sensibilizados para criar mecanismos que prevenissem os abusos contra as mulheres.

Elas tinham o mais importante, para aquele momento: a confiança de que, ao depositarem os seus problemas no grupo, os mesmos teriam encaminhamento e elas receberiam o retorno das soluções. O encaminhamento em tempo para as instâncias militares resultaram em ações que coibiram a continuidade dos abusos sucessivos e foi tido como um exemplo, pelas Nações Unidas, de como é possível encontrar mecanismos simples, mas eficientes, para o efetivo enfrentamento dos problemas locais, mesmo em tempos de guerra e de emergência complexa.





Fotos. Claudio Lopes, 2001

Fotos 3 e 4 - Seminários de direitos humanos em Kuito

Este foi, e é, um exemplo de como as mulheres cotidianamente lutam para se ver livres de toda a forma de opressão, e foi assim, no dia a dia, ao lado dessas mulheres lutadoras, que fui me aproximando e conhecendo pouco a pouco a realidade em que elas viviam, a cada momento, a cada encontro, a cada visita nos campos de deslocados. A cada reunião com os parceiros e parceiras de diferentes classes e estratos sociais e políticos, uma nova cortina se abria, novos problemas surgiam e também novas propostas de soluções eram apresentadas.

Desta forma, também se foi dando a aproximação com a temática desta pesquisa: o trabalho feminino em contexto angolano: um possível caminho na construção de autonomia, pois essas mulheres sejam elas das organizações humanitárias, das estruturas do governo provincial, do grupo das afetadas diretamente pela guerra, tinham algo em comum, que é o trabalho. Um trabalho constante e desgastante, com um mínimo ou quase nada de reconhecimento.

Para Marx, “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador” (Livro 1, p. 201).

Eram as mulheres das organizações humanitárias que trabalhavam ao lado de homens para apoiar as demais famílias que chegavam fugindo dos confrontos; eram as mulheres das direções provinciais⁸ que tomavam a frente para dar soluções efetivas dentro de suas possibilidades, e até mesmo enfrentar os homens do poder

⁸ Equivale às Secretarias de Estado no Brasil.

governamental e militar para dar melhor condição de vida às famílias, seja nos campos de deslocados ou nas comunidades urbanas e suburbanas; eram as mulheres fugidas da guerra e submetidas a todo tipo de violência.

Essas mulheres, que trabalhavam e continuam a trabalhar arduamente sem ter uma mão masculina que lhes fosse estendida ou homens verdadeiramente parceiros de uma mesma causa. Homens, estes, que não possuem a compreensão de que o trabalho que elas faziam e fazem ainda hoje não é algo relegado às mulheres como mais uma de suas obrigações, como uma divisão sexual do trabalho, e que continuam a vê-las como obreiras que constroem e reconstroem, sem, contudo, ter a possibilidade de usufruir integralmente do que elas próprias produzem e constroem.

A mulher e o homem têm o mesmo ponto de partida, vivem os mesmos problemas, tanto sociais, políticos, econômicos e desejam a mesma vida, e têm de ter os mesmos direitos e deveres, pois, que todos fazem parte da mesma sociedade. Logo, a mulher terá que perder o complexo de inferioridade induzido pelo homem no tempo em que a esposa era apenas um instrumento de procriação e de escrava, um animal sem voz e nem ideias. A luta desencadeada pela mulher até hoje, está a conseguir patamar de relevo para a projeção significativa na sociedade. (Judite, depoimento colhido em agosto de 2009)

Aqui pretendo apenas começar a enunciar que, ao olhar para essas mulheres, não é possível enxergá-las tão somente por meio das necessidades básicas de sobrevivência, mas ter em conta que elas são sujeitos individuais e também sujeitos coletivos e políticos, pois, mesmo durante a guerra, ainda houve aquelas que, por meio de seu trabalho em diferentes áreas e setores, despontaram para defender também os direitos das outras mulheres, da vida digna, da conquista de espaços, do direito de ter direito, de ir aos seus campos agrícolas, ao trabalho, sem serem abusadas e/ou violentadas, de terem a sua dignidade humana preservada e respeitada.

É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. (...) No trabalho, o momento distintivo, essencialmente separatório, é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica. 'O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que

jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios'. O que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, à dimensão teleológica. "Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas. (ANTUNES, 2008:142-143)

Nessa perspectiva e no âmbito desta pesquisa, encontramos duas categorias de mulheres trabalhadoras, aquelas que estão inseridas no trabalho formal em função de seu vínculo por meio da compra e venda da força de trabalho, especialmente nas estruturas governamentais, e a segunda, composta pela maioria das mulheres, as quais, apesar de atuar na informalidade, se utilizam de sua força de trabalho em função da atividade que desenvolvem com um fim específico, o de sustentar a si e a sua família e contribuir com o desenvolvimento local.

Podemos aqui dizer que Angola vive em meio a uma grande crise de desemprego estrutural que não foi fruto tão somente das diferentes crises e metamorfoses sofridas no âmbito do mundo do trabalho, mas teve também uma grande ou maior contribuição, em sentido negativo, das quase três décadas de guerra civil, o que faz do Estado o maior empregador de mão de obra.

Os vinte e nove anos da República de Angola, prenes de contínuas e intermitentes guerras com intervenções estrangeiras a mistura, testemunharam a dolorosa transformação de Angola num dos países com os piores índices de desenvolvimento humano, apesar de todo o seu enorme potencial em recursos diversos. Nesta região do país, ou seja, a área de abrangência desta pesquisa foi particularmente afetada, na medida em que viu seu parque industrial e agrícola destruídos e/ou paralisados deixando uma quantidade significativa de pessoas desempregadas; viu as suas infraestruturas de base (rede de esgoto, rede elétrica, etc.) danificadas na sequência de uma grande pressão demográfica. (CABRAL, 2006:80)

Com a grave problemática de inserção da maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho formal, a alternativa mais próxima é a inserção no mercado informal. Aqui quer-se lembrar que, quando se fala de mercado informal em Angola, não se trata somente dos aspectos teóricos desse segmento, mas que existe uma precarização ainda maior do trabalho, que já é precário. Não existem regras claras, regulamentações, direitos, locais realmente definidos e que comporte todos para que possam realizar suas atividades. Cada qual se arranja como pode, num beco, numa esquina, num mercado, ou seja, onde for possível.

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita ou considerada como exata da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. A expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de atividade econômica, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre atividades formais e atividades informais. A expressão "economia informal" refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. (OIT, 6-7)

É neste universo dominado pela economia informal que se encontra um largo segmento de mulheres à margem de qualquer tipo de legislação que as proteja, na labuta diária, seja nos mercados informalmente institucionalizados e fixados em determinadas áreas próximas aos centros urbanos, ou mesmo caminhando pelas ruas, de casa em casa, a gritar alto e em bom som, como se fosse uma canção, que à distância se identifica a qualidade e o produto a ser comercializado.

Muitas vezes, com o intuito de melhorar a organização desses mercados informais⁹, o governo busca colocar ordem nesses espaços restringindo ainda mais a possibilidade de um número ainda maior de mulheres comercializar em lugar próprio e devido a esse grande número de mulheres na informalidade, que ficam fora desses espaços predefinidos, emerge ainda uma nova situação, criando assim um mercado paralelo ao que já é informal.

⁹ Aqui se refere aos pontos fixos nos quais, em geral, as mulheres se estabelecem para comercializarem seus produtos.



Foto: Claudio Lopes – agosto/2009

Foto 5 - Disposição interna do novo mercado informal de Kuito, Bié



Foto: Claudio Lopes – agosto/2009

Foto 6 - Mulheres vendendo em frente ao novo mercado de Kuito

Para coibir esse tipo de ação, com a ideia de que o grande número de mulheres vendendo num mesmo espaço inviabiliza a circulação de pessoas e automóveis, e, ainda, atenta contra a ordem pública, o próprio governo utiliza-se da

força bruta, acionando a polícia econômica para organizá-la. É fato constante ver-se mulheres sendo espancadas, presas e tendo seus pertences, a sua mercadoria de venda, apreendidos pelas autoridades policiais, impossibilitando-as assim de auferir rendimentos para a manutenção de sua própria família.

A economia informal está a crescer, respondendo por mais de metade de novos postos de emprego na América Latina e por mais de 90% da força de trabalho na Índia. É o principal sustentáculo de Jovens e Mulheres trabalhadores em África. Responde por cerca de 80% de novos postos de emprego em África, onde a proporção do emprego informal varia entre 20% no Botswana e mais de 90% no Malí, incluindo o emprego no sector agrícola. Além disso, 70% destes são trabalhadores por conta própria, principalmente, como vendedores de rua e ambulantes (BECKER, 2004). Contudo, o melhoramento da economia informal resultará na melhoria da situação de emprego destes grupos vulneráveis e marginalizados e inverterá o elevado nível de desemprego que afecta estes segmentos da sociedade no Continente (UNIÃO AFRICANA – UA, item 1.1)¹⁰

No decorrer desta pesquisa, verificamos que as mulheres que trabalham na informalidade, seja nos mercados seja como vendedoras de rua, ou como ambulantes, têm plena consciência de que o que desenvolvem é parte do processo de trabalho enquanto uma atividade humana com um fim específico.

Para Vasquez (2007),

a atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e estes só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade (p. 222).

Ainda em Marx (Livro 1, cap. 5, p. 202) vemos que “a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho”.

É verdade, a grande maioria das mulheres estão na informalidade, cerca de 75%, apesar de ser o mercado informal é uma ocupação dela, e também podemos classificar como se fosse um trabalho, um trabalho informal, por conta da situação que ela tem. Está certo que ela não tem um patrão, mas ela própria consegue fazer rendimentos para sustentar a sua casa. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

¹⁰ Sétima Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos da União Africana, item 1.1.

Em geral, as mulheres que estão na economia informal são aquelas que enfrentam mais dificuldades, devido à elevada taxa de desemprego, ao baixo grau de escolaridade em função das constantes crises originadas pela guerra, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal e, por consequência, são também as mais pobres e as mais vulneráveis à possibilidade de serem vítimas de violência e de se submeterem à opressão.

A maior parte daqueles que entram na economia informal não o fazem por escolha, mas por necessidade absoluta. Nomeadamente em situações de forte desemprego, de subemprego e de pobreza, a economia informal é uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo fato de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros. É raro, porém, que os empregos assim criados correspondam aos critérios de trabalho digno. A economia informal permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos (OIT, p. 8).

Para definir os sujeitos desta pesquisa, procurou-se ter em conta o contexto histórico e a realidade cultural do mundo e do momento em que viveram e vivem a sua cotidianidade.

Um mundo que é repleto de contradições, mas construído dentro de uma riqueza cultural muito especial; um mundo no qual aprendi, com a dor das mulheres, a fazer as minhas primeiras leituras; um mundo das minhas primeiras leituras mais aprofundadas de como o momento histórico, os aspectos culturais, a situação política influenciam e marcam consideravelmente uma sociedade, forjando nelas situações que buscam obstruir a luta por direitos iguais, e também de ruptura com a subordinação e a opressão.

Nesse sentido, faço uso das palavras de Paulo Freire (1982) que discursa sobre a importância do ato de ler, para mostrar com maior clareza a que mundo estou me referindo: “àquele mundo especial que se dava a mim como o mundo da minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras” (p.13). Uma leitura que foi se aprofundando e mergulhando na complexidade da realidade, uma leitura com um novo olhar, o olhar político que, segundo Sarlo (2005), “segue a moral de não passar ao largo de si mesmo; aponta e recorda a história da sua composição, das desigualdades e das clivagens sociais que configuram entre suas condições de possibilidades” (p. 59), que busca nas

contradições do momento entender a realidade e junto com os sujeitos mulheres e homens encontrarmos respostas adequadas aos problemas existentes.

É nesse mundo complexo, contraditório e, ao mesmo tempo simples, mas cheio de significados, que os sujeitos desta pesquisa vão cotidianamente fazendo e refazendo, criando e recriando suas histórias, seu próprio modo de vida, sua cultura, uma história que é viva, dinâmica, uma história que

irrompe na vida de todo o dia e trava aí o embate a que se propõe o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. (MARTINS, 2000:11-12)

Os sujeitos desta pesquisa são as mulheres “simples”, enquanto sujeitos individuais que possuem “anseios, desejos, paixões, sentimentos, sexo” (WANDERLEY, 1992), responsabilidades e identidades próprias, todas elas com experiências acumuladas como trabalhadoras formais ou informais, estudadas ou analfabetas, do meio urbano ou do meio rural, cada qual na sua identidade própria desafiadora e ao mesmo tempo inquieta.

As mulheres que são sujeitos desta pesquisa possuem uma identidade que vem sendo construída no decorrer da história. Uma identidade que, como se pode ver nos estudos de Ciampa (1987), tem um nome e sobrenome

tem uma posição social, está situada numa região geográfica, uma identidade que na busca da “diferença encontra a igualdade, (...) sua identidade transcende sua individualidade (...) sua identidade é a história personificada”. (p. 20-21).

Uma história que foi e continua a ser marcada com muitos antagonismos, com os tempos de lutas que configuraram a independência, a guerra civil e atualmente o processo de reconstrução nacional.

É uma identidade marcada pelo movimento real e como afirma Martinelli (2005),

é para o movimento do real que precisamos lançar nosso olhar, aguçar nossa razão, estimular nossa consciência crítica, de forma que se possa desvendá-lo, (...) tendo presente que a construção de identidades, assim como a construção da própria vida, é movimento incessante, é exercício cotidiano, é ato político. (p. 72-73)

Meu reencontro com os sujeitos desta pesquisa deu-se em julho e agosto de 2009. Foi um momento único, impar, sem igual, pois a situação que então encontrei é de um país em processo de reconstrução nacional; em alguns lugares já não se vê nitidamente os sinais tristes da guerra, como se pode visualizar nas fotos apresentadas anteriormente,. Agora as pessoas mostram estar mais felizes e fazem planos para o futuro.

Sinto-me feliz, muito feliz, porque me sinto alguém na sociedade, porque se não fosse alguém na sociedade, o Senhor Claudio não teria feito esta entrevista a mim. (...) Estudei e não terminei o médio, (...) ainda penso em estudar, ao menos para terminar estas duas classes que me faltam. (Deolinda, depoimento colhido em agosto/2009)

Assim as reencontrei; falamos, lembramos dos velhos tempos de dificuldades, impossível de ser esquecido, com muitas lições aprendidas com os momentos de sucesso e também de insucessos, com a realidade nua e crua, que nos faz mover para novos horizontes, onde já há a paz, mas que muito tem a ser reconstruído, em especial o tecido social.

Nesse reencontro, expliquei que com o trabalho que juntos realizamos, estava tentando compreender um pouco mais sobre o que elas pensavam quanto à questão do trabalho que desenvolviam e como este poderia lhes trazer uma determinada forma de autonomia que pudesse proporcionar uma ruptura com as relações de subordinação e de opressão, que estavam, a meu ver, presentes no cotidiano delas.

Em uma linguagem adequada ao entendimento de cada uma delas, informei-lhes quais eram os objetivos desta pesquisa, sentamo-nos, nos acomodamos no Onjango preparado por elas e começamos a conversar.

Desta forma, em seu próprio Onjango, cada uma delas se apresentará a nós e em seguida vamos continuar as nossas conversas falando um pouco com cada uma delas, para irmos entendendo qual e como é a realidade da mulher angolana e

da mulher buena, e quem são essas bravas lutadoras, defensoras da vida e em busca de um lugar ao sol.

Mais atenção. Não a humilhação, não a exploração, não a indecisão. Ela necessita de um lugar ao sol e mais destaque na sociedade. Ela necessita de mais carinho, de mais conforto e amizade.¹¹

Então, já acomodados, vamos começar:

Eu sou Francisca Santos (suspiro), O meu nome completo é Francisca Georgina dos Santos com sobrenome de Luis que é de meu ex-esposo, mas agora uso dois nomes que é Francisca Santos. Eu sou de profissão, sou técnica média de saúde, fiz os meus estudos em Benguela, fiz o ensino básico de saúde, com o tempo depois consegui fazer o curso técnico médio de saúde, e é o curso que eu tenho até hoje. Eu sou filha de Antonio dos Santos, já falecido, e de Maria Teresa Mário, ainda em vida, apesar de que, mesmo com uma saúde muito débil, mas graças a Deus ainda em vida. Somos 12 irmãos, seis meninas e seis rapazes. Eu que sou a terceira menina. E a minha história é muito engraçada porque... (pensativa) o meu pai... já não queria mais meninas e havia dito à minha mãe que se ela tivesse a terceira menina ia embora para a casa dos pais dela, então tinha a minha falecida avó, pediu, e estava muito doente já, e pediu ao meu pai para deixar vir a terceira menina pra pôr o nome dela e depois de pôr nome dela, então, porque ela sabia que ia morrer, poderia começar a vir os rapazes, dito e feito, nasci Eu, e o meu pai pôs o nome dela, só que quando eu nasci ela já havia falecido dois meses antes, então o meu pai me pôs o nome dela e depois começaram a vir os rapazes, aí a minha mãe fez cinco rapazes seguidos, e depois começaram a vir outra vez as meninas e o último foi outra vez um rapaz para fechar. Então 12, seis meninas e seis rapazes. Eu comecei a namorar com 17 anos e o meu ex-marido tinha 18, namoramos cinco anos e depois casamos, mas... (pausa) infelizmente a minha história de vida não foi a das melhores... (pausa) bom então eu não digo que foi má, mas talvez fosse porque Deus quis assim, casei-me, tive cinco filhos em cinco anos, e foi a melhor coisa que fiz, porque depois separei-me, com 27 anos eu já tinha o quinto filho e a partir daí também parei de fazer filhos, porque ele já não queria fazer filhos, e foi a melhor coisa que já aconteceu em toda a minha vida. Eu chamo Francisca, depois, durante a minha infância, eu era Pica, mas agora com essa idade elas (as irmãs) me colocaram o nome de Tência. Tência vem de "Resistência".

Conheci Francisca no início do ano 2000 quando eu estava trabalhando com o Escritório das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários em Angola. Sempre tive muita admiração pela forma com que ela, mulher angolana, conseguia desenvolver o seu trabalho de coordenar equipes mistas de homens e mulheres em um momento muito difícil em Angola, pois estávamos em plena guerra e com graves

¹¹ Ser Mulher – música escrita pela cantora e compositora angolana Lurdes Van-Dunem durante os tempos difíceis da guerra civil em Angola.

problemas humanitários, com aproximadamente um milhão de pessoas deslocadas na Província. Francisca trabalhava para uma organização humanitária internacional especializada em água e saneamento básico. Ela conseguira impor um grande respeito à mulher em toda sua equipe, apesar de que nem sempre essa atitude era transportada pelos homens até as suas casas. Hoje Francisca é a Coordenadora Provincial dessa mesma organização, ocupando uma posição que anteriormente era de um profissional estrangeiro.

Ao escolher Francisca para a entrevista, jamais podia imaginar a história que havia por detrás daquela mulher forte e decidida. A conversa foi marcada por muita emoção, poucos risos, e muitos momentos de tristeza e choro. O local escolhido por ela foi o próprio gabinete de trabalho, onde ela disse que estaria mais à vontade para falar, pois foi o trabalho que lhe salvou a vida.

A conversa aconteceu em dois momentos, em primeiro lugar porque houve um problema com a gravação, que talvez tenha sido um aspecto muito benéfico, e em segundo lugar a emoção era tamanha que eu próprio já me sentia envolvido com toda a sua história e estava perdendo o norte da pesquisa. Sua história, como ela mesma diz, parece ficção e vale a pena tentar entender como uma mulher encontrou no próprio trabalho a possibilidade de romper com o sofrimento, ganhar novo ânimo, se refazer, criar os filhos a distância, ter resistência e se tornar Tênia.

Eu sou a Maria Clara Tavares, e tenho 37 anos de idade, tenho três filhas e dois netos, e vivo no Bairro Boa Esperança. Atualmente, trabalho na Concern como mobilizadora comunitária. Bem, eu tive várias formações, acerca de mobilizadora comunitária e isto é na parte de agricultura, caprinocultura, ya, fazíamos assim certos “cursusitos”, mas não pra muito tempo. Eu praticamente, de segunda a sexta-feira, eu não tenho tempo de ficar em casa com as minhas filhas, porque preciso procurar alguma coisa pra eles comerem, porque eu sou mãe, sou pai, estou separada do pai das minhas filhas há 11 anos e praticamente eu é que sou chefe de família. Então, aos sábados e domingos, fico com elas em casa, arrumo a casa, ajeitando assim certas coisinhas, vou à procura de comida no mercado. Sim, vale a pena sozinha que mal acompanhada, porque tendo marido, é transtorno também, é um problema sério. Eu por mim prefiro viver sozinha que viver com um marido.

Tavares, mulher estreita, alta e sempre com um largo sorriso no rosto, foi assim que a conheci em 2000, trabalhando nos bairros e campos de deslocados do Município de Kuito, e foi assim que a reencontrei em 2009, a mesma mulher

decidida e de personalidade forte, que hoje continua a trabalhar com organizações humanitárias e tentando fazer a diferença na sociedade por meio do seu trabalho.

Nosso reencontro foi na Casa de Passagem da Concern Worldwide, organização em que atualmente trabalha como mobilizadora comunitária, e onde ela preferiu realizar o encontro e falar mais à vontade. Foi um momento muito tranquilo e de muita serenidade.

Eu sou a Rosalina Fragoso, sou professora de profissão, nesse preciso momento sou diretora de uma ONG nacional que é a Amar, que é a Associação das Mulheres das Áreas Rurais. Enquanto mulher trabalhadora, nesse preciso momento consigo manobrar o meu tempo, porque como uma mulher já com um bocado de visão, conforme essa denominação da organização que eu dirijo, que é a Associação das Mulheres das Áreas Rurais, o que quero, ou o meu objetivo, é que um bocado que eu tenho, eu quero passar para as outras, para as outras mulheres que ainda estão no obscurantismo, o meu objetivo é difundir a mensagem, transmitir os conhecimentos nessas mulheres para elas saberem quais são os seus direitos, para com a sociedade, a família em geral, e também quais são os seus deveres. Eu, neste preciso momento, estou a pertencer a uma rede africana, essa rede africana, ela trabalha com a sociedade civil e então o trabalho é mesmo gestão e prevenção de conflitos, e, pela primeira vez, que fui eleita para representar a nível de Angola a sociedade civil, fui para os Estados Unidos da América, onde fiz noventa dias numa formação, e antes de sair eu primeiro dei a conhecer ao meu marido, ele estava a hesitar um bocado, porque as crianças, porque eu ia abandonar a casa, primeira vez. Depois de trinta dias, ele passou-me a declaração e consegui ir, mas quando eu regresssei, ele viu que o nível já era outro, já mudei, já não sou aquela Rosalina, mas também eu nunca me esqueci de que tenho marido, e na verdade, apesar desse trabalho que faço também presto contas dos filhos, assim como do meu marido. Naquele dia, naquele momento que eu lhe falei, estávamos tendo um pequeno conflito, mas depois os conflitos passaram, e estou a continuar, agora eu fui pela terceira vez, mesmo nesta rede para a África do Sul, fui ao Canadá, na mesma rede, e agora estou a caminho para Moçambique no mesmo trabalho, e já estamos, já temos paz e ele já reconheceu que é um bom trabalho.

Conheci Rosalina no início de 2001, quando ela trabalhava para uma organização não governamental angolana, em uma das reuniões de coordenação das ajudas humanitárias. Mulher de aparência simples e frágil, mas com muito poder de mobilização e articulação. Deixou de ser religiosa e assumiu o direito de casar-se e constituir família, uma boa família por sinal. Enquanto trabalhava na referida organização, foi sempre muito decidida e expressava as suas ideias sem receio de ser contrariada.

A organização em que ela trabalhava foi a primeira na província a desenvolver um projeto de combate à sarna em conjunto com uma organização internacional de renome. O projeto esteve sob sua coordenação.

Rosalina enfrentou os preceitos da própria igreja e o preconceito de toda a sociedade para se firmar enquanto mulher, mãe, esposa e defensora das mulheres, especialmente as do meio rural, sendo a representante nacional da sociedade civil na Rede Africana da Sociedade Civil.

Quando cheguei ao Kuito, Rosalina estava na África do Sul, em missão de serviço pela Rede, mas, ao chegar, procurou-me imediatamente e se dispôs a participar da pesquisa, solicitando que o encontro fosse em sua própria residência. O marido estava presente e deixou-nos a sós na sala para que pudéssemos trabalhar mais à vontade, o que demonstra confiabilidade na esposa e no trabalho que ela desenvolve.

Sou a Deolinda Eurico, sou mãe de cinco filhos, sou viúva, meu marido faleceu no tempo de guerra e de momento sou professora, dou aluas no primeiro nível, trabalhei muito tempo com a Oxfam desde 1999 (...) até 2007, e na Oxfam trabalhei como mobilizadora social. Fiquei mãe, pai e na altura quando fiquei viúva ainda não tinha casa, estava mesmo a viver com os pais. Como eu não tenho mais marido, não tenho como fazer, me sinto mesmo (risos) como mulher na sociedade, mesmo sem marido, mas me sinto como mulher na sociedade. Mulher com direitos e tudo. O comportamento meu antigamente era mesmo aquele de depender, depender às vezes quando o marido não viesse, quando o marido não trouxesse nada, então eu também não me mexia. Ficava mesmo ali sentada. Então passávamos o dia à fome, antigamente fui assim, enquanto que agora já não faço isso. Ainda que ele não morresse, mas não estaria a depender dele. Estudei e também não conclui com o médio, só estudei até a décima classe. Ya, então a partir daí, com a responsabilidade, não consegui de concluir o médio. Ainda penso em estudar, ao menos terminar o médio, fazer estas duas classes que me faltam, sim, sim. Sinto-me feliz, sinto feliz, ya, porque me sinto alguém na sociedade, porque se não fosse alguém na sociedade, o senhor Claudio não teria feito esta entrevista a mim, sim, sim (risos).

Conheci Deolinda em uma das inaugurações das manivelas de água (fontenários) que eram feitas pela Oxfam. Durante essas inaugurações, havia teatros e palestras sobre como utilizar as fontes de água e sobre saneamento básico. Vejo a Deolinda como uma mulher construtora, que teve que montar sua própria vida, sozinha, com os filhos. Com o seu trabalho de vender cerveja e depois com a Oxfam

fez uma bonita família, construiu sua própria casa e continua a construir a sua própria vida.

Deolinda aceitou participar da pesquisa e solicitou que o encontro fosse feito no Escritório de Francisca, pois ali, ao lado da amiga, sentia-se bem e tranquila para fazê-lo.

Eu sou Anabela Longue, Eu sou comerciante. Eu vendo a cerveja no mercado pra conseguir sustentar os meus filhos e a mim própria. Eu vivi dezoito anos com o meu esposo, já é falecido, desde o ano passado. Eu vivi muito oprimida, porque eu não conseguia estudar, não conseguia ir à escola, ele foi um homem muito ciumento, trazia as crianças na escola. E assim que eu saísse do mercado, diretamente pra escola. Era muito oprimida, amarrada. Ele não me deixava fazer nada. E o tempo que nós vivemos, ele conseguiu se formar. Os momentos que eu sofri com o meu marido, (lágrimas) ele fazia todas as necessidades na cama, bebia porcamente, a família não ligou,.. (silêncio)... eles levaram o corpo. Eu chorei a fotografia, eu e os meus três filhos, chorei a fotografia dele, eu como viúva não chorei o meu marido, chorei a fotografia. Eu só sei que o meu marido saiu de casa 11 horas e foi trabalhar, assim que ele morreu, eu já não vi na cara dele, só depois de três dias. Não, não fiquei com nada. A família tratou documentos, saiu subsídio de férias, os seis meses, saiu os seis meses, cada criança deram vinte mil, vinte mil, o outro dinheiro disseram: vamos tratar da campa. Até hoje em dia a campa não ta cimentada. Aquele dinheiro ficou pra eles. Eu tava internada com esses três filhos, não vi, ele tem família aqui. Eu sou duma família pobre, mas o meu marido é de uma família rica. To a pensar no próximo ano a fazer a matrícula, pra renovar-me, pra aumentar mais porque eu só finei com a oitava classe.

Bela foi e sempre será uma mulher difícil de ser esquecida porque, no mercado informal onde ela trabalha, apesar de todas as dificuldades, ela está sempre sorrindo. Era na barraca dela que, mesmo em tempos de guerra, fazíamos uma parada depois de enfrentar uma semana inteira de trabalho árduo e íamos ao mercado para fazer as compras da semana, parávamos para um descanso, uma conversa, um encontro com outros amigos e brindar com uma bebida fresca, porque mesmo sem energia ela conseguia “desarrascar” e ter gelo para colocar em sua caixa térmica.

Ao retornar a Kuito para a pesquisa, fui visitar o mercado e ao longe ouvi alguém gritar pelo meu nome, era ela, a Bela, com o mesmo sorriso de sempre, mas com um aspecto mais sofrido que o de costume. Ali tomamos um tempo, como sempre, para beber algo fresco e comer um “pincho de porco”¹².

¹² Espetinho de arame com carne de porco, semelhante ao que se vende nas espetarias no Brasil.

Relembramos as dificuldades do passado, e Bela falou sobre como as coisas haviam mudado, da construção de um novo mercado, que ainda não estava pronto, e a incerteza sobre se iriam caber todos lá ou não, e sobre a situação que viveu nos últimos tempos com seu falecido marido e a família.

Após explicar a Bela sobre a minha pesquisa, imediatamente ela colocou-se à disposição para participar e sugeriu que nos encontrássemos em sua casa, na noite no dia seguinte, às 20 horas, já que, durante o dia, estaria ocupada com o trabalho e quando chegasse em casa teria que preparar o jantar das crianças.

A entrevista decorreu com momentos de muita tristeza e até mesmo de revolta em relação à forma como foi tratada pela família de seu falecido marido. Depois do falecimento de seu esposo, os familiares dele organizaram o óbito na casa deles, mesmo sabendo que amigos, familiares de Bela e vizinhos já estavam preparando o óbito em sua casa, e como ela mesma disse: *“Tive que chorar a fotografia com os filhos enquanto eles choravam com o corpo”*.

Eu sou a “Mulher de pouca sorte”,¹³ tenho quatro filhos, o marido me deixou com quatro filhos, não tenho emprego, sou candongueira do mercado.¹⁴ Ele me deixou mesmo assim por causa, porque ele ta mesmo assim..., (sinal com a mão de que a cabeça não está bem, perturbada) a cabeça dele não sabe, não ta boa, me deixou mesmo assim. Eu to a sofrer mesmo assim com quatro filhos. Ficamos casados 15 anos. Nós temos já trinta anos (referindo-se a ela própria), trinta anos e quatro filhos. Tava casada pela igreja, mas se separou mesmo. Eu não tenho a mãe, a minha mãe me deixou com cinco anos, e também não tenho irmã que me segue, e ninguém que me segue. Faleceu, durante o tempo da guerra. Faleceu em 1981, eu tava com cinco anos. Estava a estudar a sétima em 2006.

Eu não conhecia pessoalmente a Mulher de Pouca Sorte, mas, ao percorrer vários caminhos para encontrar as mulheres que trabalhavam no mercado informal e que se dispusessem a falar sobre a temática em estudo, considerando que estava tendo algumas dificuldades no contato com as mulheres do mercado, porque diziam que não se sentiam muito bem em falar sobre o assunto do trabalho, ou porque estavam sempre muito ocupadas, nessa caminhada, encontrei uma amiga que reside em Kuito, falamos sobre o assunto e assim prontamente ela disse que havia

¹³ Adotarei este pseudônimo para proteger a identidade da pessoa entrevistada, mesmo sem o pedido dela.

¹⁴ Candongueira – pessoas que transportam bens e mercadorias de um lugar para outro, especialmente nos mercados informais.

uma pessoa que conhecia há muito tempo e que trabalhara com ela em uma das cozinhas comunitárias nos campos de deslocados e atualmente vendia no mercado, que certamente eu também a conhecia, mas talvez não me lembrasse e com certeza ela poderia falar, apesar de ser muito humilde.

Foi então que minha amiga contatou a Mulher de Pouca Sorte, que deixou o mercado e veio ao meu encontro na casa dessa amiga onde se realizou a conversa. Essa entrevista foi muito difícil para mim, em primeiro lugar porque a sua história é muito triste e mostra uma cruel realidade cultural que ainda precisa ser cuidada e que remete às mulheres toda a carga de responsabilidade no processo de procriação e manutenção da família, sem possibilidade inclusive de respeito à própria natureza biológica do ser humano, e em segundo porque ela pouco se expressava com palavras, mas com gestos faciais, com as mãos ou com a cabeça, extremamente significativos, mas que aqui corro o risco de não conseguir expressar.

Dentro desta história, pude compreender como aspectos mal trabalhados de uma cultura podem destruir a vida de uma pessoa e de uma família. Utilizo o pseudônimo Mulher de Pouca Sorte, em função de sua própria fala que diz *sou uma mulher de pouca sorte porque vivi sozinha no mundo e quando encontrei um marido ele não fazia filhos* (Mulher de Pouca Sorte, depoimento colhido em agosto de 2009).

Esse assunto será tratado mais adiante, mas apenas para uma compreensão primeira, quando há um casamento, espera-se que em seguida venham os filhos e quando isso não acontece, as famílias se reúnem para uma sentada¹⁵ e conversam no intuito de descobrir o que se passa, havendo a possibilidade de terminar com a união se não chegarem a um consenso.

Em muitos casos as tias orientam a mulher a procurar outro homem de confiança e tentar com ele para ver se engravida ou não. Se a mulher engravidar, saberá que o problema de fertilidade está com o marido e não com ela; desta forma, vai tendo filhos e o marido passa a pensar que é o pai das crianças. Tudo é realizado em sigilo, mas quando a farsa do que é “culturalmente aceite”¹⁶ é descoberta, passa a ser um instrumento de condenação, de banimento da mulher do

¹⁵ Uma conversa em família, semelhante a um Onjango.

¹⁶ Destaque do pesquisador.

seio da sociedade, levando-a muitas vezes ao isolamento, e à perda de seu estatuto social.

Posta na rua como uma criminosa, sem direito a nada, ficam ela e os filhos à mercê da ajuda de boas pessoas ou dos recursos que possam ser auferidos com o seu próprio trabalho, em geral como vendedora nas ruas ou nos mercados. Esta é apenas uma parte da história da Mulher de Pouca Sorte.

Eu sou a Maria Mendes, me chamo Maria Sofia Mendes, comecei a trabalhar ao 14 anos, comecei a trabalhar na Marinela, depois eu fui para Luanda, estava a trabalhar também na casa de uma senhora, saí de lá e vim para aqui no Bié de novo e continuei a trabalhar aqui no bar e já tenho oito anos a trabalhar aqui, e tenho dois filhos, sou solteira, mas vivo maritalmente.

Encontrei Maria, pela primeira vez, na Texaco, em Kuito. Foi no mesmo dia em que lá cheguei. Era um posto de combustíveis e estação de serviços que funcionava parcialmente, mas, contudo, ali mantinha um pequeno restaurante onde sabíamos que, a qualquer hora, podíamos tomar uma refeição, ou mesmo comer um prego no pão¹⁷ apesar das dificuldades do momento, da guerra e, às vezes, até de falta de comida.

Maria era uma jovem, no auge dos seus 18 anos, muito alegre e sempre bem disposta, de bem com a vida, o que destoava das demais pessoas que ali trabalhavam. Era atendente de mesa em um período e no outro estudava.

Agora Maria vive maritalmente, tem dois filhos, e não perdeu a jovialidade, vivacidade e nem o seu sorriso. Aceitou fazer parte da pesquisa logo de pronto e preferiu que fosse feito mesmo no bar, onde ainda hoje trabalha, por considerar que ali seria o melhor lugar, o seu local de trabalho, porque para ela mulher é trabalho.

Eu sou a senhora Gertrudes, tenho quatro filhos, tenho mesmo os filhos, sou separada do pai deles, questões pessoais. No nosso dia a dia de trabalho, quer na vida doméstica quer na laboral, não tenho encontrado muitos, muitos obstáculos em exercer minhas funções, e até que consegui dar emprego doméstico a outras senhoras que estavam desempregadas.

A senhora Gertrudes foi convidada a fazer parte da pesquisa por ser a diretora provincial da Direção Provincial do Emprego e Segurança Social (DAPESS),

¹⁷ Sanduiche de pão com um bife colocado no meio.

do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social. Ao ser solicitado, a senhora Gertrudes prontamente aceitou o convite, e o encontro ocorreu em seu Gabinete na Direção Provincial.

Além de abordar as questões relacionadas à mulher e ao trabalho, seu ponto de vista sobre as questões pertinentes à luta pela igualdade nas relações de gênero, a senhora Gertrudes disponibilizou documentos com informações sobre o mercado de trabalho local, planilhas estatísticas e dados sobre a acessibilidade da mulher no mercado de trabalho na província de Bié.

Eu sou a Isabel Afonso, eu sou natural de Kamundongo, comecei a estudar na Missão Evangélica Congregacional, e fiz os estudos secundários na Missão Evangélica do Donde, naquela altura era o ciclo preparatório, já acompanhado com a formação profissional, onde nós tínhamos que aprender de tudo um pouco, para ser uma mulher. Entretanto, com essa formação, em 1970, entrei na extensão rural de Angola, trabalho esse vocacionado para trabalhar com o trabalho comunitário. Então, esse desenvolvimento comunitário, nós trabalhamos em equipe, entre o homem que era extensionista e uma senhora que era também extensionista para a economia doméstica, Eu, e isso significa que já começamos a trabalhar com famílias. Em 1975, no período de conflitos, entretanto, o governo arranhou formas de sermos transferidos para a Província do Huambo, altura que estávamos aguardando até que a situação se normalizasse. Após essa normalização, nós fomos requisitados pela Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social, que naquela altura era os Assuntos Sociais, porque os Assuntos Sociais, também visa um trabalho com pessoas vulneráveis, e assim também se trabalha com famílias. Então, entrei no Ministério da Assistência em 1980, e o nosso trabalho naquela altura, nós já tínhamos contato com as minhas colegas, que, naquela altura, já trabalhava com órfãos, com pessoas portadoras de deficiência e viúvas, naquele momento, e o nosso trabalho baseou-se no seguinte: tínhamos que dividir cada área por setor, e assim sendo para podermos coordenar bem a nossa metodologia de trabalho, começamos a dividir os grupos, e por departamentos. Temos o Departamento da Infância, que controlava as crianças órfãs e separadas, o Departamento da Assistência e Promoção Social que controla as pessoas deslocadas, desmobilizados, ex-militares, a terceira idade, e também digamos os grupos mais pobres, que são pessoas desempregadas. E a partir dali, podemos dizer,...

Bem, como diretora. Eu entrei primeiro como chefe de setor em oitenta, depois passei para chefe de departamento em 1985. Continue como chefe de Departamento da Assistência e Promoção Social, e como diretora eu fui nomeada no ano de 2000. Então estou a trabalhar como diretora desde 2000 até a presente data.

Dona Isabel é a diretora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, e desde que cheguei à Província do Bié foi a minha contraparte do governo

na implementação de todas as ações humanitárias na Província durante os anos de 2000 a 2003.

Tivemos momentos de muita concordância e também de discordância em nossas ações, mas o que mais me impressionava na dona Isabel, durante o período em que lá estava, era a capacidade que tinha para suportar todo o trabalho que desempenhava à frente do MINARS sem as mínimas condições necessárias para fazê-lo, em um momento de emergência complexa, e em muitos momentos sem o apoio do próprio governo local.

Dona Isabel foi e continua a ser uma mulher guerreira e que enfrenta a vida com muito otimismo e, às vezes, até com resignação. Ela faz parte desta pesquisa por ser a diretora do MINARS, por toda a sua vivência e experiência enquanto mulher trabalhadora. O encontro foi realizado na antessala de seu gabinete.

Para mim, o momento que mais me emocionou durante este encontro foi quando ela disse que muitas mulheres e crianças foram salvas da morte devido à coordenação das ajudas humanitárias. Isto quer dizer, para mim, que apesar das discordâncias e concordâncias conseguimos atingir o objetivo a que nos propusemos naquele momento: salvar vidas.

No final do encontro, dona Isabel levou-me para mostrar o mural das fotografias dos projetos mantido dentro de seu gabinete e em muitas delas eu estava presente. Senti que, nesses dois momentos, dona Isabel quis dizer que, mesmo tendo opiniões diferentes, podemos trabalhar juntos pela paz e construir uma sociedade que respeite todos os aspectos das diferenças, sejam elas quais forem, sociais, culturais, religiosas, políticas, desde que tenhamos objetivos comuns.

Eu chamo-me Judite, eu sou da Lima. Lima é uma organização feminina do meu partido, o partido Unita. A Lima foi criada no Moxico em 1972, e os objetivos da Lima são amplos, são para a defesa da mulher, a mulher não só do partido, mas a mulher angolana, a mulher em si, e até se for necessário outras mulheres fora do nosso país, desde que se chame mulher.

Dona Judite foi indicada pela Liga da Mulher Angolana (LIMA), parte da estrutura do Partido União Total pela Libertação de Angola (UNITA), para abordar a questão da mulher e o trabalho. Dona Judite leu um documento produzido no âmbito da Liga e me forneceu uma cópia.

O encontro deu-se na sede do seu partido, onde elas possuem um gabinete. Além de ter uma ideia sobre a posição da Lima em relação à mulher e ao trabalho, também pude rever pessoas que, durante o período de aquartelamento (cessar-fogo), eram guerrilheiros e comandantes de guerrilha, com os quais eu tinha a missão de negociar o processo de ajuda humanitária às famílias aquarteladas que tinham retornado das matas.

Foi um momento de muita emoção pois, mesmo o partido tendo perdido a última eleição, pude perceber que o mais importante de momento para aqueles que estavam nas matas é estudar e preparar-se para o mercado de trabalho e contribuir na construção de uma nova Angola. De momento, existem alguns que estão cursando a universidade, outros concluindo o ensino médio.

Eu sou a Faustina Naiebele, sou professora de profissão, venho a colaborar na OMA já a mais de vinte anos, a partir mesmo de Catabola, aqui na OMA eu sou a secretária provincial adjunta. O trabalho da OMA, eu podia iniciar um pouco no outrora, a OMA desde sempre, nos tempos dos maquíz, lutou lado a lado com os homens em todos os sentidos, mesmo em guerra a OMA sempre ajudou o homem. E queria falar um bocado do trabalho da OMA, a OMA sempre lutou pela sua emancipação, pela sua emancipação porque conseguiu promover, levou a promoção de muitas mulheres. A OMA sempre lutou para que dentro do governo (...) houvesse uma organização, um ministério, uma área que responda pelas mulheres em geral, de todos os partidos. Quando surgiu o multipartidarismo, nós sabíamos assim que a OMA não podia receber mulheres de outras opções políticas, é por isso que a OMA, em um dos seus congressos, lutou e, portanto, foi aceite a criação da Secretaria de Estado da Promoção da Mulher, então mais tarde é quando passa para Ministério, e que agora é Ministério da Promoção da Mulher. Foi no segundo congresso ordinário da OMA em 1988.

A senhora Faustina foi indicada pela Organização da Mulher Angolana (OMA), órgão do Partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), para fazer parte desta pesquisa, sendo a OMA uma das organizações ligadas ao partido político que luta em defesa dos direitos das mulheres.

Dona Faustina foi muito clara em suas colocações, contribuindo consideravelmente para o entendimento de muitos aspectos não só referente à mulher e ao trabalho, mas também em relação a aspectos culturais, religiosos e políticos que envolvem a mulher angolana. Nosso encontro ocorreu em uma das salas da sede da OMA, em Kuito.

Dona Faustina fez-me lembrar também que ela participava de algumas reuniões de coordenação humanitária por mim comandadas, representando uma ONG angolana denominada Associação das Mulheres Camponesas (AMU-Camponesa).

É importante ressaltar que, durante as entrevistas, as duas representantes da OMA e da Lima fizeram-se acompanhar de uma segunda mulher garantindo assim a fidelidade e a confiabilidade que seus partidos depositaram nelas para representá-las.

Ao entrevistar as 11 mulheres sujeitos desta pesquisa, em determinados momentos, confesso que um grande esforço teve que ser feito para que o norte da pesquisa não fosse perdido ou levado pelas fortes emoções das histórias.

São histórias reais de mulheres; mulheres mães, mulheres pais, mulheres filhas, mulheres guerreiras, mulheres trabalhadoras, responsáveis por tudo e, ao mesmo tempo, em determinadas situações, despossuídas de seus mais efêmeros direitos.

São heroínas de uma luta visível e ao mesmo tempo invisível, são histórias tristes e ao mesmo tempo belas, porque mostram que elas ainda não desistiram e continuarão a lutar ao seu modo simples, com pouco reconhecimento, muitas vezes incompreendidas, mas com a certeza única de que o tempo é agora e elas vencerão, e obterão vitória.

Vitória esta que terá de ser reconhecida pelo homem, pela sociedade e pelo mundo. Muito aprendi e muito mais terei que aprender e muito mais ainda terei para fazer, no sentido de contribuir por meio desta pesquisa, para que a luta dessas mulheres tome o campo dos direitos, do reconhecimento e, acima de tudo, do respeito enquanto seres humanos, e não como seres humanos frágeis, mas sensíveis e capazes de transformar para melhor o ambiente em que vivem.

Numa sociedade culturalmente marcada pelo poder do homem sobre a mulher

o homem é visto como essencial, a mulher como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, a mulher, o outro. O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes. (SAFFIOTI, 2005:130)

A partir das falas das 11 mulheres sujeitos desta pesquisa, que se apresentaram pessoalmente a nós, procurei selecionar algumas características que elas próprias destacam sobre a mulher angolana, mas sabemos que ainda existem muitas outras para serem mencionadas.



Foto: Claudio Lopes – Kuito, agosto de 2009
Foto 7 - Mãe zungueira e sua filha

Lutadora, candongueira, que perde, educadora, que ama, mãe, violentada, feliz, alegre, trabalhadora, que odeia, bonita, oprimida, é resistência, pai, vendedora, pouca sorte, solidária na infelicidade, comerciante, defensora, chefe de família, culta, técnica, trabalho, diretora, unida, acolhedora, gosta de passear, violenta, patroa, conselheira, política, ..., ...,

Como mulher, é preciso ter muita paciência, senão fica pelo caminho. A partir de nossos esposos, (...) eles não nos percebem. (Rosalina Fragoso, depoimento colhido em agosto de 2009)

No momento da realização da pesquisa no terreno, tentou-se entrevistar também a responsável pela Direção Provincial da Família e Promoção da Mulher, contudo, tornou-se impossível, devido às atividades contidas em sua agenda, pois, no mesmo período, se comemorava o Dia da Mulher Africana.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA

2.1 Angola, um Bocado da sua História

A mulher angolana é aquela que no outrora foi sofredora, realmente, pelas guerras que nós ultrapassamos a mulher foi a mais vitima, porque a mulher é que tinha que procurar a comida para as crianças, para o marido que vai à frente do combate, enfim, quem morreu mais é a mulher, porque é a mulher que perde o filho, que perde o marido, que perde irmãos, portanto aqui em Angola a mulher foi a parte, mais afetada pela guerra, e também é a mulher que sofre mais violência, a mulher é que é mais violentada. (Faustina Naivele - OMA, depoimento colhido em agosto de 2009)

Conhecer um pouco do contexto em que a pesquisa foi pensada e realizada é de fundamental importância para compreender o cenário que se desenha como um fabuloso mosaico onde se mesclam os aspectos históricos, culturais, tradicionais, religiosos, políticos, sociais, econômicos e de conflitos.

Não pretendemos aqui abordar separadamente cada um desses aspectos, mas, com certeza, no decorrer da leitura, podemos ir identificando cada um deles nas suas mais variadas formas, isolada ou intrinsecamente interligados.

A história de um país, de uma sociedade, ou de uma pessoa enquanto sujeito de sua própria história não se faz isoladamente, mas em tempo e espaço específicos, renovando-se constantemente, cotidianamente.

Nessa ótica, abordaremos um pouco da história de Angola desde o processo de colonização portuguesa, a Província do Bié nesse processo, e o Município de Kuito, local onde a pesquisa foi realizada.

Ao mesmo tempo em que vamos descortinando essa história e conversando com os próprios sujeitos, procuramos apreender como as mulheres, em meio a tantas adversidades, conseguiram e conseguem ainda hoje vislumbrar um horizonte positivo para as suas vidas e de seus familiares.

A mulher angolana fez, faz parte e, ao seu modo próprio de ser, continuará a escrever a parte que lhe cabe na história de Angola e que é conquistada cotidianamente, pois ela é incessantemente a batalhadora *que luta para o bem-estar*

da sociedade, que não trabalha só para ela, é uma mulher que luta para o bem-estar da sua família, é uma mulher que luta pela sua dignidade (Rosalina Frago, depoimento colhido em agosto de 2009).

O nome Angola vem da origem Bantu, N'gola e significa o título dos governantes de uma região situada ao leste da hoje Capital Luanda, no século XVI, época do estabelecimento de entrepostos comerciais na região pelos portugueses¹⁸.

A cultura Bantu tem na família o ponto central de todo o desenvolvimento da comunidade, e essa cultura influencia ainda hoje as relações entre as famílias angolanas, em especial as ovimbundos, que é a origem das mulheres sujeitos desta pesquisa.

A família é a célula fundamental para o crescimento social, político, econômico e espiritual de toda a comunidade. É a família que concretiza as ideias da comunidade Bantu; é aí onde a pessoa aspira a ter uma vida longa e vida em abundância, isto é, ter saúde, meios para o seu bem-estar econômico e social, conseguir manter a harmonia na família e na comunidade, partilhar e participar da vida comunitária, ter boa esposa e ter filhos saudáveis e robustos. É na família onde se começa a educação que terá senão benefícios caso a família seja bem-sucedida na sua tarefa educativa.¹⁹ (Disponível em: www.catolicanet.com.br. Acesso em: 22 out. 2009)

Nesse processo cultural, ainda hoje a educação dos filhos é vista como algo primordial para o sucesso e a harmonia no seio das famílias, principalmente para as que vivem nas áreas urbanas, porém grandes transformações vêm ocorrendo, pois *antigamente (...) estudavam só os meninos, as meninas é que tinham que ir à lavra, (...) agora o que temos que fazer é empurrar as nossas filhas a estudar para amanhã não ficarem a depender de seus maridos* (Deolinda, depoimento colhido em agosto de 2009).

Angola foi colonizada pelos portugueses até 1975. No período de 1641 a 1648, esteve sob o domínio dos holandeses, até que comerciantes brasileiros organizaram uma armada e tomaram Angola dos holandeses. Os brasileiros mantiveram o seu domínio até metade do século XVIII, quando Portugal, por

¹⁸ Disponível em: www.google.com – wikipedia – Angola. Acesso em: 26 fev. 2009

¹⁹ Disponível em: www.catolicanet.com.br. Acesso em: 22 out. 2009.

interesses econômicos e políticos, decidiu retirar de Angola todos os funcionários ligados ao Brasil e colocar os partidários da metrópole.²⁰

O longo período de colonização marcou profundamente o sistema de organização social, política e econômica de Angola, mantendo uma sociedade central alicerçada no sistema de produção capitalista, por um lado, e, por outro, as comunidades periféricas que pouco contato tiveram com esse sistema, assumindo regras de funcionamento próprias e diferente da sociedade colonial, como afirma Carvalho (2008:80)

Esse modelo de sociedade certamente cria, em determinados momentos, uma cisão dentro do próprio tecido social angolano, pois é possível visualizar claramente como os territórios se organizam social, política e economicamente. Enquanto na capital do país, e em algumas capitais provinciais, nota-se o aceleração das investidas do capital estimuladas principalmente pelo processo de reconstrução nacional; em muitos municípios, comunas e aldeias ainda é possível verificar a utilização de sistemas de trocas de mercadorias como um meio de acesso à produção.

A sociedade central e as sociedades periféricas organizam-se distintamente, em função de normas próprias a cada uma delas. As diferenças entre ambos os tipos de sociedade abarcam o modo de produção, a organização política, o estilo de vida e a forma de agir e pensar das pessoas – são, portanto, de natureza econômica, política, sociológica e cultural. (CARVALHO, 2008:80)

No decorrer da colonização, Angola viveu diferentes momentos de conflitos sociais, políticos e econômicos, em decorrência da busca pela independência. Luta esta travada pelos legítimos proprietários da terra para aceder efetivamente e por direito a um território que originariamente já era deles.

Esse processo acirrou-se consideravelmente a partir de 1961 quando os partidos políticos, MPLA (partido majoritário no poder desde 1975), UNITA (conhecido como o partido do Galo Negro) e a FNLA uniram-se com um objetivo único de conquistar a independência do país, fato este que foi celebrado em 11 de novembro de 1975.

²⁰ Disponível em: www.google.com – wikipedia – Angola. Acesso em: 26 fev.2009.

Com a independência, em 1975, o MPLA toma em suas mãos a missão de declarar Angola independente, ascendendo assim ao poder, apoiado pelo bloco socialista, no período da guerra fria, que vigorou desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o final da década de 1980, o que não agradou aos demais partidos, em especial à UNITA que passou a ser apoiada pelo bloco capitalista, culminando com uma guerra civil que durou quase três décadas, vindo a ser finalizada em fevereiro de 2002.

Tendo em conta que a guerra fria que foi bipolarizada pelos Estados Unidos e pela antiga União Soviética, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, pelos Estados Unidos e pelo pacto de Varsóvia, pela União Soviética, cujo objetivo principal era o controle mundial por meio das frequentes exposições de seus arsenais bélicos, isso facilitou, em grande medida, a ampliação da guerra civil em todo o território angolano, pois essas grandes potências firmaram acordos com finalidade econômica e militar, que culminaram no fornecimento de armamentos e pessoal treinados para apoiar, e até mesmo fazer parte desse conflito, em troca do acesso à exploração de diamantes e petróleo em solo angolano.

Essa guerra entre irmãos, e em muitos momentos permeados pela intromissão de estrangeiros, proporcionou efeitos drásticos para a sociedade angolana, ceifando a vida de milhares de pessoas, destruindo as infraestruturas sociais e econômicas, gerando um colapso econômico-social e político, que acentuou consideravelmente a degradação do tecido social e de suas relações interpessoais, em especial, das famílias.

Os tempos de guerra foram muito penosos. Fiquei separada dos meus filhos, da minha família, durante anos. Quase morri de saudade, de depressão causada pela ansiedade e pela distância. (...) A guerra tirou-me uma família e deu-me outra. Nas matas ameí outro homem, que me deu outro filho. Eu sofria ao pensar nos filhos que tinha deixado do outro lado, porque não sabia se estavam vivos ou se estavam mortos. Por causa dessa dor eu cantava baixinho e a mágoa desaparecia e me sentia bem por algum tempo.²¹

A guerra produziu milhões de pessoas deslocadas internamente no país, que se mudavam e deixavam suas áreas conforme o movimento que a própria guerra

²¹ Depoimentos de AMS. In **O livro da paz da mulher angolana** – heroínas sem nome, p. 19

fazia dentro do solo angolano. Nesse movimento, muitas famílias ficaram dispersas, desencontradas e ainda hoje há quem procure por seus familiares.

As famílias concentraram-se principalmente nas sedes de municípios, capitais provinciais e Luanda, capital do país, por considerarem mais seguro. Com o final da guerra, em fevereiro de 2002, iniciou-se um processo de regresso às áreas de origem. Contudo muitas famílias ainda não voltaram e preferem deixar para traz um período que ficou marcado por muitas perdas.

Algumas famílias, em especial os jovens que retornaram para suas áreas de origem, em um dado momento, deslocaram-se novamente para as cidades, devido ao fato de já não se adaptarem ao estilo do campo e da forte pressão que a cultura exercia, principalmente nas áreas rurais e periurbanas.

No tempo de guerra ninguém fala do amanhã; só falamos do momento. Não fala do futuro com as crianças. Só dizíamos: fica aqui muito perto de mim meu filho, se alguém te raptar saberei o que te aconteceu. Se fores morto, bem perto de mim, ao menos poderei sepultar-te; se fores para um lugar distante, será muito difícil te resgatar. Ficávamos sempre juntos, mães e filhos. Mas a nossa relação não era propriamente união; era pressão. Era também uma opressão, porque a união da família só é verdadeira quando os filhos estão em liberdade, voam para longe e conquistam novos lugares...²²

Ainda hoje não se sabe ao certo onde estão e quantos são os angolanos na totalidade. O último censo demográfico realizado em Angola no período colonial (1970) indicava uma população de 5.646.166 habitantes. De acordo com estimativas atuais, a população de Angola possui uma cifra aproximada de 16.900.000 de pessoas, sendo que, destas, aproximadamente 4 milhões vivem na capital do país, Luanda²³, em decorrência do contínuo processo de deslocamento de famílias ocorrido durante o período de guerra.

Os efeitos devastadores da guerra levaram à ruptura do tecido social pela destruição dos valores morais e éticos tradicionais baseados na confiança e na solidariedade comunitárias, e fizeram emergir o fenômeno da exclusão e destruição social atingindo particularmente velhos, mulheres e crianças. O desvio de recursos humanos e financeiros dirigidos para a guerra, ocorrendo o colapso do funcionamento dos sistemas de educação e saúde. Assiste-se ao crescimento do analfabetismo, ao aumento de doenças e novos surtos de epidemia. (CABRAL, 2006:81)

²² Depoimentos de M. In **O livro da paz da mulher angolana** – heroínas sem nome, p. 61.

²³ Disponível em: www.google.com. – wikipedia – Angola. Acesso em: 26 fev.2009.

A população angolana é constituída majoritariamente por negros africanos, e da etnia Ovimbundu, dos quais 53% residem em áreas consideradas urbanas, com expectativa de vida abaixo dos 43 anos de idade, conforme Tabela 2.²⁴

Tabela 2 – Constituição da população angolana - raça e etnia

Raça	Percentagem
Africanos negros	95
Branco	2
Mulatos	2
Outros	1
Etnias	Percentagem
Ovimbundus	37
Quimbundus	25
Bakongos	13

Expectativa de vida (2006) :

- 🇺🇦 homem: 40,1 anos
- 🇺🇦 mulher: 43 anos

Estrutura por idade (2002):

- 🇺🇦 menores de 15 anos: 47,7%
- 🇺🇦 de 16 a 59 anos: 47,9%
- 🇺🇦 maiores de 60 anos: 4,4%

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2004, aponta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), extremamente baixo, de 0,439 (161^o), sendo que, no mesmo relatório produzido para 2007, houve um descenso para o 162^o lugar.

Na Tabela 3, constam alguns dados importantes para a compreensão da realidade vivenciada pela população angolana.

²⁴ Disponível em: www.wikipedia.org/angola/demografia . Acesso em: 21 out. 2009.

Tabela 3 – Indicadores sociais – população e IDH

Área Territorial	
- Total	1.246.700 km ² (23 ^º)
- Água (%)	Desprezível
População	
- Estimativa de 2007	16.900.000 hab. (70 ^º)
- Censo 1970	5.646.166
Densidade	13,56 hab./km ² (199 ^º)
PIB (base PPC)	Estimativa de 2007 (FMI)
- Total	US\$ 91.286 bilhões (62 ^º)
- <i>Per capita</i>	US\$ 5.590 (96 ^º) ²⁵
Indicadores sociais	
- IDH (2007)	0,446 (162 ^º) – baixo
- Esperança de vida	42,7 anos (190 ^º)
- Mortalidade infantil	131,9/mil nascimento (4 ^º)
- Alfabetização	67,4% (142 ^º)

Fonte: www.wikipedia.com, Acesso em: 26 fev. 2009.

Considerando que o PIB de Angola, em 2007, teve um aumento de 16%, isso não se refletiu diretamente na melhoria das condições de vida das pessoas, já que o IDH saltou da posição 161^º (2004), para 162^º (2007).

²⁵ A **renda per capita** ou **rendimento per capita** é um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de um país ou região (*é a soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes*) e consiste na divisão da **renda nacional** (**produto nacional bruto** menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população. Por vezes, o **produto interno bruto** é usado. Embora seja um índice muito útil, por se tratar de uma média, esconde várias disparidades na distribuição de **renda**. Por exemplo, um país pode ter uma boa **renda per capita**, mas um alto índice de concentração de renda e grande desigualdade social. Também é possível que um país tenha uma baixa **renda per capita** mas não haja muita concentração de renda, não existindo assim grande desigualdade entre ricos e pobres. Disponível em: www.wikipedia.com. Acesso em: 6 mar.2010.

Assim, pode-se dizer que o processo de concentração de renda ainda está restrito a um pequeno grupo, que controla a política, o petróleo e os diamantes, enquanto que a maioria da população continua a sofrer com a pauperização constante.

A economia angolana apresenta assimetrias setoriais muito graves e que se traduziram num notável crescimento da economia petrolífera e numa praticamente estagnação dos restantes setores de atividade econômica, dos quais, no entanto, depende, em termos de emprego e rendimentos, a grande maioria da população. (CABRAL, 2006:84)

Embora o Relatório de Desenvolvimento Humano seja considerado um instrumento de validade internacional, o governo de Angola, desde 2004, vem contestando veementemente os resultados neles contido, por considerar que os peritos que elaboram o referido relatório estão utilizando dados desatualizados.

Se considerarmos os dados que estão à disposição de Angola, o índice de desenvolvimento humano que é referido no relatório 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pode não espelhar a atual realidade do país, sobretudo no nível da educação²⁶.

Esse desencontro de informações muitas vezes dificulta-nos fazer uma análise mais apropriada das condições de vida da população, pois o interesse internacional busca mostrar o que está visível nas ruas, nas escolas, nas cidades, no meio urbano e meio rural; uma população que, apesar de oito anos de paz e dos investimentos do governo no programa de reconstrução nacional, que se concentra principalmente na capital do país e nas capitais provinciais, ainda não conseguiu ter o acesso digno ao mínimo de serviços sociais básicos.

Economicamente, a agricultura é ainda uma importante fonte de produção para a sustentabilidade básica familiar. Angola, apesar dos novos projetos no setor, possui uma agricultura voltada mais para a subsistência e para a pequena produção excedente que propicia apenas pequenos negócios informais, cuja renda é utilizada para a manutenção das necessidades básicas da família, especialmente a compra de produtos industrializados de primeira necessidade, sendo que a maior força de trabalho utilizada é o esforço físico das mulheres e crianças.

²⁶ Disponível em WWW.portalangop.co.ao. Acessado em 23/10/2009 – Palavras do Vice Ministro da Educação para a Reforma Educativa.

Os filhos no meio rural ajudam as mães a trabalharem nas lavras, quanto mais, (...) mais oportunidade tem de ter meios para a subsistência, e talvez também para gerar rendas. (...) Pode ser que a família seja tida como uma família rica porque tem muitos meios produtivos. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

De outro lado, ainda nos deparamos com a dependência internacional, pois grande parte dos produtos industrializados necessários ao suprimento das necessidades básicas familiares continua sendo importada de países africanos com melhor índice de desenvolvimento, da Europa e de outros países com os quais Angola mantém relações diplomáticas e econômicas, como é o caso do Brasil.

O potencial econômico de Angola está concentrado principalmente na exploração de petróleo e diamantes, que foram fatores predominantes para a concretização de uma guerra civil sem limites, durante aproximadamente três décadas, contando ainda, nesse período, com as influências externas patrocinadas pelo bloco socialista, que apoiava o governo e o bloco capitalista a favor da guerrilha.

Com o final da guerra, em 2002, o governo passa a investir mais internamente e principalmente nos setores produtivos, na reconstrução e em serviços sociais básicos, em menor escala.

Angola está entre os países com mais rápida expansão econômica em todo o mundo. Ascendeu já, aliás, à posição de terceira maior economia da África Subsaariana, atrás apenas da África do Sul e da Nigéria, quando era ainda a sétima em 2000.²⁷

Com a atual crise econômica mundial que se refletiu diretamente na queda dos preços do petróleo, Angola, como a maioria dos países africanos, passa a sofrer com a considerável queda nos indicadores econômicos, e esse ônus, sem dúvida, recairá no desenvolvimento social do país e se refletirá diretamente no orçamento familiar e, por consequência, será mais um fator determinante de agravamento da pobreza que deverá, mais uma vez, ser gerenciado pelas mulheres, e, conseqüentemente, incidirá negativamente no esforço governamental em continuar

²⁷ Disponível em: www.angola.internet.ao - Projeto Portal do Governo. Acesso em: 23 out. 2009.

com o programa de desenvolvimento e reconstrução do país, após o longo período de guerra.

Ao visualizar Angola dentro do continente africano, verifica-se a grande extensão de fronteiras existentes com os países limítrofes: Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e Botsuana.

Se, por um lado, essa interação com os países vizinhos pode trazer benefícios, como o intercâmbio de culturas, línguas, e inclusive negócios, por outro, a dificuldade de controlar essa mesma extensão territorial fronteiriça traz vários problemas, principalmente por causa da exploração ilegal de diamantes, que é perpetrada por angolanos e também pelos vizinhos, em especial da República Democrática do Congo, fazendo emergir constantes e sérios abusos no que diz respeito aos direitos humanos, seja contra homem ou contra a mulher.

Ainda, com essa facilidade proporcionada pela dificuldade de controle das áreas fronteiriças, milhares de pessoas utilizaram-na como uma possibilidade de salvarem suas vidas refugiando-se nos países limítrofes durante o longo período de guerra civil.

O diamante, pedra bruta que depois de lapidado brilha diante dos olhos daqueles que possuem poder de compra e faz de Angola um dos maiores exportadores desse minério, é comumente chamado de a “pedra de sangue”, pois por causa delas alguns vivem, outros sobrevivem, muitos morrem.

No mapa do continente africano ²⁸ que apresentamos a seguir, é possível visualizar todo o continente e, especificamente, Angola, com a Província do Bié, onde foi possível, com as vivências cotidianas apreender um pouco de sua história, de seu povo, e das mulheres que são os sujeitos desta pesquisa, contando ainda com o apoio da oralidade histórica manifestada pelos “Mais Velhos”, para que possamos compreender como se tecem as relações sociais nesta Província, desde os primórdios até o presente momento.

²⁸ Disponível em: www.suapesquisa.com/mapas. Acesso em: 23 out. 2009.



Figura 1 – Mapa do continente africano

É dentro desse contexto que se insere a Província de Bié, onde foi possível vivenciar durante os anos de 2000 a 2003 o cotidiano de lutas, resistências, alegrias e prantos de mulheres, mães e filhas para sobreviverem e garantir a sobrevivência de todos que estavam sob sua responsabilidade.

Hoje, ao regressar para realizar a pesquisa, foi possível ver que a maior parte dessas características ainda permanece, mas já com um novo sabor, o sabor de algo que a cada dia se transforma e fica cada vez melhor, mais aprimorado, é o sabor da paz, da conquista, do desenvolvimento que está chegando.

2.2 Bié - Sua História, sua Origem na Voz dos “Mais Velhos”²⁹

*Olongombe Viye*³⁰

(Que os bois venham)

Falar da história do Bié não é uma tarefa fácil, pois até o presente momento existem várias versões, o que dificulta saber exatamente qual a verdadeira história de sua origem e fundação. A dificuldade em encontrar registros oficiais ainda persiste, e a maioria das informações está disponível em diferentes *sites* na Internet.

Para dar maior cientificidade à pesquisa, procuramos informações em diferentes setores do governo, organizações não governamentais e na rádio local de Kuito. Nesse périplo pela cidade de Kuito, um amigo jornalista aconselhou-me a ir até a Direção Provincial da Cultura, pois lá haveria de encontrar a história, ao menos a que é contada pelos Mais Velhos.

Foi num prédio novo, construído de raiz e praticamente vazio, porque já se passava da hora do expediente normal, que fui apresentado por um dos funcionários, que já conhecia desde 2000, a um Mais Velho, estreito, alto e de fala mansa, e que se prontificou em me ajudar.

Entrou em seu gabinete e retornou rapidamente com algumas páginas impressas sobre a história do Bié, e foi muito preciso: “Esta é a história do Bié que foi contada pelos Mais Velhos e que passamos para o papel. O senhor pode levar tirar uma cópia e me devolver esse original, porque já não tenho outro”.

Como o Mais Velho estava ocupado, já não houve tempo para mais apresentações e assim o fiz, fui tirar uma cópia do tão precioso documento. Nesse breve contato, ficou muito clara a importância de que se revestia esse documento, já que era um reavivamento de toda a história biena coletada pelos Mais Velhos das comunidades por meio da oralidade, dos momentos de conversa e das sentadas no Onjangos, história esta que nos leva por volta dos anos de 1750.

²⁹ Membros mais idosos das comunidades com alto reconhecimento dentro da cultura Ovimbundu.

³⁰ História da origem do nome da Província de Bié, segundo as histórias contadas pelos mais velhos das comunidades, transcrita e informatizada pela Direção Provincial da Cultura.

Assim, peço-lhes que tomem o seu lugar e sintam-se confortáveis neste Onjango, onde os Mais Velhos vão contar-nos essa história.³¹

A província do Bié deve o seu nome ao ancestral fundador da Embala Ekovongo que noutrora foi a sede capital do Reino do Viye. Havia um homem no reino do Humbi de nome Vingongombanda, que era caçador. Certo dia dirigiu-se a mata para caça e deparou-se com um elefante o qual atingiu, sem reparar que se o tiro fosse mortal, apenas lembrou-se que o animal quando caísse não conseguiria levar toda a carne, mas na época não era comum matar-se elefantes, e julgava-se que só um Deus feiticeiro ou mágico poderia fazê-lo o povo atemorizou-se com a notícia e expulsou Vingongombanda daquela aldeia.

Alguns homens em numero de seis que também eram caçadores creram em Vingongombanda e seguiram-no até o lugar onde ele atingira o elefante, não tendo encontrado seguiram o seu rasto convencidos de que o encontrariam caído.

Depois de uma longa caminhada sentiram-se cansados e dirigiram-se a uma aldeia chamada Etalala para descansar e como as provisões tinham acabado, decidiram fazer caça de pequenos animais a fim de se reabastecerem e continuarem na perseguição do elefante.

VINGONGOMBANDA TOMA O APELO DE VIYE

Nessa Aldeia de Etalala havia bois e como Vingongombanda sabia que os pequenos animais tais como coelhos, cabras da mata e algumas aves são atraídos pelos bois, por esta razão pedia aos proprietários que os permitissem sair com os bois a fim de aproveitar caçar os animais que se aproximassem dele.

Como eles estavam determinados a perseguir o elefante onde quer que fosse, precisavam de preparar muita carne. Por isso, ficaram em Etalala alguns dias durante os quais todas manhã Vingongombanda clamava para os pastores trazerem os bois dizendo: **Olongombe Viye**, em português, “que os bois venham”. Como o povo não conhecia o nome dele passou a tratar-lhe de Viye. Na continuidade de perseguir o elefante Viye parte com um dos seus companheiros deixando em Etalala outros cinco.

ENCONTRO DE VIYE COM KAHANDA

Nesta região encontrava-se outro caçador vindo do Songo em companhia de sua irmã Kahanda filhos do Velho Tembo. As caçadas duravam dois a seis meses nas matas, do Luando a Etalala. À Kahanda, cabia a tarefa de secar e armazenar a carne num lugar previamente preparado na mata.

Viye na perseguição do elefante surgiu naquele lugar. O caçador encontrado tomado de pânico fugiu para a sua Aldeia deixando só a Kahanda com os intrusos. Quando chegou na presença do pai explicou-lhe a ocorrência o pai julgou que sua filha estivesse morta porque se presumia que Viye e seu companheiro eram fantasmas. Por isso o pai obrigou seu filho ir buscar a irmã a todo custo. Pediu auxílio aos anciãos da Aldeia que cedessem seus filhos para formar uma caravana e partissem em socorro da Kahanda. Partiram para essa missão seis rapazes e seis raparigas. Quando chegaram ao local encontraram Kahanda sã e salva na companhia de Viye e o outro.

³¹ A presente narrativa foi transcrita do documento digitalizado na Direção Provincial da Cultura do Bié, em sua estruturação original, obedecendo à forma com o qual foi redigida.

Após a chegada dele, Viye apaixonado pela Kahanda pediu-lhe para ser sua esposa. Kahanda disse: se na verdade fosses fantasma eu morreria, deste modo aceito o seu pedido.

O companheiro dele também escolheu uma das seis raparigas vindas em socorro de Kahanda, formando com ela um casal; constituindo aquele lugar num acampamento.

Depois de alguns dias Viye decide ir visitar os cinco companheiros seu que deixara na Etalala. E todos os outros decidiram acompanhá-lo. Quando chegaram, os outros ficaram cheios de alegria e cada um escolheu uma das raparigas e constituíram sete casais.

A ORIGEM DO NOME EKOVONGO

Depois dos sete casais viverem um bom tempo, Viye ficou doente, procuraram um curandeiro a quem encarregaram de o curar, este pediu a Kahanda que fosse acarretar água a um poço ali existente para com ela preparar o medicamento. Quando Kahanda chegou ao poço ao introduzir a cabaça dentro da água ouviu uma voz que dizia: OVE UTAPI WO VAVA YAYULAKO VIYE YO OFA, que traduzido em português: Tu que acarretas água apressa-te que Viye esta a morrer.

A rapariga assustada olhou a sua volta, mas não viu ninguém. Ao voltar a introduzir a cabaça na água, a voz voltou a se ouvir com as mesmas palavras, mas ninguém apareceu. Ela apressou-se a levar a água, mas não se atreveu a perguntar quem a seguira a chamar-lhe e mesmo contar o sucedido.

Depois de Viye melhorar e a vida voltar a normalidade Kahanda decidiu explicar a seu esposo o sucedido quando o curandeiro lhe mandara acarretar água. Viye após ouvir sua esposa pediu-lhe que fossem ao mesmo lugar, assim foram, mandou introduzir a cabaça na água, mas a voz não se fez ouvir. No entanto, por ele ter curado achou que alguma força sobrenatural intervirá em seu favor e em memória chamou aquele lugar de Ekovongo. O que significa “Chamamento”, ou seja, o lugar os chamou na voz da água e ali habitaram, construindo uma Aldeia com os seus companheiros e outras pessoas que lhe seguiram e Viye se tornou chefe. Ekovongo cresceu tanto que se tornou a capital do Reino de Viye.

O REINO DO BIÉ – ORIGEM E MIGRAÇÃO

(...) Consta que o Bié deve o seu nome ao grande caçador Viye natural de Humbe, que se instalou no território cerca do ano 1750 e fundou o Reino a que deu o seu nome.

O primeiro filho do caçador com uma mulher chamada Kahanda chamou-se kangombe e o segundo Kimbi. “O período em que viveu em comunhão com os seus filhos e esposa tivera muita riqueza, isto é, muita carne de caça.

(...) Os anos de 1750 até 1890 tiveram vários reis dos quais se fazem referência a Viye. (...) Em 1772 no trono da Embala Ekovongo encontrava-se Njilahunlu. (...) Njilahunlu, por causa da aquisição de algumas riquezas, como a pólvora teria vendido seu irmão aos portugueses.

Kangombe depois de vendido foi levado como escravo para Luanda servindo ao Governador Português nesta colónia. Dado o interesse dos portugueses em obter informações sobre a localização das fontes das riquezas do Viye, organizaram uma expedição na qual Kangombe como escravo liberto estava incluído com o fim de prestar informações.

(...) Quando os portugueses chegaram à região do Viye o poder da Embala Ekovongo estava sob a tutela do Soba Ndunduma. De entre os portugueses estava Silva Porto.

Silva Porto quando parte de Luanda fixa-se em Benguela em 1845. Em seguida veio instalar-se na kibala dai seguiu para a Embala Elumau a que chamamos atualmente de Bailundo, onde tivera arranjado uma senhora negra de nome Maria.

Nessa época o Soba Katiavala do Bailundo não permitia nenhum branco viver com mulheres negras. Quando isso acontecesse punha-a em situação de escrava ou mandava assassinar.

Ndumduma acompanhou Silva Porto ao Bié para mostrar-lhe o local de nome Belmonte e ai construiu a sua Embala igual a do Soba Ndumduma, e foi nesta altura que lhe disse que o seu pai chamava-se Viye. A partir dai esta região passou a chamar Bié

CULTURA

A produção artesanal foi muito rica neste período produziram várias qualidades de sextaria utensílios agrícolas com adornos e o destaque vai para a enxada de cabo duplo,³² a olaria, fabrico de esteiras e quindas este ultimo particularmente artistico nos Ovimbundos de kakonda e Kalukembe.

O comércio trouxe aos povos guerreiros do Huambo (planalto) as armas de fogo (pedreira) que se juntava aos tradicionais purinhos, zagaias, arcos e flechas. No vestuário adoptaram há muito os tecidos importados substituidos pelo tradicionais panos de entre casca de árvores e das peles de boi ou palancas, bem tratadas e amaciadas. Os penteados e adornos aos cabelos, apresentavam grandes variedades nos homens e nas mulheres. Estas também usavam tatuagens no rosto, nas costas e no ventre.

As aldeias em geral eram fortificadas com paliçadas de paus cravados no solo também separando as várias residências familiares. Cada casa tinha celeiro e galinheiro e, por vezes uma cozinha a parte. Todas as aldeias tinham um jango, simultaneamente escola e Club do homens. Centro de vista social e cultural colectiva era o largo da Aldeia, o terreiro de dança.

As práticas religiosas tradicionais dos Ovimbundos eram similares as dos seus vizinhos com grande importância dada a adivinhação e a ligação com os espiritos dos antepassados. O culto dos antepassados assume aspectos particulares na veneração dos crânios dos chefes falecidos guardados em caixas em lugares especiais (Akokoto)³³, ainda em vigor nas chefias tradicionais.”

³² Nota do pesquisador: Uma enxada pequena que possuía um cabo tipo em V que as mulheres seguram com as duas mãos para trabalhar nos campos agrícolas. Ainda hoje é utilizada no meio rural, e as mulheres têm preferência em relação às do modelo que utilizamos no Brasil.

³³ Geralmente realizam uma grande cerimônia festiva com muitas danças, comidas e bebidas para venerar os antepassados e pedirem ajuda para que o próximo período agrícola seja farto, produtivo, entre outros pedidos.

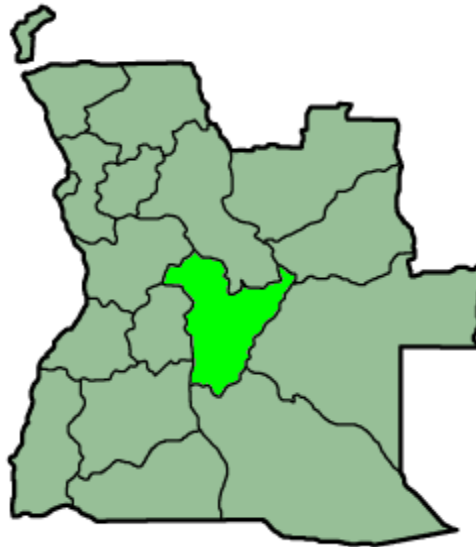


Figura 2 - Mapa de Angola com destaque da Província de Bié³⁴

Ao ouvirmos essa história que nos foi contada pelos Mais Velhos, por vezes podemos ter o deslize de compará-la com a de Adão e Eva, Caim e Abel, sendo que algumas pessoas chegam a refletir, mas sem, contudo, aprofundar e compreender como uma possível intervenção do clero católico poderia influenciar, ou até mesmo minar, as possibilidades de manter a cultura e a tradição de um povo.

Ao ouvir como se deu a história da formação do povo da Província do Bié, pode-se refletir sobre alguns pontos importantes no que se refere ao trabalho feminino, subalternidade, autonomia e a influência da cultura nessas categorias de análise, que no decorrer desta dissertação vamos abordando com a ajuda dos nossos Mais Velhos e de nossas Mais Velhas.

Podemos ver claramente que a identidade desse povo está intimamente ligada aos aspectos culturais que se fundam na ancestralidade, na ligação com o sobrenatural e com o meio ambiente, e, ao mesmo tempo, nos vai propiciando indicações quanto à divisão sexual do trabalho e o estabelecimento das relações entre marido, mulher e filhos.

³⁴ Disponível em: www.wikipedia.com. Acesso em: 23 out. 2009.

Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo. Isto não implica, todavia, que as atividades socialmente atribuídas às mulheres sejam desvalorizadas em relação à dos homens. (SAFFIOTI, 2004: 58)

Com essa história fica patente que, desde o princípio, os papéis eram claros, o homem era o responsável de encontrar a caça para prover alimentos, enquanto a mulher em preparar a carne para ter uma longa duração, ter um lugar seguro para guardá-la e se responsabilizar pelos cuidados do esposo e dos filhos.

Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabe aos homens e a segunda às mulheres. (...) Enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta. Um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal grande ou médio porte, provendo as necessidades de seu grupo, como pode voltar sem nada. Logo, a atividade dos homens, realizada uma ou duas vezes por semana, não é confiável em termos de produto. Já as mulheres lhes permite voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos. A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho da mulher. (Idem, p. 58)

Nesse sentido, também podemos ver que mesmo nas primeiras formações familiares, nesse caso o Bié, os territórios já eram bem definidos, ficando as mulheres com os espaços de reprodução, ou seja, o ambiente doméstico, a responsabilidade de manter as necessidades básicas e a procriação, enquanto aos homens era dado não só o papel de chefe, de patriarca, mas também, e inclusive, o direito de ter um ambiente especial dentro das próprias aldeias, como ouvimos nas palavras do Mais Velho, o Clube dos Homens.

Contudo, apesar dessa marcante diferenciação entre homens e mulheres, ainda nas sociedades de caça e coleta, podemos dizer que as mulheres, em alguns aspectos, possuíam um papel reconhecidamente mais importante que as sociedades atuais. Em dado modo, apesar de não serem detentoras de poder na mesma proporção que os homens no seio da comunidade, eram valorizadas por seus atributos místicos e principalmente pelo fato de poder conceber e dar à luz, sendo esse presumível poder reconhecido e valorizado até mesmo pelos homens.

Estas, embora não fossem detentoras de mais poder que os homens, nas sociedades de caça e coleta, eram consideradas seres poderosos, fortes, verdadeiros seres mágicos, em virtude de sua capacidade de conceber e dar à luz, presumivelmente sozinha. Como a caça não é uma atividade diária, aos homens sobrava muito tempo livre, imprescindível para o exercício da criatividade. Foi, por conseguinte, na chamada “sombra e água fresca” que os homens criaram sistemas mais simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras. Este processo foi extremamente lento, graças à resistência das mulheres. (Idem, p. 59-60)

Ao ouvirmos os Mais Velhos que nos contaram a história, apreendemos pela atitude de Kahanda que enquanto mulher não teve medo, e estando sozinha e abandonada pelo irmão enfrentou o desconhecido, enfrentou a história cultural, e mostrou que a mulher angolana é corajosa, é capaz de enfrentar não só os seres vivos, mas também aqueles que elas não tinham certeza, ou não compreendiam o que era, e assim construir uma história, uma história de luta e resistência em busca de uma sociedade onde as relações possam ser mais iguais.

A Província do Bié com cerca de 72.000 km² em forma de coração é uma pere-planície situada no centro geográfico de Angola. É no Bié que nascem alguns dos mais importantes rios, sendo a bacia hidrográfica mais rica do País. O Kwanza, o maior rio de Angola, nasce próximo da Comuna do Mumbué, Município de Chitembo. Na parte leste situam-se os rios Luando e Cuemba, com aproveitamento hidroelétrico, graças às suas enormes quedas localizado junto das povoações a que deram os nomes. Do ponto de vista geológico, todo o território encontra-se ainda na fase primária das prospecções e explorações das riquezas minerais, estando localizados minerais metálicos no município do Andulo, a 20 km a sul da cidade, conhecida pela designação de jazida de ferro do Andulo ou Chillesse, havendo ainda nessa localidade minerais radioativos nunca explorados, assim como fosfatos. Existem diamantes na Nhârea, Tchitembo e Cuemba, ao longo da bacia do rio Kwanza, especialmente em Caieye, Rando e Lubia.

³⁵

É dentro dessa ampla e riquíssima teia cultural, e no *mix* entre a riqueza dominada pelo estado e alguns privilegiados, e a pobreza visível de grande parte da população, que se encontra o Município de Kuito, que traz em si, historicamente, o sofrimento de duas tragédias e porque não dizer dois massacres ocorridos em diferentes épocas.

³⁵ Devido à dificuldade em encontrar informações bibliográficas específicas sobre a província do Bié, utilizo os dados encontrados no *site* do Consulado de Angola – www.consuladodeangola.org, acessado em 6 mar. 2008, quase que totalmente “na íntegra”, fazendo alguns acréscimos em função do meu conhecimento adquirido localmente no período em que lá vivi.

A pobreza envolve muito mais do que uma baixa renda e ela se torna praticamente clara quando pessoas afetadas por ela são solicitadas a defini-la em suas próprias palavras. Ela diz respeito a um sentimento de impotência, frustração, exaustão, exclusão de processos decisórios; refere-se ainda a falta de acesso a serviços públicos, ao sistema financeiro e a qualquer outra fonte de apoio oficial. O acadêmico Robert Chambers considera que o mundo está dividido entre quem está 'por cima' e quem está 'por baixo', uma descrição que corresponde a diversos aspectos da pobreza, como a subjugação de mulheres por homens e os desequilíbrios de poder observados entre grupos étnicos ou classes sociais. (...) A desigualdade desperdiça talentos. Quando as mulheres são excluídas de emprego de alto nível, metade do talento de qualquer nação é desperdiçada. (GREEN, 2009:6-7)

A guerra dos nove meses de 1992, que ocorreu dentro da sede da cidade capital, o Município de Kuito, e o reinício da guerra em dezembro de 1998, que gerou quase um milhão de deslocados internos, somente na Província de Bié, e com aproximadamente trezentas mil pessoas, em sua maioria mulheres, crianças e idosos, em 32 campos de deslocados nos arredores da sede municipal de Kuito, ainda hoje não esquecida devido às consequências sofridas pelo povo Bié, com a total destruição das infraestruturas, a morte de mais de 8 mil pessoas, somente dentro da cidade, o estilhaçamento de todo o tecido humano e perda das relações sociais.



Foto: Claudio Lopes – 2001

Foto.8 - Família recém-chegada em campo de deslocados em Kamacupa, Bié

De acordo com a quarta Conferência Mundial das Mulheres realizada em Beijin, em 1995³⁶, mulheres e crianças constituem 80% dos milhões dos refugiados e pessoas deslocados do mundo, incluindo as internamente deslocadas. Elas são ameaçadas pela privação da pobreza, pela falta de bens e serviços e do direito de retornarem para sua terra de origem, assim como ameaçadas pela violência e insegurança.

A Província de Bié, conhecida como Silva Porto, no período colonial, como todo o território angolano, esteve sob o domínio português até o ano da independência, em 1975. Com o resultado da independência, um longo período de guerra civil se alastrou por toda Angola, sendo a cidade de Kuito uma das mais fustigadas pelos combates, especialmente em 1992.

No decorrer dos conflitos armados, intermediados pelos processos de paz ocorridos principalmente em 1992, em Bicesse; Luzaka, em 1996 e Memorando de Entendimento de Luena, em 2002, Bié foi uma das províncias mais afetadas pela guerra, com aproximadamente um milhão de pessoas deslocadas internamente.

Em 1992, após a divulgação dos resultados da primeira eleição geral, que foram contestados pela oposição, e com o retorno da guerra, a linha de fronteira na pequena cidade capital Kuito ficou delimitada pela avenida principal, fazendo um incontável número de mortos.

Após o fim da guerra de 2002, iniciou-se um processo de exumação de mais ou menos 8 mil cadáveres dos quintais, jardins e praças, para um novo campo santo, chamado Cemitério dos Mártires. Assim, Kuito é chamada hoje de a Cidade dos Mártires.

³⁶ Disponível em: www.un.org/womenwatch/beijin/plataform/armed. Acesso em: 7 nov. 2009.



Foto: Claudio Lopes – agosto/2009
Foto 9 - Cemitério dos mártires em Kuito

Esse, sem dúvida, foi mais um processo de vivência dolorosa, pois, em geral, quase todas as famílias que vivem na cidade capital Kuito, tinham algum ente querido para ser exumado e depois sepultado condignamente, de acordo com os rituais culturais local.

Após o período de oito anos decorridos do final da guerra, é possível sentir, nas falas das pessoas, no seu sorriso, no seu modo próprio de viver, que a paz veio para ficar, e assim, pouco a pouco, vão reconstruindo suas vidas, suas relações e reaprendendo a viver numa sociedade, sem ter medo ou receio de buscar novos objetivos e planejar o futuro.

Nesse sentido, o governo angolano também está dando novos impulsos nos diferentes setores das províncias, com seu Plano de Reconstrução Nacional, contudo por causa do agravamento da crise econômica mundial, em seu discurso de comemoração do Dia da Mulher Africana, a governadora provincial informou que o orçamento da província foi reduzido em 35%, o que ocasionou também redução do mesmo percentual no programa do governo provincial.³⁷

³⁷ Anotações do discurso da governadora do Bié, em 31 de julho de 2009, por ocasião da comemoração do Dia da Mulher Africana, no Salão do Colégio Nossa Senhora da Paz, no Kuito

Essa situação gera no nível nacional mais desequilíbrio, pois reforça cada vez mais o fortalecimento de uma sociedade com poder centralizado e desenvolvimento acelerado para a capital do país, enquanto que nas províncias os municípios e comunas ficam relegados a segundo plano.

A Província do Bié é constituída por nove municípios e, segundo dados de contagem dos membros das comunidades feito pelas administrações municipais³⁸, no primeiro trimestre de 2009, com o apoio das autoridades tradicionais, possuía uma população com 2.207.943 habitantes.

Tabela 4 – Demografia da Província de Bié

Nº	Municípios	Habitantes
1	KUITO	973.900
2	KUNHINGA	77.063
3	KATABOLA	181.825
4	KAMACUPA	247.499
5	KUEMBA	45.093
6	ANDULO	311.544
7	CHINGUAR	123.952
8	CHITEMBO	92.733
9	NHAREA	154.334
TOTAL GERAL		2.207.943

Fonte: Gabinete de Apoio e Controle das Administrações
Municipais e Comunais – 1º trimestre/2009

2.3 O Município de Kuito

Dentre os nove municípios, a área considerada como local da pesquisa é o Município de Kuito, onde está concentrada 44% da população, sem uma distinção muito clara entre o que se compreende como meio urbano, periferia e rural, já que os hábitos e costumes não diferem muito.

³⁸ Equivalem às prefeituras no Brasil.

E grande parte da população urbana ainda persiste no hábito de cultivar pequenos campos agrícolas nas áreas de baixa³⁹ com concentração de água para contribuir com o orçamento familiar. Para as mulheres com hábitos estritamente urbanos, a atividade geralmente é desenvolvida nos finais de semana, utilizando-se do tempo livre para realizar esta tarefa, sendo ela intensificada nos períodos de plantio e de colheita.

Apresentaremos algumas tabelas e gráficos que foram produzidos a partir das informações do Gabinete de Apoio e Controle das Administrações Municipais e Comunais, referente ao primeiro trimestre de 2009. Importante se faz conhecê-las para melhor compreender como influenciam nas relações de gênero, e como estatisticamente se visualiza a possibilidade de mudanças futuras.

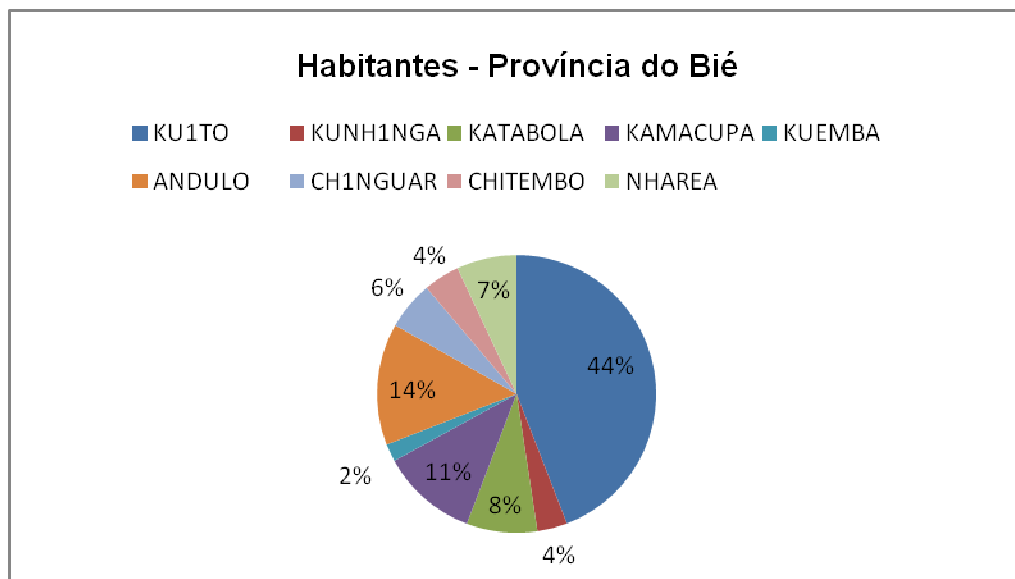


Gráfico 2 - Habitantes da Província de Bié

³⁹ São aquelas localizadas nas proximidades de pequenos riachos ou lagoas, com mais concentração de água, o que facilita o plantio de verduras e legumes em qualquer época do ano, não ficando dependente do calendário agrícola.

Tabela 5 - População geral do município de Kuito distribuída por comunas

Crianças	Sexo	Idade	Sede	Kunje	Trumba	Chicala	Kambandua	Subtotal	Total
		0-4 anos	19.936	2.505	1.286	1.316	1.805	26.848	
	0-4 anos	0-4 anos	20.721	3.573	1.432	1.692	1.727	29.145	
	5-9 anos	5-9 anos	18.769	3.906	1.211	1.274	1.578	26.738	
	5-9 anos	5-9 anos	21.275	2.243	1.214	1.582	1.445	27.759	
									110.490
Masculino		10 a 14 anos	21.607	3.480	1.270	1.181	1.520	29.058	
Feminino		10 a 14 anos	22.717	3.707	1.181	1.530	1.492	30.627	
Masculino		15-19 anos	21.132	2.333	1.178	1.190	1.432	27.265	
Feminino		15- 19 anos	21.649	3.261	1.055	1.603	1.380	28.948	
Masculino		20-24 anos	19.774	3.233	880	1.085	1.270	26.242	
Feminino		20-24 anos	20.099	3.617	785	1.453	1.112	27.066	
Masculino		25-29 anos	19.404	3.790	799	1.150	1.138	26.281	
Feminino		25-29 anos	19.553	3.533	608	1.273	1.085	26.052	
Masculino		30-34 anos	20.683	4.316	414	1.008	848	27.269	
Feminino		30-34 anos	22.358	1.913	279	1.192	774	26.516	
Masculino		35-39 anos	21.136	3.603	225	774	835	26.573	
Feminino		35-39 anos	22.266	2.503	272	1.031	991	27.063	
									328.960
Masculino		40-44 anos	24.660	3.049	215	941	986	29.851	
Feminino		40-44 anos	27.199	3.364	210	682	819	32.274	
Masculino		45-49 anos	25.045	3.139	204	541	749	29.678	
Feminino		45-49 anos	56.400	2.450	230	1.075	954	61.109	
Masculino		50 - i 4 anos	34.944	383	154	470	177	36.128	
Feminino		50-54 anos	35.076	189	105	457	190	36.017	
Masculino		55-59 anos	33.649	2g3	89	440	126	34.587	
Feminino		55-5 9 anos	36.069	216	80	364	99	36.828	
Masculino		60-64 anos	58.607	100	67	383	77	59.234	
Feminino		60-64 anos	74.061	1.155	54	189	106	75.565	
Masculino		65-69 anos	27.816	1.236	35	141	52	29.280	
Feminino		65-69 anos	27.323	1.095	48	142	55	28.663	
Masculino		Mais de 70	26.691	1.063	38		85	27.877	
Feminino		Mais de 70	15.647	1.586	33		93	17.359	
									534.450
Total geral			836.266	70.824	15.651	26.159	25.000	973.900	973900

O objetivo de demonstrar os dados de população da província e mais especificamente do Município de Kuito, dá-se em função de que é muito comum referirem as causas de violência contra a mulher, o reforço de seu papel de submissão, entre outras tantas peculiaridades na sociedade angolana, e, nesse caso, a sociedade biana, à desproporção existente entre a quantidade de homens e mulheres.

Nesse sentido, havendo mais mulheres do que homens, estes ficam numa posição confortável para dar crédito à suposição e manter a hegemonia da autoridade masculina, reforçando cada vez a submissão das mulheres e criando obstáculos para a possível superação das diferenças.

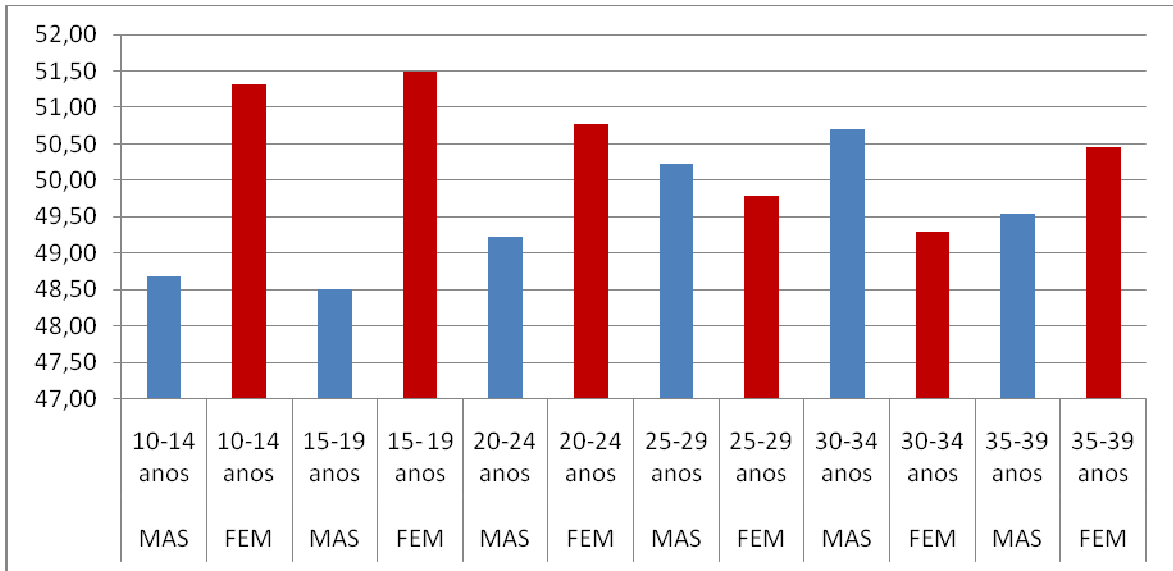


Gráfico 3 - Distribuição da população feminina e masculina 10 a 39 anos - no município de Kuito

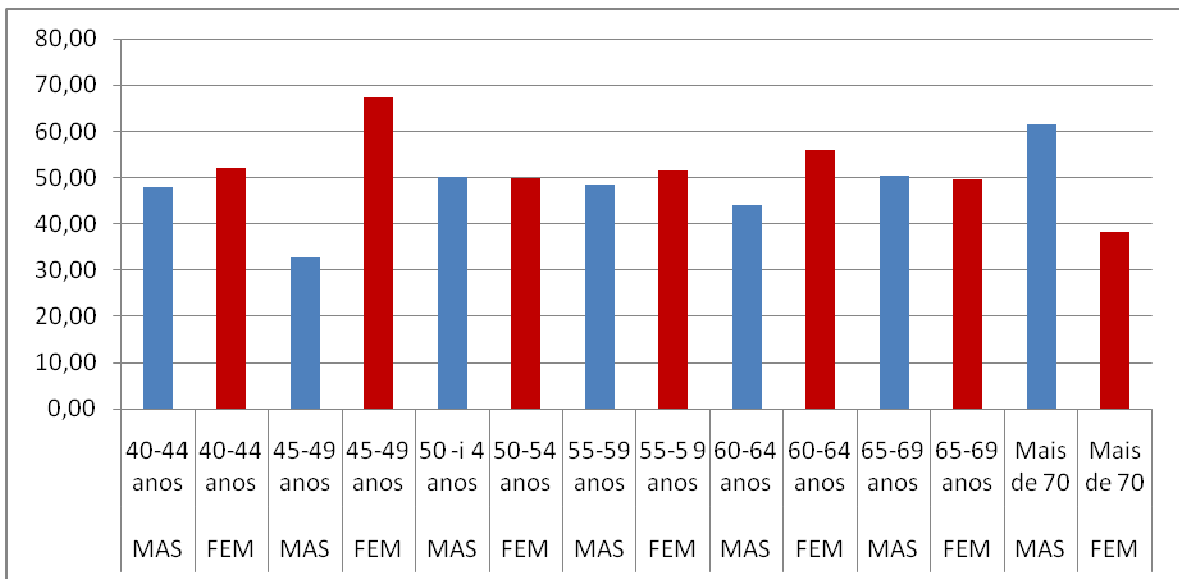


Gráfico 4 - Distribuição da população feminina e masculina - 40 e mais de 70 anos - no município de Kuito

A proposta de demonstrar a demografia populacional de Kuito em dois gráficos dá-se em função do período de fertilidade da mulher, visto que, em Angola, e principalmente nos municípios com influência rural, as meninas podem começar a ter filhos mesmo a partir dos 14 anos e, em geral, depois dos 40 anos, esse índice reduz-se consideravelmente.

Além de demonstrar o período da fertilidade feminina, refere-se também ao período em que começa o processo de união entre os casais, e constituição das famílias. Em geral, é principalmente a partir dos 13 anos para as meninas e até 17 para os meninos, nas áreas rurais, que comumente se vê o processo de instituição dos casamentos tradicionais, respeitando assim o processo de namoro, pedido, alambamento⁴⁰. Assim, aos 14 anos, uma menina já poderá ter a sua própria casa.

O tempo deles é mais no cultivo, é mais nas lavras, (...) às vezes uma menina de 13, 14 anos vai para a sua casa e não sabe fazer nada, e por quê? Porque durante todo o tempo dedicou-se na lavra com a mãe. (Tavares, depoimento colhido em agosto de 2009)

O fato de as meninas no meio rural “não saberem fazer nada” não se referencia ao fato literal de não fazer nada, mas sim ao fato de que ela passa o tempo todo ou a maior parte deste trabalhando nas lavras e aprendendo as técnicas tradicionais de produção agrícola, para manter a sua própria família, sendo que o aprendizado em termos de cuidados mais aprimorados em relação à casa, e da educação formal, fica para um segundo plano.

Enquanto no meio rural o aprendizado está mais ligado aos aspectos de produção agrícola para o sustento familiar, nas cidades, com os padrões de vida urbana, pressupõe-se que uma menina, quando vai para a sua casa, já tem conhecimentos mínimos para organizar bem uma moradia, saber cozinhar e pôr a mesa de forma que “satisfaça bem”⁴¹ ao seu marido.

Quando esse aspecto de gerenciamento do lar não ocorre dentro das condições, e mesmo respeitando os padrões diferenciados como urbano e rural,

⁴⁰ Nome dado ao processo de apresentação dos noivos, em que a família da noiva escreve uma carta à família do noivo estabelecendo o montante em dinheiro e a quantidade de materiais, roupas, bebidas, entre outros, que o noivo deverá entregar à família da noiva para poderem viver maritalmente ou contrair o casamento.

⁴¹ Destaque do pesquisador.

pode haver aí uma situação de conflito que gera desde um simples mal-estar na relação familiar, a ações frequentes de violência doméstica.

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, uma intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. (...) Mulheres em geral, e especialmente quando são vitima de violência são tradas como não-sujeitos. (...) Isto não significa que as mulheres sejam cúmplices de seus agressores. (SAFFIOTI, 2004:79-80)

Nessas situações, o marido poderá pedir uma “sentada”⁴² com a família para esclarecer, melhorar, ou até mesmo surgir situações de separação, caso o fato não seja ultrapassado.

Por outro lado, no meio urbano com influência rural, por vezes, é possível verificar esse mesmo comportamento, mas com o fim da guerra e a experimentação do contexto da paz, muitas meninas buscam ampliar o seu crescimento com o estudo, ficando a importância da constituição familiar, não para um segundo plano, mas em uma posição de similar equivalência com a necessidade de singrar na vida por meio do estudo.

Singrar na vida foi durante um longo tempo, em especial no período da guerra civil, um sonho quase impossível para as mulheres, pois toda a cotidianidade de suas vidas estava voltada para o objetivo principal que era salvar e proteger a vida de seus familiares e agregados, prover a manutenção deles e, em muitos casos, ainda fazer parte da linha de frente e de suporte aos combates.

Com o final da guerra, um novo espaço teve mesmo que ser conquistado por elas, em um trabalho que apenas está em seu início, mas que elas sabem, com certeza, que é por meio desta conquista e do acesso adequado às condições básicas de saúde e, especialmente, à educação, é que poderão ter mais possibilidades de singrar na vida e obter postos importantes no mercado de trabalho, sejam eles no setor público ou privado.

As mulheres estão a ficar um pouco mais desenvolvidas, a mulher já tem espaço nas escolas, em vários grupos comunitários, já conversa, começa já a receber informação, já falam de sexualidade, então a mulher também está

⁴² Reunião entre as duas famílias para discutir e encontrar, em conjunto, uma solução para o problema. Em geral, participam os pais e os tios mais velhos.

a ficar um pouco mais aberta, está a ficar um pouco mais, até podemos dizer um pouco mais esperta, então as coisas estão a mudar muito agora. (...) As mulheres já ocupam lugar de destaque, a mulher já vai à escola, se forma, é formada, consegue ler, (...), tem acesso aos meios de difusão. (Francisca Santos, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ao analisar o Gráfico 4, verifica-se que a maior desproporção de gênero se dá na faixa etária entre 45 e 49 anos, e se tomarmos em conta o período da guerra civil (1975-2002) em que grande parte da população masculina encontrava-se em quartéis e combates, e que muitos deles, como era muito comum ouvir em Angola para os que morriam, foram “desaparecidos em combate”.

Nesse sentido, pode-se concordar que realmente há um excedente de mulheres em relação ao número de homens, mas que também é necessário iniciar uma reflexão a respeito dessa influência nas relações de gênero em Angola, e como isso afetou negativamente as relações em todo o tecido social.

Assim, pode-se dizer que essa situação de haver mais mulheres do que homens possibilitou, e até mesmo reforçou, a discriminação da mulher, dando ao homem um “estatuto social superior”⁴³, colocando-a, mais ainda, numa situação de inferioridade e submissão.

Esse efeito que a guerra criou (o que não pode ser uma afirmativa 100% real, pois carece de maior aprofundamento) e que a própria cultura local assimilou como verdadeiro, influenciada pelas ideias disseminadas ao longo da história oriundas do sistema patriarcal, fizeram aumentar ainda mais as situações vantajosas dos homens em relação às mulheres.

Aqui queremos adotar as considerações de Saffioti (2004) que diz: “o conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 44).

Contudo, é possível reafirmar que não existe dominação-exploração sem resistência e sem lutas. Se tomarmos em conta o depoimento da senhora Isabel, confirma-se o fato de que realmente a mulher está lutando para deixar de ser uma quantidade para ser qualidade, provocar um equilíbrio e assim construir relações mais justas, mais iguais. *São muitas mulheres, ficamos sempre nas quantidades, (...)*

⁴³ Destaque do pesquisador.

nós temos e estamos nos preparando para sermos uma qualidade, (...), e criar um equilíbrio aqui no mundo (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009).

Aparentemente, esses dados não estão sendo analisados ou até mesmo levados em consideração nas propostas de estabelecimento de políticas de equilíbrio nas relações de gênero, pois, é importante desenvolver ações que atuem de modo mais eficaz nos aspectos culturais da população biana.

A cultura em África é, porventura, definida no sentido mais lato do termo, isto é, a cultura é entendida não só como um conjunto de valores, princípios e práticas que, quando respeitadas, contribuem para a pacificação e democratização das sociedades, mas também como um componente fundamental do desenvolvimento do capital humano e da tecnologia, contribuindo desta forma para a integração dos países africanos. (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ao analisar a partir do micro para o macro, tomando em conta o Município de Kuito para o geral de Angola, pode-se dizer que o desenvolvimento se fará a partir de uma nova ordem societária que já vem sendo estabelecida, sem talvez estar sendo percebida, na qual não poderá haver tanta disparidade nas relações de gênero e, nesse sentido, trabalhar os aspectos culturais dessas relações em Angola será imprescindível.

Isto porque, no Gráfico 3 vê-se claramente que na faixa etária entre 15 e 34 anos, a tendência para a população feminina é decrescente, enquanto que para a população masculina é crescente. Assim, ao registrar esse movimento contrário, entende-se que, ao menos em quantidade, está em curso uma tendência para o equilíbrio.

Desse modo, não será mais possível utilizar a ideia de que a quantidade maior de mulheres propicia e/ou facilita a imposição da submissão e da violência, porque, no decorrer do tempo, se essa tendência demográfica em sentido contrário permanecer, a realidade poderá ser justamente oposta à atual, ou seja, poderá haver mais mulheres do que homens.

É nesse âmbito que aqui ressalto a importância de se trabalhar os aspectos culturais locais dentro das ações de gênero, e encontrar caminhos para uma travessia pacífica, ou ao menos mais equilibrada, para uma sociedade que busca

mais oportunidades para as mulheres e uma relação mais equilibrada em todos os aspectos, social, econômico, político, cultural, participativo e de gestão de decisões.

Alguns aspectos do Município de Kuito antes e depois dos acordos de paz:



Foto: Claudio Lopes – 2001
Foto 10 - Estrutura do governo na Cidade de Kuito - 2001



Foto: Claudio Lopes – agosto/2009
Foto 11 - Estrutura do governo na Cidade de Kuito - 2009



Foto: Claudio Lopes – 2001
Foto 12 - Igreja católica - 2001



Foto: Claudio Lopes – Agosto/2009
Foto 13 - Igreja católica (em construção) - 2009

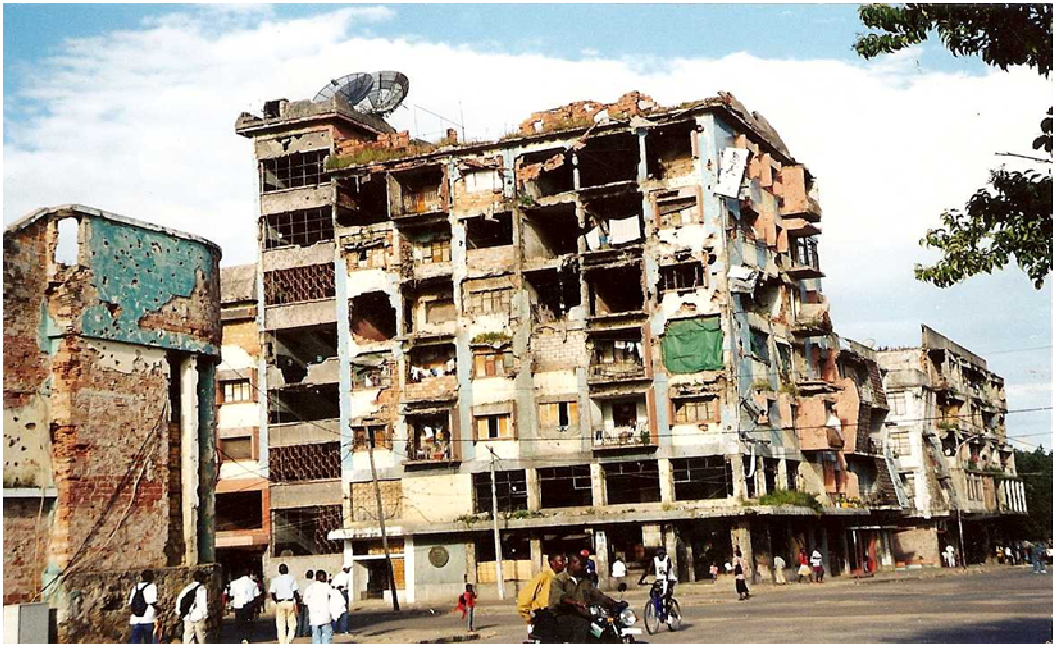


Foto: Claudio Lopes – 2001

Foto 14 - Edifícios habitacionais no cruzamento da rua principal da cidade de Kuito – 2001



Foto Claudio Lopes – Agosto/2009

Foto 15 - Edifícios habitacionais no cruzamento da rua principal da cidade de Kuito

Ao olhar para esse edifício, as lágrimas vieram-me aos olhos, pois ali senti a diferença entre conviver com os sinais visíveis da guerra e ter a esperança de ver uma comunidade vivendo em paz entre irmãos.

A reabilitação desse edifício é contestada por uns, mas aplaudida por muitos, pois o governo provincial tomou a decisão de restaurar a parte externa ficando a estrutura interna sob a responsabilidade dos próprios moradores.

A retirada do aspecto da violência da guerra dos olhos das pessoas aparentemente tem contribuído para elevar a autoestima delas e, ao mesmo tempo, a fazerem planos para o futuro, “malembe, malembe” (devagar, devagar), mas continuar sempre porque, enfim, a paz chegou, e uma nova sociedade, um novo ambiente tem que ser reconstruído ou até construído da raiz.



Foto: Claudio Lopes – 2001

Foto 16 - Escola Técnica de Saúde - 2001



Foto: Claudio Lopes – agosto/2009
Foto 17 - Escola Técnica de Saúde - 2009



Foto: Claudio Lopes – agosto/2006
Foto 18 - Aspectos do novo mercado informal na área central de Kuito



Foto: Claudio Lopes – agosto/200
Foto 19 - Largo central do Município de Kuito

Nós tínhamos que aprender de tudo um pouco, para ser uma mulher.

(Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

CAPÍTULO III

MULHER, TRABALHO, AUTONOMIA - A LUTA COTIDIANA PARA A RUPTURA COM A DESIGUALDADE

*Eu fui uma mulher batalhadora, trabalhadora, desde
sempre eu não dependi do meu marido.*

(Bela, depoimento colhido em agosto de 2009)

3.1 Uma Breve Conversa sobre a História da Mulher

Ao falarmos da mulher angolana, lembremos que sua cultura está geralmente ligada a questões de ancestralidade, crenças no que é transcendental, misticismos e Deus. Um Deus que foi introduzido na cultura especialmente pelo clero católico, no período da colonização; um Deus que aceita o sofrimento e que dá o conforto na resignação.

No decorrer das entrevistas com as mulheres de Kuito, foi possível observar que, quando enfrentam dificuldades, sejam elas individuais ou coletivas, que denotam certa dificuldade quanto à resolução, muitas vezes esta é colocada nas mãos de Deus que proverá uma resolução adequada e em tempo oportuno.

Pensar a história em África é ter em mente como essa história vem sendo transmitida de geração em geração, é pensar que a oralidade foi e ainda hoje continua sendo o principal instrumento revelador das diferentes nuances que indica a posição de cada qual na sociedade, o seu papel e como as relações se estabelecem e se solidificam.

Ao lembrarmos-nos de Deus, lembremos então como foi concebida a ideia da primeira sociedade familiar que, pela Sagrada Escritura e oralidade nos foi sendo transmitida, solidificada e consolidada até os dias de hoje, e mesmo que questionada permanece forte e quase que inquebrantável.

Segundo contam, Deus, ao criar o mundo, em primeiro lugar resolveu preparar um cenário bonito, auspicioso, com terra, água, a luz do dia para iluminar

as vidas, e o anoitecer com um céu cheio de estrelas, que convidava ao descanso e assim já se começam a estabelecer ideias de momentos propícios para trabalhar e para descansar.

Também criou a fauna e a flora, a natureza, que precisava ser transformada, e vendo que faltava ainda algo especial, que a pudesse dominá-la, criou o Homem. O homem com toda a sua beleza, à imagem e semelhança de si próprio, com a missão de nominar e tomar posse de tudo o que encontrasse pela frente, à exceção de tomar o próprio lugar de Deus, pois Ele é o ser superior.

E assim, já desde o início, estabelece-se uma relação de dominação e subordinação, uma relação de classe social. Deus, o ser perfeito, pertence a outra casta, a outro nível, que vai além da compreensão do próprio homem que ele criou.

O Todo Poderoso, ao dar conta de que sua criação não estava mais feliz, porque já tinha cumprido a sua missão, e já conhecia todo o entorno de seu paraíso e sentia-se só, resolveu presentear-lhe com uma companhia e então lhe deu a mulher.

Assim, a mulher veio cumprir o seu papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; já nasceu dependente dele, veio da sua costela não como um sujeito individual que pudesse ter ideias próprias, decidir, ser autônoma, mas com a doçura e a candura de quem está pronta para servir ao seu senhor. Nesse sentido, abriu-se o caminho para se estabelecer também a relação de exploração e subordinação não só entre classes, mas também entre os sexos.

Homem e mulher passaram juntos tempos maravilhosos, até o dia em que o tédio lhes bateu à porta. A mulher, a quem a princípio foi dado um papel coadjuvante, passa a ser a protagonista da história; sente que o lugar onde vivem, apesar de belo, não é o melhor e nem mesmo usufruem dos recursos ali existente em favor próprio; nada de novo é construído, era uma situação plena de conformação.

A mulher decide abrir os próprios olhos, ter ideias diferentes, mudar a mentalidade, aceitar conselhos de outra amiga, a cobra, que se tornou um adjetivo de maldade para aquelas mulheres perspicazes, lutadoras, que não aceitam a conformação, ser dominadas, que possuem ideias próprias e lutam para a

construção de um mundo diferente. E dentro desse processo também abriu os olhos do próprio homem, mostrando a ele que o mundo podia e pode ser diferente.

O Senhor, ao ser confrontado pelo espírito instigador e lutador da mulher, sente o seu domínio ameaçado e os joga na rua, homem e mulher, à sua própria sorte, ao seu próprio destino, para constituírem suas famílias, criarem um mundo novo, começar de novo como tantos e tantas famílias que existem pelo mundo a fora, sem teto, sem moradia, sem um lugar seguro para ficar, sem políticas públicas, sem relações de gênero igualitárias.

O paraíso é algo que ficou para traz, no mundo das lembranças, já que a realidade não é tão bonita assim. Dessa forma, a mulher foi condenada a ser a responsável pelo pecado da humanidade, tornou-se a culpada por todos os erros e formas de exploração e violência existentes até os momentos atuais.

A sua doçura, a sua candura, se tornaram instrumentos de perdição, pariu e continua a parir homens e mulheres, fazendo-os não apenas como alguém que vem para satisfazer uma necessidade de outro homem ou de outra mulher, mas fazendo nascer um novo ser, um ser social, com identidade própria, como sujeitos de história.

Daí a divisão entre sexo e afeto, entre corpo e alma, apanágio das civilizações agrárias e fonte das divisões e fragmentações do homem e da mulher, da razão e da emoção, das classes... Tomam aí sentido as punições de Javé. Uma vez adquirido o conhecimento, o homem tem que sofrer. O trabalho escraviza. E por isso o homem escraviza a mulher. A relação homem-mulher-natureza não é mais de integração e, sim, de dominação. O desejo dominante agora é o do homem. O desejo da mulher será sempre uma carência, e é esta paixão que será o seu castigo. Daí em diante, ela será definida por sua sexualidade, e o homem, pelo seu trabalho. (MURARO, 1991:10)

Nesse sentido, ao olharmos para a África também absorvemos as histórias que nos foram contadas e acreditamos que o grande continente é o berço da humanidade, a grande Mama África, que deu à luz o mundo, que me fez, que o fez, e que nos enviou para crescer, multiplicar e construir um mundo justo e igualitário.

Essa Mama África, como a mulher da história contada na Sagrada Escritura e propagada pelas diferentes Igrejas, é uma mãe que chora, que sofre com a violência, com a dor, com as guerras, com as mutilações, com a opressão, com a

exploração, com o desrespeito praticado pelos homens de seu próprio continente e dos outros também.

Ela, que entregou o seu colo para acalantar os seus milhões de filhos, sofre, chora, e é por muitas vezes acusada de ser a culpada por tantas mortes, tantas pestes, tantas doenças, tantas magias negras; contudo, isso não a impede de lutar na sua cotidianidade para ter um papel reconhecido em sua própria territorialidade e no mundo.

Como também podemos ver na história, o papel da mulher nem sempre foi relegado a essa situação de inferioridade como nos foi e continua a ser ensinado em nossas próprias casas, em nossas comunidades, em nossas escolas e por todo o meio de comunicação social.

A mulher teve e tem um papel que a identifica nas diferentes sociedades, nos diferentes estratos sociais, ela é um sujeito com identidade e isso é preciso ser reconhecido e assumido por todos, independentemente da cultura ou da sociedade em que vive.

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. (...) Mas lar comunista significa domínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo de uma mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães. Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram na fase inferior, média e até (em parte) superior a barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada (ENGELS, 2009:50-51)

Com a evolução histórica da humanidade, os papéis do homem e da mulher também foram se diferenciando, ao longo do tempo, e estabelecendo assim novas relações, sejam elas de classe ou de gênero. Assim, nessa evolução, o modelo de família também sofreu transformações, e aqui vamos tomar um tempo para falarmos da família sindiásmica.

Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado. O vínculo conjugal, todavia, dissolve-se com facilidade por uma ou por outra parte, e depois, como antes, os filhos pertencem exclusivamente à mãe. (idem, p. 50)

A busca de um referencial teórico para compreender como se estabelecem as relações familiares em Angola, faz-me acreditar que ainda hoje existe um *mix* entre a forma de família sindiásmica e a monogamia, pois, considerando que Angola é um país de origem patriarcal monogâmico, possui características marcantes da poligamia, uma vez que é social e culturalmente aceite, em especial pelo gênero masculino, que um homem possa co-habitar com mais de uma mulher.

Apesar da notória importância do papel da mulher na sociedade, essa tendência vem influenciar diretamente na visão que a sociedade em geral possui do papel da mulher, colocando-a numa posição de inferioridade e, por vezes, em situação de exclusão social. Para Castel (1995:21), a exclusão nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior.

Como se vê nos estudos de Engels (2009),

a monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada do matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito histórico inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: 'A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos'. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (p. 67/68).

Para que seja mais evidente e compreensível a forma como se estabelece esse processo em Angola, vamos dar a palavra à senhora Faustina:

Cada homem tem que ter uma só segundo a lei de Deus, não é. Tem que ter só uma mulher. Agora, segundo os nossos antepassados em nível da África, no nível de Angola, os nossos bisavós já tinham poligamia, já optavam pela poligamia, mas uma poligamia assumida em que num quintal podiam ter duas, três mulheres, mas como eles assumiam e davam direitos iguais a todas as mulheres que ele assume, não havia esses problemas.

Eu até quando converso com as mulheres e homens, costumo dizer assim: o que os homens praticam agora não é poligamia, é adultério, praticam o adultério porque a poligamia é algo que tem que ser assumida, porque a poligamia nunca tem problemas desde que seja assumida.

Eu tenho um exemplo de um meu vizinho, tem duas mulheres no mesmo quintal, mas quando traz um saco de arroz numa casa, traz outro saco de arroz na outra casa, nunca têm problemas, elas se entendem, andam juntas, conversam. Apesar de serem rivais conversam.

Mas, quer dizer, isto é mais também a pobreza porque as mulheres ou as raparigas como querem dinheiro e quando um senhor ainda que seja de idade mais avançada lhe dá dinheiro logo quando lhe usa, então isto também é que está a criar mais a poligamia, isso não chamo poligamia, chamo adultério.

A primeira mulher tinha que ser, bom, eu gosto de começar por trás. Antigamente, a primeira mulher, mesmo quando o marido lhe dissesse que queria ter outra mulher, a primeira é que dizia: tem que ser aquela, ela é que deveria indicar qual é a mulher que deveria ser a sua rival. Agora, mesmo quando tem alguns bens para distribuir, é esta mesma mulher, essa primeira é quem tem que dizer isto vai para a outra, isto vai para a outra, isto fica aqui em casa, antes era assim, mas agora são problemas, são problemas.

Eu não sei se há homens que fazem isto, penso que agora os homens sentem-se autônomos em distribuir os seus bens, ele é quem sabe o que dá, quanto dá, se é cru ou assado, nesta ou noutra mulher. Já não há sinceridade. Já não há. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Dentro dessa complexidade de relações, em geral, as mulheres possuem em sua estrutura familiar original, pais, irmãos e agregados, um papel de provedora de serviços, sendo responsáveis desde os cuidados domésticos até a produção econômica para contribuir decisivamente na sustentabilidade de todos.

Quando estão prestes a contrair o matrimônio, que em geral é feito dentro de processos culturais tradicionais presentes praticamente em todas as classes sociais, são submetidas a um processo de aceitação seja por parte do noivo, em primeiro lugar, e, em segundo, por toda a família dele, que além de analisar a sua origem tribal, também vai considerar a sua capacidade de produção, procriação e manutenção da nova família que em geral não é nuclear e sim extensiva e, em alguns casos, pode ser inclusive analisada a possibilidade de haver envolvimento familiar com assuntos de feitiçaria ou não.

Isso porque é muito comum encontrar situações em que são atribuídos aspectos da manipulação da feitiçaria, constituindo um peso fundamental no sentido mais amplo das relações sociais locais. O simples fato de uma pessoa não estar se dando bem nos negócios, ou o aparecimento de doenças e mortes na família,

poderá ser entendido como situações de feitiçaria, nas quais cabe à família afetada encontrar quem é que está manipulando a situação.

Em geral, são considerados feiticeiros os idosos e as crianças, que são submetidos a rituais para confirmação do fato, durante os quais são utilizadas bebidas produzidas com raízes alucinógenas que fazem com que os “possíveis feiticeiros” percam a noção de tempo e espaço fazendo-os delirar. Nessas condições, são passíveis de cárcere privado, violências, e muitas vezes podem ser levados à morte.

Esse processo de casamento tradicional vem imbricado de uma série de obrigações por parte do noivo e sua família, que passa por uma cerimônia de apresentação, pedido e alambamento. Nesse processo a mulher é, em meu conceito, “trocada por valores em dinheiro e em espécie como roupas, comidas, bebidas”⁴⁴, como se assim fosse uma mercadoria de troca, e isto gera na relação homem–mulher uma forma de obrigações à qual ela tem que se submeter, que vai desde as relações sexuais com o marido, a procriação e cuidado com os filhos, manutenção do lar, trabalho nos campos agrícolas, criação de rendimento para ajudar no sustento da família, que estão culturalmente enraizadas e aceites pela sociedade local.

Nesse tipo de casamento tradicional, podemos mais uma vez recorrer à historicidade do casamento sindiásmico, em que o homem, depois de conseguir a sua mulher, deve cumprir algumas obrigações:

Antes do casamento, o noivo dá presentes aos parentes gentílicos da noiva (quer dizer: aos parentes desta por parte de mãe, excluídos os parentes por parte de pai e o próprio pai) e esses presentes são considerados como o preço pelo qual o homem compra a jovem núbil que lhe cedem. (ENGELS, 2009:51)

Já o caso angolano em pouco se diferencia dessa obrigação, pois os presentes devem ser entregues não só para os parentes gentílicos, mas também para o próprio pai, avós e tios paternos.

⁴⁴ Destaque do pesquisador.

Caso esse casamento não possa seguir adiante, em função de uma série de circunstâncias, que vão desde a sua própria capacidade de produção, de procriação, de aceitação da possibilidade de seu marido ter outras mulheres, às vezes apenas para demonstrar o seu poder viril masculino, e por outras assumindo uma nova mulher e constituindo assim, dentro dos padrões culturais tradicionais, outra ou outras famílias, interferências por parte da família do marido, o casamento poderá ser dissolvido.

Em geral, a mulher é devolvida para a família de origem, e sua família deve devolver ao ex-marido tudo o que ele deu em troca dela, e ela sofrerá todas as consequências da discriminação a que estará submetida pela comunidade, e até mesmo pela família.

Depois de eu me separar a minha mãe disse mesmo: Uma mulher casada depois de separar perde o estatuto social, você, a partir de agora, vai ver que todo homem vai querer gozar contigo, você vai ver que ninguém vai te respeitar, e é verdade, eu comecei a sentir isso, então eu que já tinha perdido minha auto-estima, eu era jovem, mas já não tinha mais vontade para nada. (Francisca, depoimento colhido em agosto de 2009)

Essa situação, que coloca a mulher numa condição de subordinação e opressão e discriminação, vem de um longo caminhar histórico que se perpetua de geração em geração. Contudo, com a luta em curso pelos movimentos internacionais e nacionais e do acesso das mulheres à informação e à educação formal no pós-guerra e a busca por parte delas em possuírem relações mais igualitárias e se organizarem em associações tem sido uma realidade que poderá transformar o atual cenário existente dentro do contexto africano.

Conforme afirma Toledo (2008),

a mulher nasce e é educada para ser oprimida, para saber “o seu lugar” no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno. É configurada para aceitar essa condição como se fosse algo natural e, ainda por cima, com um sorriso nos lábios; contido, claro. Essa ideia, que a imensa maioria das mulheres introjeta sem qualquer tipo de questionamento, assenta-se na função maternal da mulher para justificar uma desigualdade entre os sexos e uma posição degradante que elas vêm suportando, com maior ou menor intensidade, desde o surgimento de formas mais ou menos estruturais de exploração entre os seres humanos (p. 23).

De acordo com Fátima Roque (2007), “nos países africanos mais pobres e/ou em conflito armado ou de reconstrução pós-conflito, para além da fome, da pobreza extrema e da desigualdade do gênero, a desagregação do tecido familiar é uma realidade generalizada” (p.121).

É nesse contexto que vivem as mulheres angolanas de diferentes classes sociais, escrevendo, mesmo que silenciosamente, no seu cotidiano, a sua própria história, marcada com muita dor e pouco amor, e tentando encontrar nas fissuras do sistema possibilidades de lutar por relações mais justas e igualitárias, sem oprimidos e sem opressores.

Para Heller (2004), a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja sua posição na divisão do trabalho intelectual e físico.

Nesse cotidiano de mulheres guerreiras é que a história vai sendo costurada como uma imensa colcha de retalhos, onde cada pedaço de tecido tem uma cor, um *design*, um detalhe, um nome, uma identidade, uma história. Histórias reais nas quais, apesar de todo o esforço empreendido por elas, enquanto sujeitos históricos, raros são os momentos em que é possível verificar o verdadeiro reconhecimento por suas ações e a valorização de seu *status* social, político, econômico e cultural, na transformação de uma sociedade em constante mudança, quer seja em tempos de guerra quer de paz ou de reconstrução nacional.

O reconhecimento da importância do papel das mulheres, em especial na África, poderá ser a mola propulsora que mostrará caminhos que levem a processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, à redução da pobreza, pois, antagonicamente, em muitas situações, “as mulheres em África são as principais prestadoras dos cuidados básico das populações e têm na maioria das sociedades «voz forte» nas decisões comunitárias e familiares, sendo estas agentes privilegiadas do desenvolvimento” (ROQUE, 2007:120).

Apesar desse papel que muitas mulheres desenvolvem hoje, principalmente nas comunidades, a maioria delas nem sempre se dá conta dos mecanismos de poder que tem em suas próprias mãos, facilitando assim a continuidade do desequilíbrio e da discriminação nas relações do gênero, e nas relações de classes.

Para Roque (2007:120), “discriminação do gênero «rima» com pobreza, desemprego, migrações, violência, aborto inseguro, inadequados cuidados de saúde sexual, violação dos direitos humanos e inexistência de paridade e participação política. É nesse cenário que um imenso esforço vem sendo efetivado por muitas mulheres, associadas ou não em partidos políticos, igrejas, organizações de defesa dos direitos das mulheres, e dentro da própria estrutura do governo para atingir os mais diferentes segmentos da sociedade local e eliminar toda forma de discriminação que é enfrentada por elas.

A mulher e o homem têm o mesmo ponto de partida, vivem os mesmos problemas, tanto sociais, políticos, econômicos e desejam a mesma vida, e têm de ter os mesmos direitos e deveres, pois que todos fazem parte da mesma sociedade. Logo, a mulher terá que perder o complexo de inferioridade induzido pelo homem no tempo em que a esposa era apenas um instrumento de procriação e escrava, um animal sem voz e nem ideias. A luta desencadeada pela mulher, hoje, esta a conseguir patamar de relevo para a sua projeção significativa na sociedade. (Judite, depoimento colhido em agosto de 2009)

3.2 A Fala das Mulheres sobre as Experiências nas Relações Familiares

Consideramos os nossos filhos como nossos companheiros de vida, são os nossos conselheiros, porque eles estão herdando agora aquele trabalho que o pai fazia. Se nós educamos nossos filhos, é o futuro da nação, então aquele filho agora é que vai assumir o papel que o pai fazia. (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ao abordar aspectos das relações familiares, verificamos claramente que as mesmas se estabelecem a partir de uma forma de poder em que o homem é ou tenta ser o poder central da família, e a mulher, apesar de exercer um duplo papel de mãe e trabalhadora, na maioria das vezes, está relegada a um segundo plano, ou segundo papel, o de submissa e obediente a ele e às convenções sociais locais, reproduzindo, por vezes, mesmo que inconscientemente, esse mesmo sistema que ela própria luta para ser modificado.

Quando eu vivi com o meu marido a situação foi boa mesmo, havia respeito, mas eu estava a pensar talvez que os direitos são diferentes do homem e da mulher, eu não tinha em mente que afinal de contas são iguais. (Deolinda, depoimento colhido em agosto de 2009)

Como mulher é preciso ter muita paciência, senão fica pelo caminho, a partir mesmo dos nossos esposos, sabendo que eles são pessoas cultas, eles não nos percebem, por exemplo, se nesse momento eu que sou uma mulher e tiver que sair em uma viagem de repente, eu tenho que perguntar a ele se posso ou não. Há uns que nos percebem, e outros que não nos percebem. (Rosalina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Com os depoimentos anteriormente vistos, tem-se claro que, apesar de todas as lutas da mulher angolana para estabelecer relações de gênero mais iguais, ainda, em muitas situações, prevalece o poder do homem sobre a capacidade, inclusive, de decisão das mulheres, causando muitas vezes a naturalização do poder patriarcal na sociedade e nos costumes locais.

Tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum(a) estudioso(a) sério(a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma Antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou mulçumanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens. Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização. (SAFFIOTI, 2004:101)

Esse processo de naturalização não está efetivamente vinculado às classes de menor poder aquisitivo, ou de pouca participação política, ou até mesmo aqueles que, por conta de todo o processo de estagnação ocasionado pela guerra, não pode ter acesso à educação. Esse processo está incutido na sociedade como um todo, sem diferenciação de classe social, política ou econômica.

Há ainda aquelas mulheres que por um ou outro objetivo, tanto familiar tem mesmo de se subjugar ao marido porque eles também não aceitam até agora o destaque que a mulher quer assumir, e isso é de tal maneira enraizado na nossa cultura que ainda nas “grandes pessoas” que são de alto nível, exteriormente, falam da política de que a mulher é igual ao homem, mas internamente, no seu lar, a mulher é submissa ao marido. Quando o marido diz que não, ela tem que se conformar, por exemplo, ela pode ser conselheira do marido, mas já entre eles a mulher não tem uma palavra, ela não tem muita abordagem para que ela se afirme. E esta questão do culturalismo ainda existe, talvez vai desaparecer com o tempo. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ainda no âmbito das relações familiares, um dos principais papéis da mulher está na procriação e nos cuidados para com os filhos. Ter filhos é um dos principais requisitos para que estabeleça uma família e seja respeitada entre os seus e na sociedade.

Isso está claro nas palavras de Francisca, que, para mim, é um reflexo do pensamento da maioria da sociedade angolana, ainda nos dias de hoje: *para nós, os africanos, um casal sem filhos nem podemos chamar de casal, (...) deixa de ser um casal, (...) a união do dito casal africano são os filhos. Para o homem africano o número de filhos dá-lhe o estatuto de macho* (Depoimento colhido em agosto de 2009).

Se, por um lado, para os homens produzir filhos lhes confere um estatuto de masculinidade na sociedade, para as mulheres ter filhos não representa tão somente a capacidade de reprodução, mas inclui aí a busca do que ela geralmente não encontra diretamente na maioria dos seus companheiros, ou seja, o amparo, a segurança, o carinho, o conforto.

Os filhos são a certeza de que, com eles, as mulheres poderão contar para haver mais produção, mais comida na mesa, uma forma digna de enfrentar a velhice, tendo a quem recorrer.

Ter filhos é uma necessidade, uma necessidade fisiológica, pois uma mulher quando envelhece e não tem filhos, é um fim muito triste. (...) Há momentos em que perdemos aquela força de produzirmos, então quem nos ampara são os filhos. (...) Precisamos ter filhos e digo isso e declaro como mãe, que os filhos são os nossos companheiros, e é necessário que os tenhamos. (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

A importância de ter filhos na sociedade africana é extremamente vital para a manutenção das convenções sociais e familiares estabelecidas ao longo dos tempos e passam, inclusive, a estabelecer uma relação de dominação – exploração, de negação de direitos, à obrigação da mulher pelo homem.

A dominação – exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres

a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mão masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (SAFFIOTI, 2004: 106)

Atualmente, em Angola, existem, dentro do próprio programa de saúde do governo, ações voltadas para a sensibilização e implementação de projetos voltados para a saúde da mulher e do planejamento familiar, disponíveis nos centros e postos de saúde. Contudo, essas ações vão de encontro e rebatem diretamente os aspectos culturais que envolvem as questões pertinentes à reprodução feminina, pois, como já abordamos anteriormente, uma mulher, principalmente no meio rural, que não gera filhos, ou que tenta fazer um espaçamento entre um e outro, pode até mesmo ter a sua união conjugal dissolvida e passa a não prestar socialmente por não cumprir uma das suas principais funções, que é a de procriar e produzir.

Nesse aspecto, sentimos que as mulheres são duramente penalizadas, pois, mesmo havendo programas governamentais e apoiados por organizações não governamentais nacionais e internacionais, ainda não existe uma cultura de planejamento familiar enraizada nas comunidades rurais, e em muito baixa escala nas comunidades urbanas. Este ainda é um espaço de poucas conquistas e em que se vislumbra a necessidade de continuar a envidar esforços para efetivamente ultrapassar essa situação que afeta muito mais mulheres do que homens.

Quando a mulher não tem filhos ela é devolvida para a família, porque eles dizem assim: eu dou a minha filha, ou a minha filha casa, fica um ano, dois anos sem a concepção, automaticamente aquela família reúne e devolve a filha, porque eles pensam que ter filhos é o que sustenta a família. É o que sustenta o lar, uns dizem que é riqueza, e é riqueza porque depois de cinco, seis anos já vai à lavra, ajuda os pais a cultivarem, então eles dizem que o rendimento de um filho é quando ele ajuda na lavra. (Tavares, depoimento colhido em agosto de 2009)

O traço cultural, no sentido da concepção, é extremamente forte, como se observa nas falas das mulheres pesquisadas, e muitas vezes, para que não ocorra a separação do casal, as mulheres da família da esposa buscam alternativas fora do casamento para que ela possa cumprir o seu papel de mãe e não ser desconsiderada diante da família do marido e da sociedade. Essa alternativa, por vezes, acaba ser a de encontrar outro homem de confiança delas, podendo ser

mesmo um membro da família mais alargada, para se tentar a concepção e ter a certeza de onde está a raiz do problema, se do marido ou da esposa.

Para aqueles que se casam pela igreja, eles tem outra consciência, mas para aqueles que se unem tradicionalmente isto traz problemas porque é a própria família que começa a cobrar: como é entre vocês, quem é? Agora se for alguns já com a consciência desenvolvida fazem análises no hospital para ver onde é que se têm problemas. E para alguns, prontos, o homem assim já tenta a meter-se com outra mulher para ver se o problema é dele ou não. Até mesmo as mulheres, às vezes, as famílias lá nos kimbos⁴⁵ aconselha a filha ou a sobrinha para ver se tenta com outro homem para ver de quem é o problema. Isto acontece assim de uma forma secreta para o homem não descobrir. (Faustina, depoimento em agosto de 2009)

Se o problema está no marido, ou então ficam dois anos juntos e ninguém conseguiu ver, a mulher não concebe, a família da mulher reúne e diz-lhe: olha experimenta ainda com um primo. Então começa a namorar secretamente com o primo, fica pelo menos seis meses, oito meses, se conceber significa que o problema é do marido, mas eles vão guardando o segredo dizendo que aquele ou aqueles filhos são mesmo do marido. (Tavares, depoimento em agosto de 2009)

A necessidade crucial de as mulheres cumprirem o seu papel de procriadoras e ter filhos acaba levando-as, por vezes, a utilizar mecanismos que culturalmente são dispostos na sociedade, mas que em geral volta-se contra ela própria e a pune de forma voraz, sem piedade, nem perdão, mas com exclusão e discriminação.

Essa é uma alternativa utilizada pelas mulheres para enfrentar a pressão que os aspectos da cultura local exercem sobre elas, podendo resultar positivamente, até que o marido não tenha conhecimento do que aqui chamarei de “traição”, pois localmente é permitido ao homem ter mais de uma mulher, mas é impensável a possibilidade de uma mulher ter mais de um homem. Se isso ocorrer ela será duramente penalizada. *Conforme a nossa tradição é o homem só que tem o direito de arranjar outra mulher, arranja outra mulher e com o tempo faz filhos* (Faustina, depoimento em agosto de 2009).

Aqui queremos dar a palavra para a Mulher de Pouca Sorte, a qual, para manter a sua família unida, aceitou os conselhos das tias para cumprir o seu papel de procriadora, mas essa ação resultou mal, pois, depois de quatro filhos, 15 anos de casamento, o marido veio a descobrir que, na realidade, os filhos que pensava

⁴⁵ Pequenas aldeias no meio rural.

ser dele eram de outro homem. As leis locais, a sociedade e a família dele não a perdoaram, e hoje ela sofre, lutando com a vida para manter a si própria e aos filhos.

E agora por pouca sorte, eu que já vivia sozinha, eu que quero ter filhos, para ter como se fosse os meus irmãos, agora por pouca sorte encontro o meu marido que não faz. É assim. Ele fala que esses não são os meus filhos. Descobriu porque as pessoas começaram a falar, e esse problema já entrou na policia, no tribunal, já não dá mais para se admitir⁴⁶. Vivemos quinze anos e me ruaram⁴⁷, saí só com a roupa, a louça ficou toda. Os filhos, esse tem quatro anos, a outra tem oito, e o outro tem 12 e o outro vai fazer um ano no sábado. Eu vou viver mesmo assim, com o sofrimento, com os quatro filhos. Deus é que vai me ajudar, vai ajudar e os filhos vão crescer. (Mulher de Pouca Sorte, depoimento colhido em agosto de 2009)

Esse é mais um sinal de como o ambiente cultural contribui com a intensificação multifacetada da violência que se manifesta contra as mulheres africanas. São nas suas mais variadas formas que esta se instaura e tenta se naturalizar. Contudo, é nesse ambiente de contradições que as mulheres também buscam organizar-se e lutar para que as diferenças sejam superadas e que consigam galgar espaços onde possam inclusive decidir sobre a sua própria sexualidade.

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (SAFFIOTI, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. (...) A contradição não encontra solução nesse regime. Ela admite superação, o que exige transformações radicais no sentido de preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade. (SAFFIOTI, 2004:106-107)

⁴⁶ Continuar a morar juntos.

⁴⁷ Colocaram-na na rua com os filhos, sem nenhum tipo de direitos.

3.2.1 Violência Física Contra a Mulher – Um Aspecto a Ser Considerado

Muitas mulheres estão separadas porque não querem viver a violência que os maridos aplicam. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Não pretendemos fazer, aqui, um estudo dos aspectos da violência física contra a mulher, mas registrar uma referência sobre o entendimento das mulheres que compõem o universo desta pesquisa sobre esse aspecto presente no cotidiano delas. A ideia de fazer esta rápida abordagem surge a partir do momento em que a pesquisa foi realizada, pois o tema aparece com frequência na fala dos sujeitos da pesquisa.

Nesse aspecto, compreendo que o espaço dado para que elas pudessem falar de suas vidas enquanto mulher, e especialmente trabalhadoras, possibilitou-lhes inclusive, falar das amargas experiências vivenciadas cotidianamente. Nem todas abordam essa temática no âmbito pessoal, enquanto parte desta pesquisa, mas sim em relação à violência sofrida pelas companheiras de luta e labuta, as demais mulheres trabalhadoras angolanas.

Falar da violência física aqui é retomar a opressão, a dominação do homem pela força física, contra a fragilidade física da mulher; é um instinto animal que aparece sem hora marcada, sem local apropriado. Basta que esteja presente o dito homem e a sua presumível caça, a vítima, sua mulher, sua companheira de tantas lutas, e um possível motivo ou subterfúgio para que a violência seja aplicada.

O que me doeu muito, doeu e que provocou a nossa separação, é que as mulheres dele vinham em casa entravam até no quarto, sentavam na cama, doía muito, e ainda dizia: deixa ela aí sentada, estamos a conversar, podes ir lá cuidar do teu trabalho. Eu não podia falar nada porque ele batia muito. Inclusive até tinha vez que ele saía e dizia: Não dormes ainda que eu vou sair e quando voltar vou te bater. É verdade. Eu acabava de fazer o meu trabalho, eu vestia a camisa de noite⁴⁸, sentava à beira da cama e ficava à espera dele, e ele vinha e batia mesmo. A minha vida estava a piorar, a piorar, era surra e mais surra, eu estava sempre com os lábios cortados, eu estava sempre com o corpo manchado. (Francisca, depoimento colhido em agosto de 2009)

⁴⁸ Camisola de dormir.

Um fenômeno que merece ser estudado em Angola é o aumento de violência contra a mulher. Fenômeno esse que, para muitas pessoas, não possui uma explicação clara, e podemos notar isso na fala da senhora Faustina: *a violência está aumentar muito, a que se deve eu também não sei, não consigo definir* (Depoimento colhido em agosto de 2009).

Enquanto pesquisador que residiu por mais de uma década em Angola, posso dizer que a violência contra as mulheres sempre existiu, em especial a violência física, como uma forma de impor respeito e controle pelos homens em relação às mulheres. O que podemos afirmar é que essa violência esteve abafada durante muitos anos, em função dos difíceis momentos históricos que Angola viveu, a guerra, a frágil paz, a esperança de novas eleições.

Com esses problemas superados, o olhar começa a se voltar para a realidade que circula nos ambientes mais próximos, o familiar, o dos vizinhos, do bairro, ampliando assim para a cidade e a sociedade em geral. No decorrer desta pesquisa foi possível presenciar a revolta, em especial das mulheres, por conta da divulgação, por meio da rádio local e da televisão, do horror ocorrido contra uma mulher, às vésperas da comemoração do Dia da Mulher Africana (31 de julho), quando um homem, seu marido, literalmente arrancou, com uma mordida, um dos lábios da boca de sua companheira.

Nesse mesmo período, no Município de Andulo, o segundo com maior densidade populacional, que faz parte da Província de Bié, e que tem a administração local sob a responsabilidade de uma mulher, o tema das comemorações foi justamente a violência nas relações de gênero. Isso dá-nos sinais que a violência está sendo mostrada com mais ênfase, por um lado, e por outro as pessoas, em especial as mulheres, estão tomando consciência de que já não é possível mais suportar e fechar os olhos em relação a essas situações desumanas e que vão contra todos os princípios de direitos humanos.

Enquanto animais ditos irracionais comem, dormem, produzem ao som de uma bela música, mulheres são espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas por seus companheiros e, com frequência, por ex-companheiros, ex-namorados, ex-amantes. Sobretudo quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestamento podem chegar ao femicídio. (SAFFIOTI, 2004: 61)

A sensibilização da sociedade em geral, e especificamente das mulheres, tem sido um caminho encontrado pelas representações governamentais, partidárias, religiosas e da sociedade civil como um mecanismo, um instrumento de coibir os excessos de violência praticada por homens contra mulheres.

A OMA – Organização da Mulher Angolana tem lutado muito, e nós temos tido palestras com mulheres de todo o tipo de estratos sociais para combater a violência. Nós sempre lançamos a palavra: quebra o silêncio, vá até as pessoas de direito queixar, porque dantes as mulheres não queixavam. Algumas até morreram e até agora mesmo morrem de violência. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Na caminhada por esta pesquisa, verificamos também que a situação de violência física, em alguns casos, já tem tomado a proporção de uma violência de gênero praticada também por mulheres contra homens. *Essa violência não é só praticada pelos maridos, pelos homens, mas também pelas mulheres e isso nos complica um bocado, porque tem mulheres que tem coragem de matar até os filhos (idem).*

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é visto por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar, outros, enfim de reproduzir contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem. (SAFIOTTI, 2004:61)

Ainda, nesta abordagem da violência de gênero também possui dois outros aspectos importantes que contribuem para o agravamento desta na sociedade local. O alcoolismo e a poligamia não assumida. No caso deste segundo aspecto, pode ocorrer até uma violência de gênero de mulher contra mulher.

Mesmo no meio rural e em algumas áreas urbanas, além de um dos motivos ser o uso de bebidas alcoólicas; a poligamia é um outro motivo, porque os angolanos gostam mesmo da poligamia e não sabem assumir, não assumem. Então quando não assumem, e uma das mulheres vai lá reivindicar os direitos, esta pode ser violentada, e até que a outra, a rival pode agredir a primeira ou a segunda. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2000)

Quanto ao alcoolismo como uma das vertentes da violência de gênero, pode-se dizer que é um fato, e que é possível ver as muitas possibilidades de acesso e generalidade do consumo de bebidas alcoólicas, sejam elas de fabrico industrial local, importadas e até mesmo de fabricação caseira, que é a de mais fácil acesso pela população com menos recursos, e com efeitos arrasadores para o organismo, podendo inclusive levar à morte.

Aqui concordamos com Carvalho (2008) quando diz:

Quanto ao alcoolismo, pouco há a acrescentar. O elevado estado de frustração em que se encontra um número tão grande de angolanos leva-os a consumir álcool desmedidamente, encaminhando para aí uma fatia elevada de seu rendimento e provocando assim um maior empobrecimento para as suas famílias. Existem bebidas para todas as bolsas (p. 180).

3.3 Mulher, Mãe, Trabalhadora, Provedora

Mulher é mãe.

Os filhos são os juizes do tempo.

(Francisca, depoimento colhido em agosto de 2009)

Para falarmos sobre a mulher angolana trabalhadora, devemos antes de tudo tratar de sua vivência enquanto mãe e esposa trabalhadora que carrega consigo a responsabilidade de ser a provedora da família, mesmo enfrentando todas as condições adversas, incluindo aí as constantes e diferentes formas de violência que fazem parte de seu cotidiano.

Isso não quer dizer que as mulheres casadas ou as que vivem maritalmente, sejam completamente provedoras da família em suas necessidades, mas que seguramente recai sobre ela todo o gerenciamento das responsabilidades do lar.

A mulher, mãe, é acima de tudo uma trabalhadora que inicia a sua jornada de trabalho muito cedo, ou seja, por volta de quatro horas da manhã no meio rural e por volta de cinco horas nas áreas urbanas. Por conta dessa característica maternal, do poder da concepção, dos aspectos culturais e dos contratos sociais que têm como base o patriarcado, em geral elas são vistas apenas como mulheres do lar,

domésticas, responsáveis por dar comida aos filhos e agregados, e manter a casa sempre em ordem para a chegada do marido.

O fato de elas desempenharem funções laborais, seja no mercado de trabalho formal ou informal, cumprindo uma jornada diária que em geral vai além de oito horas, não as coloca em condições de igualdade com os homens que acreditam ser, em sua maioria, somente eles trabalhadores.

A categoria trabalhadora, em Angola, em geral, está relacionada às mulheres que desempenham funções de empregadas domésticas, ou de faxineiras nas instituições públicas ou privadas.

O papel da mulher na sociedade angolana, é preciso dizer que é meramente tradicional na medida em que na sua casa tem a função principal de procriação. São domésticas, cuidam de uma família que na sua generalidade é extensa. Neste particular, não é só aquela família nuclear, mas também aquelas que trazem para dentro de suas próprias casas, o parentesco, e aí vêm aquelas pessoas que são órfãos e aquelas que vivem uma vida diferente, numa situação difícil, e que querem um teto, uma família. Nós assumimos, e no máximo podem ter até vinte pessoas. Por exemplo, na minha casa tem 12 pessoas e é complicado na medida em que não podemos dar o essencial. O essencial tem, mas não aquilo que seja de muito luxo. Por exemplo, na minha casa, a minha família tem três refeições principais e eu não consigo dar mais do que isto por causa dos custos. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Nesse sentido verifica-se que a mulher angolana, além de exercer vários papéis no contexto da família e do trabalho, é extremamente acolhedora, sendo capaz de pensar não só nos próprios filhos, esposo ou companheiro. Esse sentimento de acolhida vai além da capacidade de trazer para junto de si aqueles que estão em dificuldades e que ficaram órfãos ou que possui um laço de consanguinidade. Há casos, inclusive, em que as mulheres passam a criar os filhos de uma segunda ou terceira mulher do marido.

Esse é um grande esforço que as mulheres fazem para, por meio do seu trabalho, manter e sustentar a família próxima de si, unida e bem formada. É dentro dessa atitude, e muitas vezes contraditória, que podemos analisar que mesmo sendo, muitas vezes, levada a conviver com a forte pressão dos padrões culturais reinantes, ela, mulher, ainda se sente orgulhosa, se sente com poder, se sente com

possibilidades de gerir, de fazer mudanças, mesmo que seja numa situação micro das relações sociais que perpassam pela família e se interliga com a sociedade.

A mulher angolana é muito dedicada ao trabalho, dá carinho a seus filhos, ao seu marido e é muito importante para a sociedade. (Maria, depoimento colhido em agosto de 2009)

Eu tenho orgulho do fato de ser mulher, não costumo me desesperar. Quando me casei, sabia que estava preparada para assumir a minha família, os meus filhos, assim como a minha vida profissional. Durante os confrontos (guerra), o meu marido foi raptado e depois morto, a situação para mim piorou, eu tinha que tomar conta dos meus enteados, num total de cinco, além dos meus filhos. Uns deles ficaram alvejados, tivemos que mandar para a Alemanha para fazer reabilitação física, outros ficaram comigo. Como mãe, sinceramente, tive que suportar, tinha que trabalhar ajudando outras mães que sofrem. (...) Um mãe não pode sentir que quando não tem marido não pode fazer nada, ela tem que lutar para defender a sua vida, tem que lutar para aumentar também a sua formação académica, tem que proteger os seus filhos e os demais que estão ao nosso alcance. (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

Esse papel de mãe e provedora da família está presente em todos os segmentos sociais em Angola. Dentro desse contexto é que se dá a divisão sexual do trabalho, seja no âmbito doméstico, enquanto espaço de reprodução, seja no âmbito profissional, o de produção.

Essa divisão sexual do trabalho em Angola determina não só o papel de homem e da mulher no ambiente do trabalho doméstico e profissional, mas também determina as relações sociais existentes entre os sexos, e o posicionamento de cada um deles na sociedade, influenciado pelas práticas sociais e culturais localmente aceitas e consolidadas temporal e historicamente.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA, 2008:266)

Essa divisão sexual do trabalho é extremamente visível no meio rural e nas áreas periféricas das cidades, ocorrendo, por vezes, algum ocultamento nos centros

urbanos com a contratação de outras trabalhadoras para realizar os serviços domésticos.

A mulher rural e da periferia é a força da família, o seu trabalho na lavoura e na venda dos produtos é o sustento dessa família, é normalmente a cabeça do casal. Apesar de trabalhar de sol a sol como mulher – profissional, ainda tem os seus filhos que alimenta e educa conforme pode toda mulher – mãe, com a responsabilidade de encontrar soluções para melhorar a vida de todos os seus, ajudando as outras mulheres e encabeçando ou juntando-se a alguns grupos a procura de mais saber. (...) A mulher rural encontra-se numa posição de força, dentro do seio da sua família e da sua comunidade, pelo papel que representa como responsável pelos seus familiares, pela terra lavrada que raramente é sua. (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2008:2)

A seguir, faremos uma abordagem de como se estabelece a rotina diária de homens e mulheres e como se processa a divisão do trabalho entre eles, no ambiente rural e urbano, e a visão que possuem em relação aos mesmos.

Tabela 6 - Rotina diária de homens e mulheres camponeses⁴⁹

HORAS	ATIVIDADES – HOMEM	ATIVIDADES – MULHER
4		Acorda, prepara-se, varre a casa. Vai buscar água, acende o fogo e prepara uma pequena refeição para os filhos e o marido
5	Acorda e lava-se.	
6	Vai às lavras.	Vai às lavras.
7	Trabalho nas lavras	Trabalho nas lavras
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15	Regresso à casa.	Regresso à casa; passa pelo rio, banha-se e banha os filhos.
16	Descanso/Diversão. Vai conversar com os amigos ou vai beber.	Acende o fogo, vai buscar água e prepara o jantar.
17		
18	Janta.	Dá jantar ao marido e aos filhos. Prepara a quissangua ⁵⁰ para o dia seguinte, lava a louça, arruma a casa.
19		
20	Faz serão com os filhos ou vai passear.	Janta.
21		
22	Repouso/dormir	Vai dormir / Repouso
23		
24		
1		
2		
3		
4		

⁴⁹ OXFAM-GB-KUITO/BIÉ – Relatório de Avaliação de Necessidades Crítica sobre água, saneamento e promoção de saúde pública. Necessidades e prioridades das comunidades. 2004.

⁵⁰ Bebida tradicional feita à base de milho e raízes fermentadas.

Ao nos referirmos à Tabela 6, vê-se claramente que recai sobre a mulher uma longa jornada de trabalho, começando e terminando com as atividades domésticas, intercalada pelo trabalho nos campos agrícolas, enquanto que aos homens as atividades centram-se no trabalho produtivo e no descanso, na utilização de seu tempo livre.

A tabela ainda nos ajuda a compreender como se estabelecem também as relações sociais entre homens e mulheres, em especial no meio rural. Retomando a história da formação de Kuito, contada pelos Mais Velhos, podemos lembrar que eles nos disseram como as aldeias eram formadas, as casas, a escola, o espaço dos homens, onde eles se sentam para falar, para trocar experiências. O espaço das mulheres fica reduzido aos cuidados domésticos, à socialização, quando vão à igreja, ou apoiar em alguma infelicidade, já que os motivos de festas ou casamentos não são frequentes.

De acordo com o relatório da Oxfam-GB, esse trabalho de levantamento das atividades diárias foi feito em grupos separados por homens e mulheres, que em uma cartolina listaram as atividades diárias que cada grupo desenvolvia. No momento da apresentação, pelas senhoras, houve um grande pânico, pois os homens não podiam aceitar que as mulheres trabalhavam mais do que eles.

As mulheres disseram que tem mais trabalhos que os homens porque além do trabalho do campo que fazem em conjunto, tem todo o trabalho da casa sob as responsabilidades delas. As grávidas, mesmo nas vésperas do parto, são exigidas pelos maridos a irem às lavras e nem deixam elas descansarem. Se o parto acontecer na época do cultivo, só podem repousar durante cinco dias e volta ao trabalho. (OXFAM-GB-KUITO/BIÉ, 2004)

Os homens, na sua maioria disseram que eles têm mais trabalho em casa em relação às mulheres, isto porque tudo que fazem depende do homem. Eles é que são os responsáveis pela construção das casas e toma conta delas quando estão doentes, dirigem as atividades do campo e, além disso, no tempo seco realizam a caça e a pesca. (Idem)

Elas não podem tomar nenhuma decisão sem consultar os homens.⁵¹

⁵¹ Idem – Destaque no original

Esta mesma situação enfrentada pelas mulheres do meio rural se reproduz também no meio urbano, em especial, nas periferias das cidades onde as mulheres, em sua maioria, por falta de oportunidade de trabalho, baixa escolaridade estão inseridas na economia informal. Isto não quer dizer que também não ocorra com aquelas que estão empregadas no mercado formal, cuja maior proporção da mão de obra é absorvida pelas estruturas públicas.

Eu tinha que acordar às cinco horas da manhã para lavar as cobertas antes de ir para o Chissindo⁵², deixar o almoço pronto e preparar o mata bicho⁵³ para os meus filhos. Eu saio de casa já cansada e chego na praça só para sustentar os meus filhos, mas eu que tenho marido. Ele tinha casado apenas com a família dele, eu apenas cuidei dele como uma empregada. Me maltratou muito. (Bela, depoimento colhido em agosto de 2009)

Tratar da divisão sexual do trabalho não é uma tarefa fácil. No contexto africano onde todas as relações estão permeadas pelo efeito dos aspectos culturais, torna-se mais complexo ainda, pois se, por um lado, mesmo nas áreas rurais, alguns homens possam reconhecer que as mulheres desempenham mais atividades do que eles no lar, e que isso cria situações de maior submissão, hierarquização e desigualdade, por outro, a força da cultura reforça ainda mais a necessidade de manter esse sistema e o seu afrontamento poderá incorrer no rompimento das relações familiares.

Outros homens na sua minoria, reconheceram que a mulher tem mais sobrecarga de trabalho em relação aos homens isto porque quando elas vão ao rio buscar água lavam algumas peças de roupa, banham as crianças, faz o pequeno almoço, dá aos filhos e leva uma parte para o marido comer na lavra. Durante o percurso para as lavras tem que levar o bebê nas costas. Trabalhamos juntos nas lavras, mas depois ela tem que recolher a lenha, recolhe a quizaka⁵⁴, a batata doce para o jantar e transporta tudo sobre a cabeça e por vezes ainda leva o bebê às costas. (OXFAM-GB-KUITO/BIÉ, 2004)

Muitos deles disseram que por questões culturais é difícil de ajudar a esposa fazendo o trabalho doméstico porque se aparece um avô ou tio do homem o problema será ainda maior porque dizem que a esposa drogou/enfeitiçou o marido, e na maioria dos casos pode até haver a separação do casal.⁵⁵

⁵² Mercado informal na cidade do Kuito.

⁵³ Café da manhã.

⁵⁴ Folhas de mandioca.

⁵⁵ Idem.

Esta questão da cultura subjuga mesmo a mulher ao homem, porque ensinaram-nos que nós mulheres devemos ser submissas ao homem, que o homem é a cabeça da mulher, que é o homem que tem mais valor, é o que mais inteligência tem. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Dentro dessa abordagem, um longo caminho ainda tem que ser percorrido pelas mulheres angolanas para conquistarem uma possível parceria entre homens e mulheres, construída no sentido de partilha de responsabilidades tanto no âmbito do trabalho doméstico e profissional quanto nos cuidados e responsabilidades para com os filhos e o sustento da família.

Novas práticas sociais que possibilitem essa parceria carecem de ser absorvidas nessa relação. É um longo processo que, com certeza, já se iniciou, mas que precisa ainda de maior abordagem na amplitude e consequências dos aspectos culturais. É necessário, pois, o reconhecimento das capacidades e potencialidades das mulheres como gerenciadoras não só dos aspectos sociais, políticos e econômicos coletivos, mas do seu próprio eu, da sua sexualidade, da sua própria identidade, enquanto mulher, mãe, trabalhadora e provedora.

As práticas sociais diferem de acordo com o sexo do indivíduo. Essa diferença está baseada em relações de poder e de dominação: as mulheres se encontram em posição de inferioridade e de submissão em relação aos homens. Essa hierarquia organiza todas as esferas da vida social, passando pela organização do mercado de trabalho. Desse modo, as atividades realizadas por homens e mulheres no mercado de trabalho e no âmbito doméstico são marcadas por diferenciações e desigualdades baseadas no sexo. Essas duas esferas (econômica e doméstica) se retroalimentam, contribuindo para a manutenção do sistema de gênero, que diferencia e hierarquiza as práticas de homens e mulheres. (FREITAS, 2007:9-10)

Um longo caminho precisa ser percorrido, frizamos, e já começou a ser trilhado, acreditamos, para que haja uma relação mais igualitária entre homens e mulheres na sociedade angolana. Extensa gama de ações vem sendo desenvolvida pelos diferentes ministérios de governo, igreja e sociedade civil, apesar de não ser o suficiente, buscando com isso abrir novos espaços não só dentro do ambiente familiar, mas também nos contextos político e decisório.

Apesar que, segundo Hirata (2008), “o paradigma da parceria que presume a igualdade de estatutos sociais entre os sexos, preconizado na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres organizada pela ONU em Pequim (1995)”. E ainda que

considera mulheres e homens como parceiros e suas relações em termos de igualdade, e não de poder, esse paradigma poderia nutrir uma prática de repartição das tarefas domésticas dentro do casal – no nível individual -, porém, como mostraram algumas pesquisas, a realidade das práticas sociais estava distante deste modelo (270).

Neste sentido, o que se vê no caso angolano é que as mulheres, mesmo com toda a dificuldade, lutam e continuarão lutando não apenas pelo espaço privado, doméstico, interno de sua casa, mas pelos espaços públicos e do trabalho, que poderão lhe conferir poderes de decisão, em relação a si própria, sua sexualidade, sua família e seu trabalho.

O contexto de quase três décadas de guerra colocou as mulheres angolanas ainda em situação muito mais desigual, em relação aos homens, do que as mulheres do ocidente. Contudo, a luta que elas travam cotidianamente para alterar essa situação vem ganhando corpo e trazendo alterações no cenário, mesmo que quase invisível aos olhos, mas vem acontecendo, vem chegando, como uma luz do amanhecer que vagarosa, mas paulatinamente, vai se despedindo da escuridão da noite, o que nem sempre é bem-visto pelos olhos dos homens.

Há mulheres com capacidade, há mulheres com sabedoria, há mulheres com competência, (...) ela não é vulnerável, ela é ser humano, ela tem sentimentos, e quando ela consegue singrar na vida, ela é capaz. (...) Devemos dar as mãos umas às outras, porque sozinhas não vamos a sítio nenhum. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

É esse sentimento de capacidade e sabedoria que faz com que as mulheres continuem se aprimorando, compreendendo e buscando alternativas que possibilitem romper, desde o cotidiano doméstico até o mais alto nível da esfera pública, com as situações que as colocam sob condições de dominação e desigualdade.

As mulheres estão a ficar um pouco mais desenvolvidas, já tem mais espaço nas escolas, em vários grupos comunitários, já conversam, já recebem informações, já falam da sua sexualidade. (...) Anteriormente, era mãe, doméstica, não se via uma mulher trabalhar fora, a não ser nas roças de café. Atualmente as mulheres já ocupam lugares de destaque, já vai a escola, já se forma e é formada, consegue ler, tem acesso aos meios de difusão. Antigamente não tinha essa possibilidade, agora sim, e isto ajuda muito a mulher africana, a mulher angolana. (Francisca, depoimento colhido em agosto de 2009)

Hoje a mulher angolana exerce vários papéis que dantes não o fazia. De momento, há muitas mulheres a dirigirem os ministérios, mulheres ao nível provincial a dirigirem as direções províncias, mulheres a dirigirem as administrações municipais, e mesmo aqui temos uma mulher que é a governadora e uma que é a vice-governadora. Estamos a ganhar espaços. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

3.4 O Mundo do Trabalho – Mulheres Refazendo a Vida

Eu posso dizer que nós, independente de sermos mulheres, somos trabalhadoras, e nós temos que definir o que é o trabalho, e o que é ser mãe, esposa, e trabalhadora. (Rosalina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ao abordarmos a questão do mundo do trabalho e, neste caso, especificando o mundo do trabalho da mulher em Kuito, cabe, antes de tudo, recordar que todo trabalho tem finalidades específicas para serem cumpridas e, neste caso, não se restringe apenas a uma questão de sobrevivência, mas por meio do trabalho, ocorre a reconstrução de um modo de vida, de ser, de pensar, de viver numa realidade de relações extremamente complexas, e de possibilidades de absorção das capacidades inerentes ao ser social.

É pelo trabalho que o ser humano se distingue dos outros animais. Adquire uma forma corporal própria, modifica e domina a natureza, obrigando-a a servi-lo, imprimindo a seus recursos forma útil à vida humana. Neste processo de modificação da natureza externa para atender as suas necessidades, mediante a produção de meios de subsistência, o ser humano modifica sua própria natureza, desenvolvendo as potencialidades nela existentes e adormecidas. A produção desses meios de subsistência repercute na produção de sua vida material e, dessa forma, em seu modo de pensar e viver. (SILVA, 2009:38)

Assim, ao falarmos do mundo do trabalho em um contexto africano, torna-se imprescindível ter em conta os processos históricos que esse mundo absorveu e

absorve, e como se revela a nós cotidianamente. É um mundo em que está presente a precarização do que já é precário, onde as relações sociais e de trabalho são extremamente vulneráveis. Um mundo onde a guerra desapareceu da vida das pessoas apenas há oito anos, onde as infraestruturas sociais e quase todo o parque industrial, incluindo os postos de trabalho, foram destruídos, e onde as pessoas trabalhadoras estão buscando paulatinamente meios para reconstruir as suas vidas, reconquistar o seu trabalho.

Esse processo de reconstrução, que não é só de um país, mas também de vidas humanas, de seres sociais, que vêm buscando pelo trabalho reiniciar uma vida nova. É pelo trabalho formal e mesmo precarizado, ou na economia informal, que vai além do entendimento da categoria precarização, onde está concentrado o maior ingresso de mão de obra feminina, sendo, nesse sentido, as mulheres as maiores vítimas, como já abordamos anteriormente, pois aí denota-se a precarização do que já é precário e, assim, mulheres e homens ainda têm que enfrentar em sua cotidianidade um imenso desafio: o de reconstruir todo o tecido social angolano, por meio do trabalho.

O trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios. O que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, a sua dimensão teleológica. Portanto pode-se falar racionalmente do ser social tão somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas. (ANTUNES, 2008:143)

Nesse sentido, vamos tentando cadenciadamente mostrar como as mulheres buscam na sua vida cotidiana, centrada no mundo do trabalho, ir refazendo as suas vidas e, ao mesmo tempo, construindo relações mais igualitárias, mesmo que seja numa escala muito pequena, contudo sem desistir ou desanimar, mas tendo a consciência de que isso é possível.

O trabalho, em seu processo de realização, ou seja, como atividade concreta do processo de trabalho, é uma atividade consciente dos seres humanos de transformação da natureza, orientada para o fim de satisfazer as suas necessidades, sejam elas as necessidades de reprodução da vida material ou outras necessidades historicamente construídas, inclusive a de dar continuidade ao conjunto da vida social, a um determinado estágio de sociabilidade. Como uma ação transformadora da natureza, a produção

ocorre em dadas condições históricas sustentadas por relações que os seres humanos desenvolvem entre si no curso de sua realização, o que a torna, ao mesmo tempo, uma produção social e histórica, que produz objetos materiais e relações sociais entre pessoas, grupos e classes sociais. Assim, a produção social é também a produção de ideias e representações que expressam essas relações sociais. (SILVA, 2009:43)

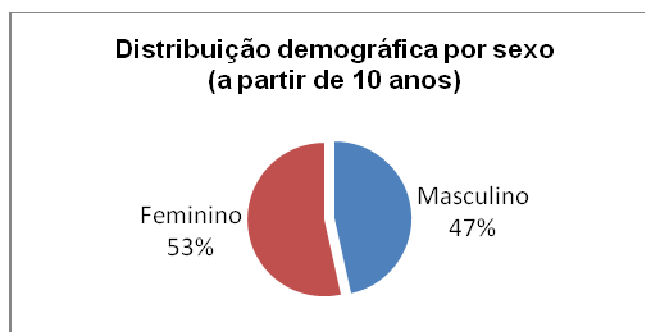
É nesse Onjango do mundo do trabalho e das relações sociais de Kuito, que vamos descobrindo como por meio de seu trabalho as mulheres vão se refazendo de um longo período de sofrimento, discriminação e de completa desesperança.

Comecei a fazer bolinhos para vender, abri uma conta bancária, comecei a guardar dinheiro embaixo do colchão para casos de emergência. O meu filho mais velho começou a estudar. No fim arranjei cinco empregados. E hoje, não há ninguém que me fala mal, porque tudo o que adquiri foi por mérito próprio, e não foi de nenhum homem, de ninguém até hoje, de ninguém. Semanalmente, eu depositava dinheiro no banco, não havia dia que os meus filhos iam para a escola sem meias, os meus filhos vestiam bem, eu sentia-me orgulhosa de poder estar a dar aquilo para eles, eu sentia-me muito orgulhosa (Francisca, depoimento colhido em agosto de 2009)

Este mundo a que estamos nos referindo está localizado na Província do Bié, que possui uma população estimada em 2.207.943 habitantes, sendo que deste total 44% residem no Município de Kuito, ou seja, 973.900 pessoas.

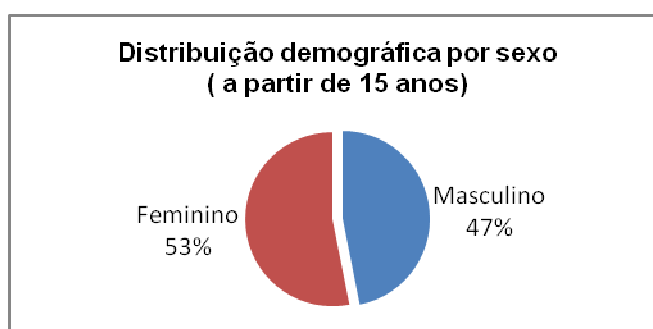
A sede do Município de Kuito, onde a pesquisa foi realizada, possui uma população de 836.226 habitantes, da qual 53% é constituída de mulheres e 47% de homens. Deste total entre homens e mulheres, vamos tomar como referência aqueles com idade superior a vinte anos, para comparar a acessibilidade deles no mundo do trabalho, em especial o trabalho formal, já que, para a economia informal, não existem dados estatísticos contabilizados pelo governo local.

Os dados demográficos disponibilizados pelo Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações Municipais e Comuns indicam a tendência demográfica de 6% a mais de mulheres em relação aos homens (Gráfico 5).



FONTE: Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações Municipais e Comunais – 1º trimestre – 2009

Gráfico 5 – Distribuição demográfica por sexo(a partir de 10 anos)

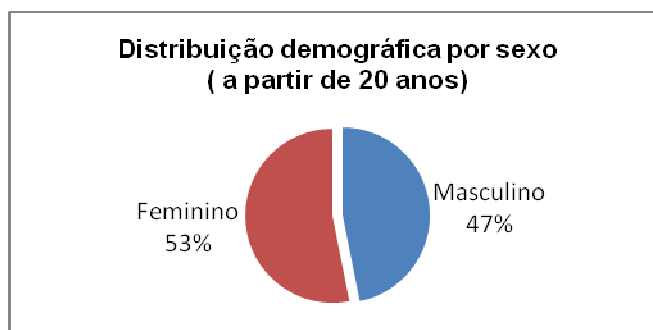


FONTE: Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações Municipais e Comunais – 1º Trimestre - 2009

Gráfico 6 – Distribuição demográfica por sexo(a partir de 15 anos)

Importante se faz a demonstração dos Gráficos 5 e 6, tendo em vista que o Município de Kuito possui característica com influência rural, pois desde a tenra idade rapazes e, em especial as moças, já iniciam suas atividades nos campos agrícolas, contribuindo assim para o sustento da família.

Utilizamos os dados de população a partir dos vinte anos de idade, considerando que a maioria dos trabalhadores no setor formal está empregada na função pública, havendo apenas um número pouco significativo no setor privado, e ainda mais restrito em relação à absorção da mão de obra feminina, por ser considerada pouco vantajosa na obtenção de lucros por parte dos empresários.



FONTE: Gabinete de Apoio e Controlo das Administrações Municipais e Comunais – 1º Trimestre - 2009

Gráfico 7 – Distribuição demográfica por sexo(a partir de 20 anos)

No mundo laboral, nós dividimos o mercado de trabalho em dois setores, o setor privado e o setor do estado. Aqui no setor da função pública as mulheres conseguem ingressar com mais abrangência, e entram muito no setor da administração pública. Mas no setor privado, em que o mercado é ainda mais familiar, as mulheres entram muito pouco e ainda são subjugadas porque tem aquela questão da maternidade. O privado está mais preocupado com os lucros, então uma mulher que vai nascer de dois em dois anos, para elas já é um empecilho, ele (empresário) não consegue encarar muito bem as mulheres nessa condição, então eles preferem não inserir muito as mulheres no setor privado. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ao ouvir as palavras da senhora Gertrudes tornou-se claro que as mulheres, apesar de suas lutas constantes para a inserção no mercado de trabalho formal, ainda são extremamente discriminadas, vendo a sua tão valorizada condição feminina trabalhando contra ela própria, sendo um elemento significativo utilizado pelo empresariado, em geral homens, para a sua exclusão de qualquer possibilidade de competir, apropriando-se de suas capacidades, lado a lado com os homens, no mercado de trabalho.

Uma mulher que procura emprego é rejeitada depois que o empregador pergunta se ela pretende ter filhos, está sendo punida não propriamente por um problema de gênero. Este é apenas a face conjuntural de um problema estrutural. O empregador se aproveita do problema de gênero (ser mulher) para não dar-lhe o emprego (poderá ficar grávida) porque existe abundância de mão de obra, dificilmente o problema de gênero seria empecilho para sua contratação. O que é trabalho “feminino” e “masculino” é definido a partir da necessidade de o capital auferir mais lucro. Ele utiliza a força de trabalho disponível, aproveitando inclusive suas diferenciações internas (entre sexo, idade, cor, etc.) para que este ou aquele emprego, de forma a aumentar seu rendimento. (TOLEDO, 2008:44)

Nesse sentido, o restrito mercado de trabalho em Kuito fica cada vez mais concentrado nas mãos masculinas, não só no setor privado, como pudemos ouvir, mas também na esfera pública, apesar de esta ainda ser o maior empregador de mulheres nesse contexto, empurrando cada vez mais um maior número de mulheres para o trabalho na informalidade.

Cabe aqui ressaltar que o trabalho informal, em função da escassez de absorção de mão de obra, não é um privilégio estritamente feminino, existindo também homens envolvidos com várias modalidades de negócios nessa área, estabelecendo-se ali também uma diferenciação entre homens e mulheres.

Os homens, em geral, estão em negócios que envolvem maior volume de dinheiro, enquanto as mulheres, que são a maioria nesse segmento, voltam-se para pequenos negócios de venda de mercadorias sejam industrializadas localmente ou importadas, ou produzidas no meio rural, já que requerem um capital inicial mínimo, que por vezes elas próprias não possuem. Ainda, agrava-se pelo fato de não possuírem educação mínima suficiente para o ingresso no mercado com competitividade.

O capitalismo e a sociedade burguesa, que tantas esperanças trouxeram à mulher no sentido de emancipá-la da servidão doméstica e do papel subalterno que a sociedade feudal lhe reservou, não conseguiram cumprir com a promessa. A mulher nunca foi tão maltratada e discriminada quanto neste sistema de produção.

Discriminada como trabalhadora e como mulher, ela conseguiu reunir, dentro do capitalismo, a maior lista de reivindicações que qualquer outro setor social jamais conseguiu em toda a sua história. Alia as reivindicações de todos os trabalhadores – emprego, salário e condições de trabalho – às suas necessidades específicas como mulher – licença-maternidade, direito a decidir sobre seu próprio corpo, creches para cuidar de seus filhos enquanto trabalha e o fim da violência doméstica, chaga que a sociedade impõe a cada dia com maior brutalidade. (TOLEDO, 2008:13-14)

Se, no mundo ocidental, as mulheres lutam por direitos mais ampliados, quando se trata das relações do trabalho, no contexto desta pesquisa, elas ainda lutam para conquistar a possibilidade de se inserirem nesse mercado, mesmo que seja ainda de forma precarizada, pois é pelo trabalho que elas podem ter possibilidades de enfrentar esse sistema perverso e, dentro dele, estabelecer um

espaço de contradição, de luta por direitos, de ter voz na sociedade, de ter a sua dignidade respeitada e se sentir realmente como mulher trabalhadora, e não apenas como mãe e esposa.

Mulher trabalhadora, eu poderia dizer que é uma mulher que luta para o bem-estar da sociedade, que não trabalha só para ela, é uma mulher que luta para o bem-estar da sua família, é uma mulher que luta por sua dignidade. (Rosalina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Ainda dentro desse cenário, existem contra elas os aspectos da cultura que, de certa forma, acaba por oprimi-la e excluí-la desse processo de competir não só por um posto de trabalho, mas também de decidir sobre o seu próprio corpo, visto que é feita uma exacerbada valoração em relação à sua condição feminina de procriação.

A sociedade patriarcal se assenta na família, no seio da qual toda mulher já vem ao mundo com o seu lugar subalterno definido. É no lar que se reproduz a sociedade burguesa patriarcal, onde toda criança nasce aprendendo a respeitar “a autoridade paterna” e ver na mulher um ser inferior e destinado a servir aos demais (TOLEDO,2008:16)

Ela que é considerada a responsável em dar continuidade à espécie humana, de fazer nascer novas vidas, de fazer o homem se sentir mais homem. E este mesmo homem, que deveria ser o seu companheiro de lida, é potencialmente o representante desse sistema que a oprima e a subjuga.

As mulheres que trabalham para o estado têm os seus direitos de férias, de parto, de alimentação do bebê, já, há alguns privados que não dão estes direitos, e elas, coitadas, têm que trabalhar, porque se não são afastadas, e muitos empresários não gostam de mulheres, por causa mesmo destes direitos, eles pensam que trabalhar com mulheres é perder. É perder porque assim quando as mulheres pedirem os seus direitos a empresa vai entrar em falência. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Diante dessa realidade em Kuito, o estado estabelece-se como um mecanismo de mediação, assumindo inclusive o pagamento de direitos das mulheres, devido pelo setor privado, e mesmo assim isso não suprime a dificuldade de inserção destas no mercado de trabalho devido ao restrito número de empresas

nesse setor. Se, por um lado, existe a restrição dos postos de trabalho por não haver empresas em quantidade suficiente, por outro lado, elas se constituem quase que como empresas familiares, admitindo um número ínfimo de trabalhadores.

A licença-maternidade são logo noventa dias que elas podem gozar parcialmente, trinta dias antes e sessenta dias depois do parto, e então a segurança social, nestas condições, para não trazer grandes despedimentos no setor privado, assume. A segurança social paga a licença-maternidade para o setor privado, mas mesmo assim vê-se grande dificuldade das mulheres inserirem-se no setor privado. No setor público, as mulheres fazem concurso e se ela mostrar competência entra. No setor privado é que temos grandes problemas e também porque não é muito vasto. O estado é o grande empregador, e não temos o mesmo problema da licença-maternidade. A mulher está em pé de igualdade com o homem e consegue ascender, já no setor privado não existe mulher com função permanente em altos cargos. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Esse espaço do mundo do trabalho em Kuito é extremamente contraditório no sentido em que, havendo um número maior de mulheres, deveriam ser elas a ocupar maior quantidade de postos de trabalho. Contudo, isso não ocorre justamente porque se vive numa sociedade marcadamente patriarcal, onde as mulheres são vistas em geral pelo seu aspecto materno e de lida das coisas do lar, e, ao mesmo tempo, não usufruem das mesmas possibilidades de formação e acesso à educação na mesma proporção que os homens.

Essa contradição vem contribuir para o avanço do capital e o retrocesso de ações que possam, ao menos, estimular atos que possibilitem uma busca justa de relações mais igualitárias de gênero no mundo do trabalho. E, nesse sentido, concordamos com Toledo (2008) ao afirmar que “no entanto, o que se aproveita, o capital é, sobretudo, da abundância da mão de obra disponível. Essa relação é que determina como, quando, e em que grau o empregador dá preferência ao homem ou à mulher” (p. 45).

Para melhor compreensão da realidade existente no mundo do trabalho no Município de Kuito apresentamos a seguir a Tabela 7 que demonstra a inserção no mercado no mercado de trabalho formal privado durante o primeiro semestre de 2009.

Tabela 7 – Total de trabalhadores por setores

Nº	Designação do Setor	Total de Trabalhadores				Total
		NACIONAIS		ESTRANGEIROS		
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1	Comércio	651	171	13	0	835
2	Hotelaria e Similares	42	34	0	0	76
3	Construção Civil	137	7	0	0	144
4	Indústria	17	2	0	0	19
	TOTAL	847	214	13	0	1074

FONTE: Direção Provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - 1º semestre de 2009

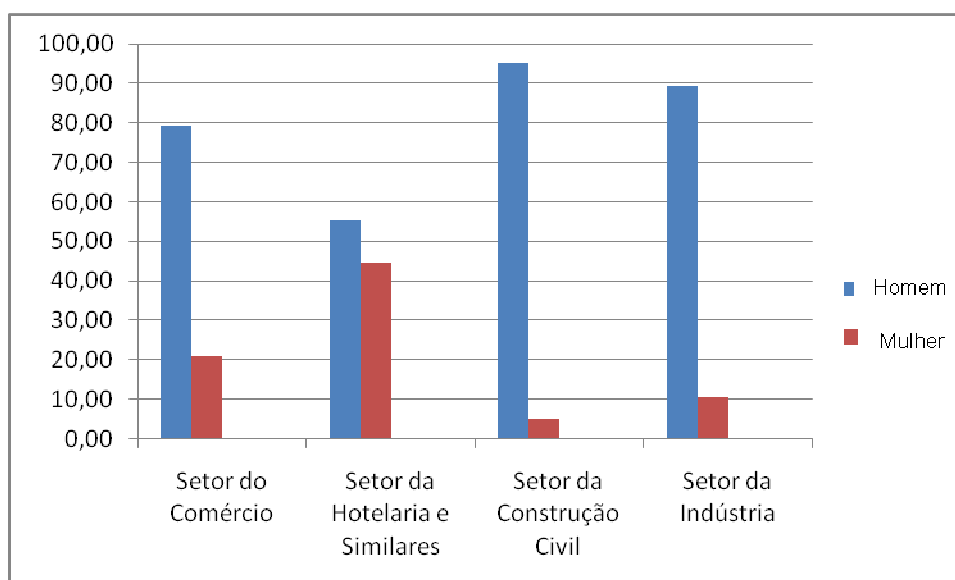


Gráfico 8 – Distribuição de trabalhadores por setor

Ao analisar o Gráfico 8 questiona-se como pode uma população de quase um milhão de pessoas sobreviver num mundo onde a absorção da força de trabalho pelo setor privado não chega a 1% em relação ao total dessa população. Neste sentido, nos apropriamos das falas de Antunes (2008) que afirma “que o desemprego estrutural esparrama-se pelo mundo inteiro de uma forma impressionante” (p. 38).

Aqui não se pode dizer que esse desemprego estrutural é uma consequência das evoluções tecnológicas, ou dos avanços e retrocessos do toyotismo ou do fordismo, tão somente. O desemprego afeta não só as mulheres, mas também os

homens e tem a ver com o longo processo histórico de colonização, que impediu o acesso dos angolanos e das angolanas à educação, inclusive de base, à formação de níveis superiores e à preparação destes para assumirem e tomarem em suas mãos o real controle do país.

Por outro lado, ainda temos as quase três décadas de guerra civil que destruiu e saqueou grande parte do parque industrial angolano, das empresas privadas e do comércio em geral, forçando todos, com pouca distinção, a se obrigarem e se submeterem a essas novas regras de sobrevivência. A sobrevivência que quase na sua totalidade advém de uma economia informal do trabalho, à margem da lei, à margem de tudo.

Ainda o Gráfico 8 mostra-nos que, mesmo nesse mínimo universo de trabalho em que a maioria masculina prevalece, a exceção é do setor da hotelaria, que abarca um número maior de mulheres as quais, em geral, são “trabalhadoras de base”⁵⁶, ou seja, faxineiras, arrumadeiras e, em alguns casos, responsáveis de salão ou atendentes de mesa.

Com as Tabelas 8 e 9 mostra-se a inserção no mundo do trabalho do setor formal do Município de Kuito, e o total dos trabalhadores na função pública na Província do Bié, e como está estabelecida a proporção de homens e mulheres nesse mercado.

Tabela 8 – Total de trabalhadores no setor privado

HOMENS	1.228
MULHERES	307
TOTAL	1.535

FONTE: DAPESS - 1^o semestre de 2009

⁵⁶ Destaque do pesquisador.

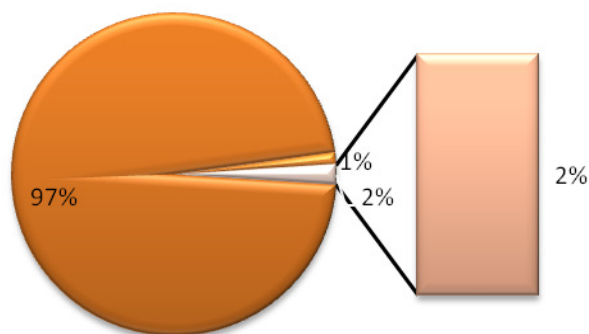
Tabela 9 – Total de trabalhadores na função pública

HOMENS	12.160
MULHERES	8.005
TOTAL	20.165

FONTE: DAPESS - 1º semestre de 2009

NÚMERO DE TRABALHADORES NO MERCADO FORMAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO ACIMA DE 20 ANOS

■ TOTAL DA POPULAÇÃO ■ TOTAL DE TRABALHADORAS ■ TOTAL DE TRABALHADORES



FONTE: Direção Provincial da Administração Pública Emprego e Segurança Social

1º Semestre - 2009

Gráfico 9 – Trabalhadores no mercado formal em função do total da população

Como pode ser verificado no Gráfico 9, menos que 3% do total da população ativa acima de vinte anos está inserida no mercado formal de trabalho, público e privado, e, em sua maioria, como já citado, absorvidas pelo estado enquanto maior empregador.

Deste total, menos de 1% constitui-se do universo feminino, e ao olharmos o Quadro 10, do número de trabalhadores na função pública, tem-se a clareza de que há uma discrepância entre o número de homens e de mulheres empregados como trabalhadores. Contudo, cabe aqui ressaltar que esse número que já ultrapassa os

40% do total constituído por mulheres, não é por mero acaso. É fruto de uma longa caminhada e de luta das mulheres para serem inseridas no mercado de trabalho.

Lutas que vem sendo intensificadas com o suporte das Conferências de Beijin e de Addis Abeba; do objetivo de se cumprir com as metas das Nações Unidas para o milênio, com o suporte das organizações de mulheres angolanas, sejam de caráter político-partidário ou da sociedade civil, que buscam resgatar o papel da mulher enquanto trabalhadora, na sociedade, e a possibilidades destas estarem inseridas e acometidas de poder, inclusive nos espaços políticos e de decisão do país.

Luta esta que está apenas em seu princípio, mas que com certeza vai chegar longe. *Essa conquista tem que ser uma luta diária, e tem que ser co-participada, tem que ser em união, e todas as mulheres têm que saber o que é e como vamos atingir esse objetivo.* (Rosalina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Assim, vemos que esse desemprego estrutural remete 97% da população ativa acima de vinte anos para a informalidade, sejam eles homens ou mulheres.

A economia informal angolana caracteriza-se por uma rede imensa e extensa de atividades que são desenvolvidas em sua maioria por mulheres, e dependem da criatividade de cada uma e de cada região, incluindo ainda novas atividades, com o intuito de responder às necessidades e às demandas locais.

Na informalidade, encontram-se os trabalhadores que vendem mercadorias em locais fixos, considerados mercados ou praças, ambulantes de rua, pequenos mercados de esquinas e becos, e ainda aqueles que desenvolvem pequenos negócios e o autoemprego.

Os dados disponíveis apontam para o fato de que o setor informal não está crescendo na vertical, com crescimento do tamanho médio do número de empregados por negócio, mas tem crescido na horizontal através do aparecimento de novos negócios. Esses dados podem ser indicadores de que a capacidade de absorção da mão de obra no setor informal tem atingido níveis elevados, próximos da saturação. (CABRAL, 2006:38)

É nesse contexto saturado de mão de obra, com poucas possibilidades de auferirem grandes rendimentos, onde o capital mostra sua face mais perversa, que é a precarização do que já está mais do que precário, que está inserido um grande contingente de mulheres, que não possuem dia e nem horário de trabalho definido,

acumulando ainda as obrigações para com a lida doméstica, situação aliada a uma série de casos de opressão e violência que também é uma consequência não só do patriarcado e de suas relações com a cultura local, mas também com o fato de quase não existir a possibilidade de serem absorvidos, homens e mulheres, por um regime de trabalho mais digno.

A grande maioria das mulheres estão na informalidade, cerca de 75%. Apesar de ser o mercado informal, é uma ocupação dela e também podemos classificar como se fosse um trabalho, um trabalho informal por conta da situação que ela tem. Ela não tem um patrão, mas ela consegue fazer rendimentos para sustentar a sua casa. Elas têm uma atividade dupla, que é a lida doméstica e funcional. (...) Elas têm uma vida muito apertada e até porque elas não têm aquela coisa de ter empregada doméstica, são elas mesmas que fazem todo o trabalho, então acho que se cansam muito. E estas, por terem menos esclarecimentos, subjugam-se aos seus maridos, mesmo trabalhando. Ai delas se não trouxerem a comida, não fizerem a comida, ou o almoço na hora certa, porque muitos dos maridos que elas estão a sustentar não trabalham, elas são chefes de família. O marido fica em casa e é mais um agregado da mulher, mas ele chega na mulher e diz: não há nada para comer, não há roupa para vestir, e para aqueles que fumam ainda lhes dão um cigarro, uma bebida, mas elas ainda ficam contentes mesmo com essa vida que levam, apesar que para mim isso não é a mais justa. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Essa real e visível dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de homens e mulheres, ainda traz para as relações familiares mais uma forma de degradação do tecido familiar e com rebatimento nas relações sociais como um todo, pois, com a possibilidade de auferir certa quantidade de dinheiro para o sustento da família, um dos dois pilares, por vezes, passa a ficar em situação desvantajosa em relação ao outro, e que, em geral, são as mulheres.

Isso implica inclusive, a relação de poder e de mando dentro do lar. No caso da mulher trabalhar e o homem também, essa relação poderá torna-se quase que impraticável, pois se acentua, ali, toda a forma de opressão contra a mulher, facilitada pelos aspectos patriarcais e da cultura, interferências familiares e da utilização do poder econômico em benefício da prática da “poligamia” e até mesmo de constituição de uma segunda ou terceira família.

Eu sou comerciante. Eu vendo cerveja no mercado para conseguir sustentar os meus filhos e a mim própria. Eu vivi dezoito anos com o meu esposo, já é falecido desde o ano passado. Eu vivi muito oprimida, porque eu não conseguia estudar, não conseguia ir à escola, ele foi um homem muito

ciumento e trazia as crianças na escola. E assim que eu saísse do mercado, diretamente para a escola. Era muito oprimida, amarrada. Ele não me deixava fazer nada e o tempo que nós vivemos ele conseguiu se formar. Os momentos que eu sofri com o meu marido, (tristeza) ele fazia todas as necessidades na cama, bebia porcamente, a família dele não ligou,... (silêncio)..., eles levaram o corpo. Eu chorei a fotografia dele, eu e os meus três filhos. Chorei a fotografia dele, eu como viúva não chorei o meu marido. Chorei a fotografia. Estou a pensar no próximo ano fazer a matrícula e voltar a estudar, para renovar-me, para aumentar mais os estudos porque eu só finei com a oitava classe. (Bela, depoimento colhido em agosto de 2009)

O depoimento mostra-nos com clareza a situação em que muitas mulheres vivem ainda hoje, enquanto trabalhadora, mãe e esposa. É, por vezes, uma situação mergulhada num mundo em que as contradições entre a necessidade de sobreviver as obrigam a se submeterem a situações explícitas de exploração e de completa falta de respeito aos mínimos de direitos humanos, e em especial das mulheres.

Por vezes, essa situação somente cessa quando há a separação do casal, seja por meio da morte ou por decisão própria da mulher. Em ambas as circunstâncias, existem penalidades contra a mulher. Em caso da morte, é comum a família do marido querer se apropriar dos bens deixados por ele e que foram construídos juntos, pelo esforço do trabalho de ambos, marido e mulher.

Em caso de separação por decisão da mulher, esta tem que ter a coragem de enfrentar a sociedade local, seus conceitos e preconceitos, levar a vida, ir em frente, singrar, sendo uma das formas mais presentes a vontade de voltar a estudar e ampliar o seu universo de conhecimento formal.

Trabalho como mobilizadora comunitária. Eu não tenho muito tempo para ficar com as minhas filhas porque preciso procurar alguma coisa para elas comerem, porque sou mãe, sou pai. Estou separada do pai das minhas filhas há 11 anos e praticamente eu é que sou a chefe da família. Vale a pena viver sozinha do que mal acompanhada, porque tendo marido é transtorno também, é um problema sério. Eu prefiro viver sozinha do que viver com um marido. (...) No dia de ontem a mulher angolana tinha pouco valor, mas agora já está a aparecer mais ou menos na sociedade porque estão a estudar. Nós já não queremos depender muito dos homens, então, estamos a lutar mesmo, estamos a lutar para aparecer na sociedade, e já há muitos lugares a serem ocupados pelas mulheres, o lugar de ministras, de governadoras, quer dizer de chefes máximos. A mulher já esta a ocupar estes lugares, já está a ocupar. (Tavares, depoimento em agosto de 2009)

As situações às quais nos referimos com esses depoimentos, não querem aqui demonstrar-se como uma regra que está sendo seguida pelas mulheres

angolanas, mas sim uma exceção, que tem aberto caminho para uma nova reflexão sobre os valores culturais locais, e sobre a imposição de relações desequilibradas perpetradas pelo patriarcalismo presente, associado à questão do mundo do trabalho.

As mulheres do setor informal enfrentam sérios constrangimentos que realmente diferem daqueles que homens enfrentam para levar a cabo as suas atividades. Embora os referidos fatores sejam a causa próxima para a discriminação da mulher, em muitos setores da economia, essas diferenciações entre homens e mulheres radicam em questões de gênero. (...) O quadro negro apresentado na maior parte dos estudos realizados sobre a mulher angolana deixa transparecer, entretanto, uma certa dinâmica e independência, nos assuntos econômicos ligados ao mercado informal, no qual as mulheres são a grande maioria. A fonte de poder econômico dentro do domicílio é importante para analisar as estruturas de produção, da repartição e do consumo familiar na sociedade. (CABRAL, 2005:39-41)

É dentro deste cenário, onde se encontra “uma certa dinâmica e independência” que as mulheres angolanas que vivem do trabalho estão encontrando o espaço de manobra para lutar por seus direitos e ganhar mais espaço e mais reconhecimento na sociedade.

Essa luta ainda é como um grão de areia no oceano, mas existe e está presente. É o cume de uma contradição, é um desvelar sorrateiro que aos poucos vem se achegando e se mostrando, se refazendo de todas as máculas vividas, mostrando-se capaz e efetivo, sendo pessoa, sendo ser social com nome, sobrenome, identidade própria de quem é mulher, mãe, esposa e trabalhadora.

É assim, enquanto parte da classe trabalhadora que vive do trabalho, que as mulheres vão aos poucos construindo sua própria revolução, em busca ao menos da possibilidade de fazer a gestão própria da sua vida cotidiana. Nesse sentido, nos apropriamos das palavras de Antunes (2008) que nos diz, “mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador” (p. 90).

Nesse sentido emancipador é que as mulheres que vivem do trabalho reconhecem a possibilidade de estabelecer relações igualitárias com os homens que, contraditoriamente, em alguns momentos, são companheiros de luta, esposos

amáveis, mas em outros são instrumentos de opressão, exploração, violência e de contribuição para a tentativa de solidificação das diferenças. As mulheres não descansam, pois sabem que é com o trabalho e pelo trabalho que podem encontrar a “possibilidade de emancipação” (ANTUNES, 2008:91).

Assim, vamos ouvir um pouco mais, na própria fala desse sujeito com identidade⁵⁷ sobre o que pensam ainda do trabalho, de ser mulher trabalhadora, de como conquistam espaços.

Estou a trabalhar, mas a mim não interessa o dinheiro, o que eu queria eu já ganhei, queria recuperar o meu estatuto social e queria ganhar a minha autoestima. Já ganhei, não só eu, mas os meus filhos também recuperaram a autoestima. – Francisca

Eu vou dizer que a partir desses trabalhos que eu fiz na Oxfam, agora tenho outra visão. (...) A partir daí eu fiquei a saber que os direitos são iguais, não são diferentes. O comportamento que tenho hoje não é aquele antigo, ainda que talvez o meu esposo não morresse, também o comportamento já não seria o outro. – Deolinda

Agradeço a Deus que me deu o dom de iniciar a vender a bebida desde noventa e um até hoje em dia. Eu consigo me virar e tenho esta minha cubata, eu própria é que construí. Eu mesmo é que construí o homem só vivia aqui a casa não era dele. Por isso que até hoje em dia eu apanho desgosto de viver com um homem. – Bela

O trabalho é ali uma coisa muito importante, porque dignifica uma mulher. Trabalho dignifica uma mulher, e muitíssimo bem. – Maria

Ao ouvirmos as falas de nossas Mais Velhas, vamos pouco a pouco descortinando à nossa frente e aprendendo que falar de trabalho feminino em um contexto africano não é simplesmente falar de relações de produção e reprodução do capital e nem mesmo como se dá a relação homem – cultura – natureza. É muito mais que isso, é falar de todo um processo de relações sociais, econômicas, culturais, políticas e de resgate da dignidade humana, dentro do próprio processo do trabalho.

⁵⁷ Os depoimentos a seguir foram colhidos em agosto de 2009 e devidamente autorizados pelas autoras.

O trabalho feminino, sem alusões às grandes teorias, acaba por ser, nesse contexto, um grande espaço de luta e busca de autonomia das mulheres trabalhadoras, mesmo que seja no âmbito restrito de decidir sobre si, seus filhos e sua própria casa. Esse modelo que nos parece residir e fixar-se no ambiente privado das famílias, ao poucos, vai se tornando público e impregnando a sociedade, com uma nova visão de ver o mundo, as relações de gênero e os espaços de direitos de homens e de mulheres.

A minha formação ajudou-me muito para eu poder lutar com os problemas da minha vida, e para poder defender também as outras camaradas. Acabar com a opressão da mulher é um trabalho que estamos começando aqui e indo até as áreas mais recôncovas. Na área rural ainda temos muito trabalho para fazer, onde a mulher é mais portadora dessa opressão. – Isabel

A mulher trabalhadora, ela ainda é oprimida, não está totalmente livre, de momento está assim oprimida, e o que é que falta? O que falta para nós são os encontros, o que falta para nós é a partilha, o que falta para nós é a solidariedade, o que falta para nós é a troca de experiência. – Rosalina

A luta do homem para tirar a mulher do poder, indiretamente ainda continua, mas nós devemos é vincar mais as nossas capacidades, as capacidades profissionais. Fazer com que aprendamos sempre. Façamos mais formações profissionais. – Gertrudes

A mulher angolana é uma sacrificada realmente, porque nós não queremos depender, já não queremos essa dependência, aquela coisa de estar sempre a espera do marido. Então, estamos a lutar para podermos ser o que somos. (...) Uma mulher angolana agora, que trabalha, que vive sozinha, luta, luta até conseguir o que ela quer. – Tavares

Consciente de que a maioria das mulheres, mesmo que trabalhadoras, ainda vivem situações explícitas de opressão, e até mesmo de exploração, as mulheres pesquisadas vão cada qual a sua maneira, dentro de sua realidade, indicando caminhos que possam ir libertando-as desse jugo que carregam e que foi herdado ao longo da história.

É dentro dessa relação contraditória de opressão-exploração e vontade de buscar uma sociedade com relações mais justas, mais igualitárias, que as mulheres de Kuito sonham; é com a expressão de seus desejos por suas palavras que vão demonstrando paulatinamente que a mentalidade está mudando, a busca de novos

horizontes está se manifestando, pois como disse a senhora Faustina, *a emancipação é a evolução da mentalidade*.

Nesse aspecto, concordamos com Saffioti (2004) que diz que “a história revela que as grandes causas, benéficas especialmente aos contingentes discriminados e a quase todos os demais, obtiveram sucesso, apesar de terem sido conduzidas por pequenas minorias”. (p. 46). Ainda, o grupo de mulheres engajadas nessa luta em busca de relações igualitárias não está universalizado na sociedade de Kuito, mas já existe uma minoria que se desperta e começa a compartilhar com outras as suas experiências, e juntas caminharão rumo a uma nova sociedade que, se não estiver totalmente livre da opressão, ao menos saberão como se defender dela.

Independente de nossa situação biológica, temos que assumir algumas lideranças, pode ser no governo, ao nível da sociedade, e praticamente estamos a trabalhar no sentido de termos pelo menos 50%. A liderança conquista-se e estamos a conquistar o nosso lugar no poder – Rosalina

Parte do poder econômico está nas mãos das mulheres, sem exagerar, é a minha maneira de ver. É a forma que eu vejo no mercado, as mulheres a vender, os negócios que as mulheres fazem, vejo quando vou a peixaria comprar peixes. Quando elas desamarram o pano para pagar, vejo que parte do poder econômico está não mãos dela. – Francisca.

O poder econômico está nas mãos das mulheres porque elas são a maioria, e presentemente é muito difícil encontrar uma mulher que não faça nada. Ainda que for catar água para ganhar um dinheiro elas fazem, ainda que for mesmo transportar pedras na cabeça ou areia para terem o seu dinheiro elas fazem, porque as mulheres são econômicas e elas conseguem fazer racionalização dos bens que é para não esbanjarem muito, e mesmo aquelas que são casadas, alguns homens dão o seu rendimento à própria mulher e ela é que vai gerindo esse dinheiro nas suas casas, ainda que for a outra mulher. – Gertrudes

É na busca constante de ganhar espaços dentro dos cenários social, político econômico e cultural, saindo do âmbito privado do lar e ganhando os espaços públicos, que essas mulheres trabalhadoras envidam os seus esforços, e têm realizado, mesmo que em pequena escala, um esforço brutal para alcançá-lo.

É nas mãos dessas mulheres que, em diferentes graus, vem se concentrando uma certa parcela do poder econômico, e é através dele, que provém de seu esforço laboral, seja formal ou informal, que elas acreditam nas possibilidades de ir

solidificando esses espaços como uma possibilidade de construção de autonomia, mesmo que relativa.

É um desafio histórico a ocupação e reconstrução deste espaço público: se tivermos teleologicamente a referência à emancipação social como proposta de futuro, somada às lutas, ações e espaços construídos num processo cotidiano, poderemos visualizar historicamente avanços concretos significativos. Para exemplificar tal consideração, temos as questões de gênero, as conquistas legais em termos de igualdade e diferença de direitos humanos e sociais, além dos espaços conquistados de gestão social da vida pública considerados inovadores. (LUIZ, s.d.:49)

3.5 Mulheres Rompendo com as Desigualdades - Reconstruindo a História, Construindo Possibilidades de Autonomia

Ao falarmos da luta da mulher angolana em busca de relações mais igualitárias, de empoderamento, de emancipação, de autonomia, ou seja, qual for o termo a ser adotado neste momento, não podemos fazê-lo sem, contudo, refletir um pouco sobre os ganhos dos espaços públicos enquanto arena de luta na conquista de direitos. Essas conquistas inserem-se nos âmbitos local, regional e no contexto internacional de luta das mulheres para terem os seus espaços de igualdade reconhecidos.

Para abordarmos as constantes lutas que as mulheres vêm fazendo ao longo da história, seria extremamente imprudente definir uma data ou um limite temporal como o início do processo de organização e luta das mulheres, especialmente em Angola, pelo reconhecimento ao menos de sua dignidade enquanto pessoa humana, enquanto ser social. Contudo, aqui vou me ater ao ano de 1945, para fazer algumas reflexões no âmbito desse processo de luta.

Em 1945, na I Assembléia Geral da ONU, é aprovada a Carta das Nações Unidas, primeiro instrumento internacional em que ficou estabelecido o princípio de igualdade entre homens e mulheres e, inclusive, estabelecida uma subcomissão para tratar da condição da mulher. A partir daí, uma série de outras convenções de direitos, pactos internacionais, conferências foi se realizando ao longo do tempo, sempre com o intuito de promover a participação da mulher na sociedade, facilitar o

empoderamento delas e reconhecê-las como sujeitos de direitos na mesma proporção em que os homens.

Dentre todas elas, no contexto desta pesquisa, a que mais teve impactos para a mulher angolana foi a Conferência de Beijin, ocorrida em setembro de 1995. Nessa conferência, Angola esteve representada por uma delegação composta por vinte mulheres e cinco homens.

O trabalho preparatório foi coordenado por um comitê com representantes de vários ministérios, organizações não governamentais e alguns setores femininos dos partidos políticos e das igrejas. Duas conferências nacionais foram realizadas com uma ampla discussão sobre o relatório de Angola que foi preparado para a conferência internacional. Depois de Beijin, o Ministério dos Assuntos da Família realizou uma série de atividades, sendo na maioria em forma de seminários e estudos específicos sobre gênero, ou a respeito dos assuntos das mulheres. (SIDA, 2000:48)

Com a participação de Angola nessa Conferência Internacional, o movimento em defesa dos direitos das mulheres, em especial a sua participação em todas as esferas de poder, passa a ter mais força e culmina com a elaboração de uma estratégia nacional sobre as questões de gênero estabelecendo assim prioridades para serem desenvolvidas a partir do ano 2000.

Essa estratégia ainda vai ao encontro das Metas do Milênio das Nações Unidas, que aborda o empoderamento das mulheres como uma forma de reduzir a pobreza e proporcionar o desenvolvimento sustentável⁵⁸.

Neste movimento interno de promoção das mulheres e com influência dos diferentes setores, organismos e movimentos nacionais e internacionais de mulheres, ficou estabelecido um rol de prioridades a ser desenvolvido em Angola (SIDA, e8):

- Participação das mulheres no processo de paz;
- Pobreza, segurança alimentar e falta de poder econômico das mulheres;

⁵⁸ Mais detalhes, ver em: United Nations Millennium Declaration, Resolution Adopted by the General Assembly, September 2000.

- Direitos da saúde reprodutiva e acesso aos serviços de planejamento familiar;
- Papel das mulheres na cultura, família e socialização;
- Mulheres e meio ambiente;
- Direitos das mulheres e direitos humanos;
- Mulheres da comunicação e da informação;
- Raparigas crianças.

Devido ao contexto de guerra que Angola ainda vivenciava, muitos desses objetivos foram considerados, principalmente por organismos internacionais, como um sonho irreal e impossível de ser concretizado⁵⁹, já que a atenção política e quase todas as questões pertinentes ao orçamento do país giravam em torno da guerra, o que possibilitava ainda mais a deteriorização, inclusive, dos serviços básicos, como saúde, educação, água e saneamento, os quais as mulheres, em geral, eram as que mais procuravam. Se não estava disponível esse mínimo para a sobrevivência, então como trabalhar as questões mais conjunturais?

Mesmo em meio a toda essa contradição e esses obstáculos, as mulheres em Angola continuaram e continuam ainda hoje a lutar por melhores condições que possibilitem a participação ampla na sociedade. Para isso, utilizam espaços nos partidos políticos, igrejas e associações como mecanismos que podem possibilitar a abertura para falarem de seus problemas e proporem soluções.

Diante da conjuntura angolana, isto é quase nada, mas, ao falarmos diretamente com as mulheres, é possível verificar que é nesse quase nada que elas encontram o muito que pode e que devia ser feito para melhorar as suas condições de vida, numa sociedade marcada fundamentalmente por traços culturais, segundo os quais o homem, em quase todos os seus aspectos, prevalece sobre a mulher.

⁵⁹ Ver mais detalhes in SIDA – Report, 2000.

A OMA⁶⁰ sempre lutou pela emancipação da mulher. Sempre lutou pela sua emancipação e conseguiu promover e levou a promoção para muitas mulheres. A OMA sempre lutou para que dentro do governo houvesse uma organização, um ministério, uma área que responda pelas mulheres em geral, de todos os partidos. Quando surgiu o multipartidarismo (1992), nós sabíamos que a OMA não podia receber mulheres de outras opções políticas, é por isso que a OMA em um dos seus congressos lutou e, portanto, foi aceite a Secretaria de Estado da Promoção da Mulher, e que agora é o Ministério da Família e Promoção da Mulher. Foi no congresso ordinário da OMA em 1988. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

Como se observa nas falas da senhora Faustina, a luta das mulheres não é algo datado, mas vem se construindo e reconstruindo ao longo dos tempos, e do tempo histórico de cada mulher, dentro de um cenário que se constitui de avanços e retrocessos. Mesmo que os avanços sejam mínimos e quase não mensuráveis, as organizações de mulheres, associações e igrejas continuam lado a lado, com elas, na busca de mais participação e reconhecimento das potencialidades femininas. Vamos ouvir o que as mulheres nos falam sobre a importância desses espaços:⁶¹

Antigamente não havia aqui a Promoção da Mulher, havia apenas a OMA, mas desde que as mulheres criaram essa associação, então a coisa já está a ser outra. Os homens já estão a começar a respeitar mais as mulheres, porque um homem indo na Promoção da Mulher é castigado. Então a coisa já está a melhorar. – Tavares

Tanto faz as organizações partidárias, como as associações apolidárias podem ajudar as mulheres, porque naqueles encontros podem partilhar. A gente encontra-se e partilha os problemas – Rosalina

Mesmo nas igrejas quando você não participa junto com as outras mulheres você fica a perder. A tua situação é outra em relação às outras mulheres que participam das atividades. Às vezes você vai ouvir coisas nessas associações, e a partir daí vai começar a crescer e vai haver a mudança. A mudança para uma vida melhor. – Deolinda

Boas meninas, é importante para nós as mulheres porque o trabalho que elas fazem, ajudam as mulheres, conversam com elas e falam dos direitos das mulheres, falam dos direitos dos homens, de tudo um bocado – Maria

É importante porque é como se fosse um papel sindicalizado em que desperta a mulher. Mesmo aquela mulher que não tinha conhecimento sobre o que é que esta a fazer em prol dela, se for aí, nestes tipos de organizações, uma vez ou outra, e conseguir participar das reuniões, ela consegue se despertar, e ainda se estiver um bocadinho atrás, ela consegue correr e também ter avanços neste sentido. (...) E agora depois dessa atividade da Promoção da Mulher que se começa a fazer sentir, hoje,

⁶⁰ Organização da Mulher Angolana (OMA), ligada ao partido Movimento de Libertação de Angola (MPLA).

⁶¹ Depoimentos colhidos em agosto de 2009 – Devidamente autorizados pelas autoras.

já se começa a ver que a mulher tem outra palavra no seu lar, já conseguem sair da vida doméstica, já conseguem desenvolver o seu negócio, já conseguem estudar, e estudar porque a maioria das mulheres não tem o nível médio. Por exemplo, eu fui alvo disto. Enquanto eu trabalhava, tinha um tempo para estudar, tinha um período para ir a escola, para poder singrar, agora tenho um papel de destaque aqui no trabalho. – Gertrudes

No decorrer desta pesquisa, observamos que uma das expectativas das mulheres do Bié, em especial as de Kuito, é ter acesso à educação formal como um meio de poderem singrar na vida, de poderem se desenvolver e abrir mais as mentes e mais horizontes dentro da competitividade do mercado de trabalho local, mesmo que restrito, mas que começa a exigir não só daquelas que conseguem adentrar no universo do trabalho formal, mas também na informalidade, pois, como vimos anteriormente, a economia informal tende a se desenvolver mais horizontalmente, forçando as mulheres a criarem novos negócios que atendam às novas demandas, gerar mais rendimentos e melhores condições de vida.

Um dos negócios bastante promissor é feito pelas mulheres que viajam para os países produtores de roupas e calçados, em especial o Brasil, para comprarem em quantidades razoáveis e revenderem em seus municípios. Geralmente, as áreas de comércio popular, em São Paulo, como o Brás e a 25 de Março, são o grande reduto dessas mulheres que vêm de diferentes países africanos, fazem as suas compras e vão revender em seus países, por um preço mais elevado, auferindo lucros suficientes para a manutenção dos negócios e da família.

Se, por um lado, o acesso à educação é uma expectativa como um caminho para poder singrar na vida, mudar as condições da mulher e da família, conseguir ter meios para poder decidir sobre si própria, de outro, um longo caminho ainda tem que ser perseguido, pois, segundo o relatório do Ministério da Educação, ainda existem muitos entraves que dificultam o acesso das mulheres à educação e que ainda levará algum tempo para ser ultrapassado.

O relatório das atividades desenvolvidas no gênero realizado em 1999 aponta algumas causas de abandono, que se bem analisado reflete uma situação que ainda perdura em grande parte do país, nos dias de hoje, sendo

pobreza das famílias (papel das raparigas em idade escolar na lida da casa, cuidar dos irmãos, mercado e etc.), a pouca informação das famílias para a educação das meninas. Em algumas províncias alegam que as mulheres não necessitam de estudar, pois, o papel da mulher é de procriação, lida da casa e o marido na agricultura, e ainda, outras situações que alegam como tradicionais. Escolas muito distantes das comunidades e a fraca priorização nos estabelecimentos de ensino não só com alunos/as, mas também no envolvimento de professoras nas ações de formação e capacitação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 1999)

Um novo diagnóstico sobre a disparidade de gênero nas escolas do ensino primário e primeiro ciclo do ensino secundário de Angola, realizado em 2008, aponta que houve avanços significativos nesse setor.

Quanto à política de gênero, a participação das meninas é significativa, pois estas representam mais de 50% dos efetivos. Este crescimento, fruto da dinâmica interna do sistema educativo, dos investimentos feitos no setor e do trabalho de mobilização e sensibilização feito pelo MED aos encarregados de educação e sociedade civil. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 1999)

Contudo, as causas de abandono continuam sendo as mesmas e acrescidas de outras consideradas de menos importância, mas que na realidade refletem o *modus vivendi* da sociedade angolana, que é altamente influenciada pelos padrões culturais e patriarcais e altamente discriminatória em relação às mulheres.

No tratamento dos dados foram identificadas cinco causas principais, sendo estas as mais citadas: **problemas financeiros**⁶², falta de sala de aula, **distância da escola** ou falta de transporte, bem como **problemas de saúde**, que obrigam o impedimento da continuidade dos estudos. No que se refere às dificuldades que os alunos encontram para continuar a estudar, estão incluídos no item "OUTROS", os seguintes fatores: grande número de alunos por sala de aula, falta de vagas nas escolas, falta de escolas de ensino médio, atraso no início das aulas, **ajudar nas tarefas domésticas antes das aulas**, falta de energia elétrica principalmente para os alunos da noite, barulho nas salas de aulas, roubos, falta de professores com boa formação técnica, entender o que o professor explica, **assédio dos professores às alunas**, falta dos professores, inexistência de cantina, **casas de banho** e bibliotecas, convivência com alunos indisciplinados, violência; outros alunos citaram a falta de visão, **gravidez de alunas**, apoio familiar (**alguns pais não deixam os seus filhos irem à escola**), local em casa para estudar e dificuldades em obter os documentos. Contudo, são itens que individualmente representam menos de 1% do total.⁶³

⁶² Destaque do pesquisador.

⁶³ Idem, p. 20

Justificativas indicadas como impedimento para um melhor desempenho na educação, por mim grifadas, permitem constatar que esses impedimentos se referem muito mais às mulheres do que aos homens. Nesse sentido, há muito ainda que se caminhar para se ver alguma alteração nesse contexto. É que aí está um importante papel a ser desenvolvido não só pelo governo, mas também pelas associações de defesa dos direitos das mulheres, pelos partidos políticos e também pelas igrejas.

Essa caminhada não deve e nem pode ser feita na individualidade, mas no coletivo das mulheres que, juntas, podem agregar forças e valores no interminável trabalho de lutar para que as diferenças existentes nas relações de gênero possam acabar, mesmo que seja paulatinamente. Nesse aspecto, vê-se que as mulheres não têm ilusão de que a história que elas vivenciam será mudada de um momento para o outro, mas levará um tempo, o tempo histórico, e elas não desistem e continuam a lutar.

Enfim, muita coisa tem que ser feita para que a gente veja e possa nos dar um estatuto próprio para que tenhamos um equilíbrio com o homem. (...) Eu acho que vai demorar muito tempo, muito tempo para que a mulher tenha igualdade com o homem. (Gertrudes, depoimento colhido em agosto de 2009)

Eu queria apelar às mulheres angolanas, no seu todo, e a todos os níveis, para lutarem pela sua emancipação, principalmente pelo aumento do seu grau acadêmico para que não estejam submissas aos homens. E que o mais importante é lutar para o desenvolvimento do gênero e elas próprias saberem que são importantes para o país, porque o país precisa delas, junto com os homens, lado a lado ajudam a desenvolver o nosso país na sua reconstrução. (Faustina, depoimento colhido em agosto de 2009)

É com esta ideia de igualdade de relações de gênero, “lado a lado”, homens e mulheres, que elas continuam a hastear a bandeira de suas lutas cotidianas, não se restringindo apenas às questões como acesso a saúde, educação e trabalho, mas também buscam ganhar espaços políticos e, em especial, cargos de decisão política.

Ao olharmos para o cenário que se vem desenhando com esta pesquisa, podemos, por vezes, concluir que às mulheres está relegado apenas o que há de pior dentro da sociedade, pelo fato de serem exploradas, dominadas e/ou

desrespeitadas em toda a sua dignidade humana, isso existe e pode ser verificado pelas próprias falas das mulheres.

Contudo, também há avanços. Avanços conquistados pelo coletivo de mulheres que resolveram sair das sombras masculinas e, dentro e por meio de suas manifestações políticas, têm conseguido ganhar espaços em predominavam estritamente os homens, como nos cargos de governança e de representação junto aos órgãos regionais na África, como a União Africana.

A promoção da igualdade e da equidade de gênero constituiu prioridade da agenda da 3ª Sessão Ordinária da União Africana realizada em Addis Abeba (Etiópia), em julho de 2004. Nesta sessão os Chefes de Estado assinaram a Declaração Solene Sobre a Igualdade entre os Homens e as Mulheres em África. O Projeto de Política de Gênero já elaborado será submetido à aprovação dos Chefes de Estado, na Cimeira prevista para o mês de janeiro de 2009. Esta política tem o objetivo de atingir a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres e estabelece como meta atingir a paridade de gênero nos órgãos da União Africana e dos Estados Membros até 2020.⁶⁴

Ainda no contexto regionalizado da África, as mulheres, por meio de suas articulações políticas e das aspirações internacionais, buscam promover o equilíbrio nas relações de gênero com um sentido mais amplo, a SADC, comunidade dos países da África Austral composta por Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República da África do Sul, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zimbábue e Zâmbia, assumiu dentro de sua política regional de gênero, adotada em 1997, algumas decisões que ainda hoje são bandeiras de luta das mulheres angolanas.

Na Declaração sobre Gênero e o Desenvolvimento assinado pelos Chefes de Estado e do Governo da SADC a 8 de setembro de 1997 em Blantyre, no Malawi, entre outros assumem-se os compromissos de:

- assegurar a igual representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão dos Estados Membros e nas estruturas da SADC a todos os níveis, e atingir a meta de pelo menos 30% de mulheres em estruturas políticas e de tomada de decisão até 2005;
- revogar e reformar todas as leis, emendar Constituições e mudar as práticas sociais que continuam a sujeitar as mulheres à discriminação, e decretar leis sensíveis ao empoderamento de gênero.

⁶⁴ Documento da 3ª Sessão Ordinária da União Africana realizada em Addis Abeba (Etiópia) em julho de 2004.

Disponível em: www.google.com Acesso em: 4 fev.2010.

O Protocolo da SADC sobre Gênero foi assinado por doze Chefes de Estado à exceção das Maurícias e do Botsuana. Este Protocolo, que fixa metas a serem atingidas no período 2010-2020, virá a dar uma importante contribuição para a igualdade e equidade de gênero e a melhoria das condições de vida da mulher.⁶⁵

A realidade africana mostra que ainda falar em relações de gênero é um tema extremamente delicado, considerando os aspectos específicos de cada cultura. Mesmo com todo o processo de globalização, ainda há culturas que não se deixam afetar com vistas a estabelecer modificações seja nas práticas sociais, nas leis, nas relações de produção em benefício da mulher, por considerarem que trará prejuízos para o homem, pois as mulheres, em geral, já nasceram com os seus espaços bem definidos: a cozinha do lar, a cama do marido, a relação desigual e a exploração.

Assim é o caso de alguns países, como Ilhas Maurícias e o Botsuana, que não aceitam a participação e nem a possibilidade de construir processos que possam melhorar a condição de vida da mulher. Nesse sentido, Angola tem feito um esforço, apesar de ainda não ser o esperado, para dar mais visibilidade da importância da mulher em todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, durante o processo das eleições legislativas ocorridas em setembro de 2008, com a vitória maciça de mais de 80% do partido que se encontra no poder há mais de três décadas, tomou-se a decisão de que deveriam cumprir as metas estabelecidas no âmbito da SADC de terem ao menos 30% de mulheres em cargos de poder e decisão, já que estavam em falta com o cumprimento dessa meta.

Este momento passa a ser uma novidade para os angolanos, principalmente para os homens, e também para as próprias mulheres que, devido às condições que sempre lhes foram proporcionadas, pois não estavam acostumadas a dividir cargos desta natureza juntamente com os homens. É um novo aprendizado, é um novo tempo, um novo espaço de lutas e de conquistas nos quais certamente encontrarão parceiros, mas também muitos opositores.

Muitos homens não aceitam que a mulher esteja num nível de decisão, porque eles pensam que só eles é que têm que ter esses lugares, principalmente na sociedade, nos empregos, na política, e deixam sempre

⁶⁵ Documento da 3ª Sessão Ordinária da União Africana realizada em Addis Abeba (Etiópia) em julho de 2004. Disponível em: www.google.com Acesso em: 4 fev. 2010.

as mulheres à parte. Temos aqui a nossa governadora, e muitos estão a dizer: Porque ela é mulher tem que depender dos homens, apesar que ela é a chefe máxima, mas ela tem que depender dos homens, senão o trabalho dela não vai a lugar nenhum. (Tavares, depoimento colhido em agosto de 2009)

Apesar de todo o constrangimento que as mulheres sofrem por ocupar cargos de poder e decisão, pelo simples fato de serem mulheres, e parte dos homens ainda não aceitarem ser dirigido por elas, um contingente considerável de mulheres, para o momento histórico, tem assumido essas frentes de luta, mesmo com todo o risco de encontrarem fortes opositores masculinos.

Tabela 10 – Detentores de cargos políticos, de direção e chefia na Província do Bié

CARGOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Governador Provincial	0	1	1
Vice-governadores	1	1	2
Procurador Provincial	1	0	1
Juiz	1	0	1
Delegados Provinciais	2	0	2
Diretores Provinciais	15	6	21
Administradores Municipais	7	2	9
Administradores Municipais Adjuntos	9	0	9
Procuradores Municipais	4	0	4
Chefes de Departamentos	47	15	62
Chefes de Divisões	5	1	6
Chefes de Repartições	11	1	12
Chefes de Seções	219	56	275
Administradores Comunais	29	1	30
Administradores Comunais Adjuntos	29	1	30
Total Geral	381	93	474

FONTE: Direção Provincial da Administração Pública Emprego e Segurança Social.

1^o semestre – 2009

Como se observa no Quadro 11 e no Gráfico 10 que se segue, mais de 20% dos cargos da função pública estão nas mãos das mulheres, na Província do Bié, constituindo aí um espaço de contradições e lutas. Um espaço profícuo para a construção de alternativas que possam desbravar caminhos novos para uma sociedade mais justa, com maior equilíbrio. Não é uma tarefa fácil, mas com as características de uma fênix é certo que elas atingirão o objetivo.

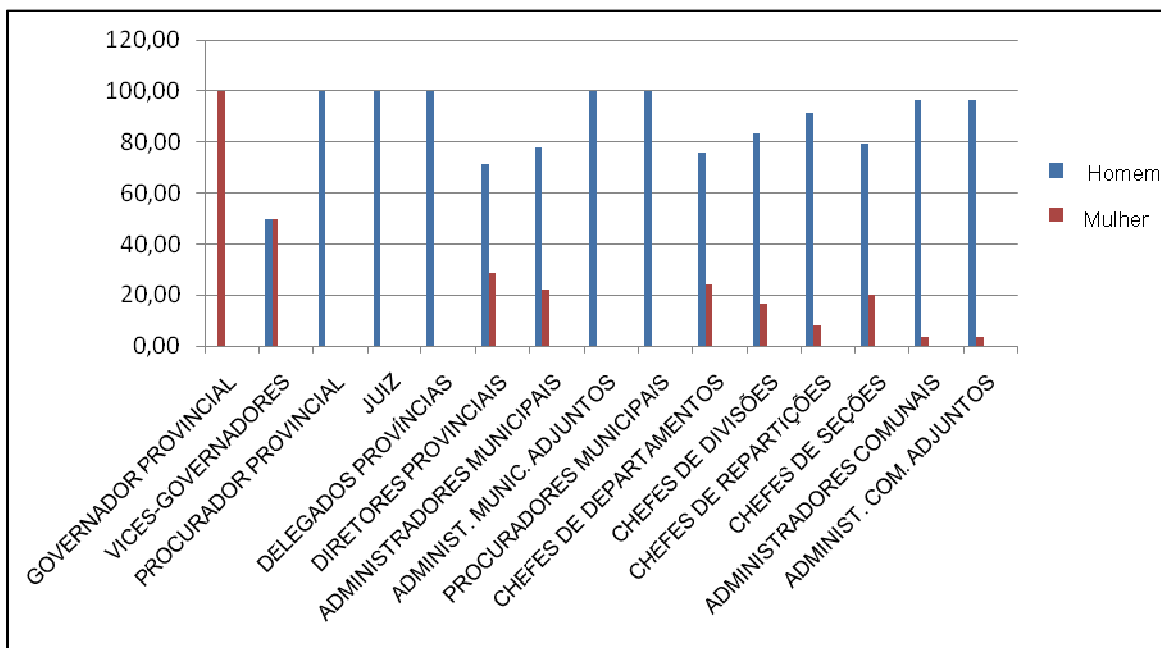


Gráfico 10- Distribuição dos cargos políticos, de direção e chefias, por sexo

Ainda no âmbito da SADC, foi estabelecido um novo acordo com os estados-membros, denominado Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)⁶⁶, sendo que um dos objetivos principais é o reforço das capacidades das mulheres, a fim de promover o seu papel no desenvolvimento socioeconômico. “Os estados africanos estão conscientes de que o sucesso do Nepad só será possível se a igualdade e a equidade no gênero forem uma realidade.”⁶⁷

Assim podemos referenciar que no âmbito desta pesquisa, para se buscar a autonomia das mulheres existem três categorias fundantes que não podemos nos descuidar e que vem freqüentemente nas falas das mulheres, o trabalho, a educação e a participação política.

É pela educação que elas esperam alcançar melhores postos de trabalho e singrar na vida, e é pela participação política, seja nos partidos, nas associações, nas igrejas e em cargos públicos que esperam fazer a evolução da mentalidade, não só das mulheres, mas também a dos homens.

⁶⁶ Para mais detalhes, ver ROQUE, Fátima.

⁶⁷ Documento da 3ª Sessão Ordinária da União Africana realizada em Addis Abeba (Etiopia) em julho de 2004. Disponível em: www.google.com Acesso em 4 fev.2010.

O reconhecimento da importância do papel das mulheres em Angola, especialmente em Kuito poderá tornar-se a mola propulsora que mostrará caminhos que levem a processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, à redução da pobreza, ao equilíbrio nas relações de gênero e a mais autonomia para as mulheres, pois, antagonicamente, em muitas situações, “as mulheres em África são as principais prestadoras dos cuidados básico das populações e têm na maioria das sociedades «voz forte» nas decisões comunitárias e familiares, sendo estas agentes privilegiadas do desenvolvimento” (ROQUE, 2007:120)

Para Casimiro (2000),

a autonomia – como conceito que equaciona a possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, na família, na comunidade, ou sociedade – é considerada uma categoria básica de análise e ação política do movimento de mulheres. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres, no seu processo de procura de melhores condições de vida, para as famílias e as comunidades. A autonomia, no sentido de capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, os homens, as famílias e as comunidades, refere-se e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade, empoderamento (*empowerment*), ou seja, processos de tensão entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo (p. 5-6).

Nesse âmbito, concordamos com Casimiro (2000) de que abordar a questão da autonomia é fundamental na África, em Angola,

porque entra, a maior parte das vezes, em choque com o que é considerado o aspecto central da ‘cultura africana’ – ou seja, a mulher como uma grande mãe, sempre pronta a dar e nunca receber, a trabalhar e sem tempo para descansar. Esta moralidade, baseada no cuidar do outro, é muito influenciada pelos ideais cristãos, reforça-se com as identidades de base entre as mulheres africanas e, ao mesmo que não se trate de mulheres mães, esta maternidade projetou-se como representação da ‘maternidade social’ (p. 6).

Assim, podemos dizer que, no caso das mulheres de Kuito, o caminho que elas conseguem vislumbrar neste momento para a construção de sua autonomia está alicerçado pela necessidade de reconhecimento de que são agentes capazes de ter um papel importante na sociedade, com possibilidades de singrar na vida e

contribuir para o desenvolvimento familiar e social, especialmente por meio do trabalho.

É com o que auferem do trabalho que elas⁶⁸ podem comprar, pagar, construir, decidir o que e como fazer; é pelo trabalho que elas sentem que algo novo está por acontecer, que algo novo está por vir. Que elas podem decidir sobre o futuro da família, dos filhos, e se elas realmente querem ou não continuar com os maridos que tem, sobre si e sobre o seu próprio corpo, sua identidade.

O trabalho traz autonomia porque sei muito bem que estou a trabalhar e no fim do mês tenho o dinheiro na mão. E com o dinheiro também sou alguém, tudo o que preciso tenho através do meu dinheiro, estou a ir comprar e meto na minha casa. – Deolinda

Se houvesse mais empregos para tirar aquelas mulheres que dependem mesmo de seus maridos, eu acho que isso ajudava muito as mulheres, porque é isso que está a fazer com que as mulheres se tornem assim, submissa. (...) Mas se houvesse mais abertura de empregos para as mulheres, sim senhora, nós estaríamos salvas. – Tavares

Vê estas crianças que estão aí, que ficaram; eles trataram do corpo do falecido, eu estou a tratar dos filhos. Eu agora tenho forças para tratar desses filhos e eles vão estudar e qualquer dia serão alguém, me viro e nessas viradas eu pago o estudo deles. – Bela

O trabalho é muitíssimo importante porque uma mulher quando não trabalha e só fica em casa é uma coisa muito fraca. – Maria

Quando a mulher trabalha, ela consegue ser outra, consegue ter o seu orgulho de ser mulher, e fica mesmo ver que afinal ser mulher é uma coisa muito boa porque não é aquela coisa que tendem a passar. Tendiam a passar que a mulher era por natureza mesmo desgraçada. Desgraçada; só o homem tinha sorte, só o homem que tinha dinheiro, só o homem que tinha fortuna. (...) Mas isto quase já não se vê, porque quando uma mulher tem dinheiro, ela própria faz as suas compras, fica mais abastada, fica mais à vontade, e isto é muito bom e em grande medida até reduz a natalidade, porque ela tem que prever, pois tem que atender a parte laboral, alguns cursos, ir para outra localidade, capacitar-se. Os filhos já têm com quem ficar, porque elas já conseguem até dar empregos a outras mulheres, e isto é muito bom, é uma mais-valia. – Gertrudes

Ao tomarmos como categoria de análise a questão da autonomia a partir das falas das mulheres, verificamos claramente que, para elas, autonomia não se refere propriamente a estar completamente livre de toda e qualquer forma de exploração; é a possibilidade de elas poderem decidir sobre a sua própria existência, no sentido mais amplo, no mundo, pois conforme afirma Antunes (2008), com base em Lukács,

⁶⁸ Depoimentos colhidos em agosto de 2009 – Devidamente autorizados pelas autoras.

só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (p. 87)

Aqui neste contexto, a categoria trabalho mostra-se com a finalidade de servir como mediadora na construção das possibilidades de ter autonomia para decidir sobre si, sua vontade inerente de ser humano, de ser social, de ser sujeito com identidade, com capacidades de gerir a cotidianidade da própria vida, e, neste caso, as mulheres de Kuito apropriam-se do trabalho como uma possibilidade de deixarem de ser exploradas e oprimidas em todos os aspectos de suas vidas, que, em geral ,é imposta pelo sistema o qual, em suma, é chefiado pelos opressores, os homens, não que não haja mulheres que em determinados momentos exerçam esse papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas mulheres, ficamos sempre nas quantidades, (...) e nesse momento, nós temos e estamos nos preparando para ser uma qualidade, e criar um equilíbrio aqui no mundo.

(Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

A caminho de tecer as considerações finais desta dissertação, necessário se faz ressaltar que esta pesquisa por si só não exaure o tema a que nos propusemos estudar, mas possibilita a abertura de novos estudos, mais aprofundados, em diferentes temáticas relacionadas com o objeto de estudo desta pesquisa, devido à ampla teia de relações e inter-relações que perpassam pelo assunto abordado. Este é apenas um começo de um longo caminhar que poderá ser trilhado em outra fase de pesquisa.

Abordar o trabalho feminino como uma possibilidade de construção de autonomia, foi e continua sendo um desafio instigante. Conhecer mais de perto a realidade das mulheres bianas e sua relação com o mercado de trabalho fez-me seguir por caminhos que dantes eu nunca havia trilhado, e foi nele que conheci um pouco da realidade das mulheres sujeitos desta pesquisa e, aos poucos, pude elaborar algumas considerações finais que se julgam importantes.

Assim, no âmbito do trabalho, as mulheres de Kuito possuem a ideia clara de que é pelo trabalho que elas realizarão determinadas conquistas seja no âmbito privado das relações familiares seja no âmbito das relações públicas, enquanto sujeitos com identidade, por meio de sua participação nas associações, igrejas, partidos políticos e cargos de poder e decisão.

No âmbito privado, o das relações familiares, as mulheres vivem na opressão e sob exploração que vêm se edificando ao longo de todo o processo histórico angolano e que se firma a partir do patriarcado e ainda é alicerçado por fortes aspectos da cultura presentes ainda hoje no âmbito da sociedade, sem distinção de segmentos ou de classes sociais.

Neste ambiente, as mulheres em geral são vistas como um símbolo da maternidade e de procriação, de cuidadora de seus filhos e dos agregados familiares, do marido e gestora do lar, acumulando ainda a função de provedora de meios para a subsistência básica da família.

As mulheres que começam a buscar alternativas para romper com essa situação ainda não são bem-vistas dentro da sociedade, por não estarem em conformidade com o que está historicamente estabelecido como padrão de bom comportamento social adequado às mulheres e aceite localmente, pois o lugar das mulheres é sempre definido por um papel secundário, reservando aos homens os direitos de serem os protagonistas de toda a história.

No ambiente público, a situação não é diferente, e agrava-se ainda mais, porque a mulheres encontram nesse espaço a possibilidade de disputa de poder, para a sua inserção no mercado de trabalho formal, ou mesmo na economia informal, na participação política e na obtenção de cargos públicos com poder de mando e decisão, onde encontram ainda forte resistência daqueles que naturalmente são os seus companheiros, mas que na labuta diária tornam-se antagonicamente seus opositores.

Contudo, imprescindível se faz considerar que, apesar de todos os contratempos que a história impôs a essas mulheres, elas têm plena consciência, como pudemos verificar nas falas delas próprias, no decorrer desta dissertação, que a superação dessa relação desigual entre mulheres e homens em busca de sua autonomia se fará por meio do acesso ao trabalho, à educação e à participação política.

Neste aspecto é que elas estão travando uma grande luta, já não com as armas, uma luta com letras, pelo acesso à educação digna e com respeito aos direitos humanos mais primordiais enquanto mulher, ao trabalho digno em paridade com os homens, onde elas não sejam discriminadas pela condição biológica de gerir novos seres humanos, novos trabalhadores, e com a participação efetiva no estabelecimento de políticas que venham ao encontro das reais necessidades que elas, mulheres têm, pois já não querem mais ser uma quantidade, mas sim uma qualidade e estabelecer um equilíbrio no mundo.

A vida dessas mulheres trabalhadoras é marcada por muitos aspectos que revelam as diferentes formas de violência a que são submetidas, a violência física, moral, psicológica, de não ter acesso a bens e serviços e de, por vezes, de nem poder chorar o corpo daquele homem, que apesar de opressor, dominador, era pai de seus filhos.

A pesquisa revela, também, que as mulheres, nos momentos de dificuldades, são solidárias, unidas, e juntas buscam alternativas para a solução dos problemas enfrentados. Têm a plena convicção de que vivem em constantes situações de opressão e exploração, reforçadas pelos aspectos culturais transmitidos de geração em geração e que esta situação ainda levará o seu tempo para ser erradicada da sociedade biana, em especial a de Kuito.

É com esta consciência que as mulheres se assumem enquanto sujeitos de história, de transformação, de construção de uma nova sociedade, buscando romper com a hegemonia masculina dominante, e superar as diferenças tão gritantes ali existentes.

Para elas, ter acesso a educação e ampliar os seus conhecimentos, que foram, ao longo da história, agressivamente amputados de suas vidas, é a forma mais apropriada para galgarem novos espaços, adentrarem no mercado de trabalho com melhores qualificações e singrarem na vida.

É por meio de uma boa educação que ponderam a possibilidade de melhor competir no mercado do trabalho, mesmo que restrito, no setor formal, e, por vezes, altamente competitivo, na economia informal, que pensam ser possível auferir rendimentos suficientes que lhes possibilitem gerir suas próprias vidas, seus sentimentos, suas decisões, sua tomada de posição na sociedade que é impregnada pelo modelo patriarcal, reforçada ainda pela cultura local.

Como elas próprias disseram, é nas mãos das mulheres trabalhadoras que se concentra grande parte da economia, especialmente a voltada para a gestão da vida diária, da vida do dia a dia, da vida do lar. É com esses poucos rendimentos que as mulheres estão conseguindo se impor diante das mazelas perpetradas pelas relações dominantes masculinas, e aos poucos libertando-se delas e construindo novas casas, novas vidas.

Ainda fica claro, nesta pesquisa, que os aspectos da cultura em muito influenciam em todos os processos de relações de gênero, tanto no espaço privado como no espaço público. Esse aspecto tem que ser trabalhado urgentemente, pois o que se nota é que, em função das determinações culturais, a mulher obrigatoriamente tem que se subjugar ao homem, e quando isso não acontece, o que prevalece é a separação dos casais e, conseqüentemente, das famílias.

Nesse sentido, também fica claro que o trabalho feminino é uma das formas mais evidentes de se romper com esse tipo de relações impostas culturalmente, pois, por meio do trabalho, a mulher sente-se mais independente, mais autônoma e capaz de decidir por si própria, fato este que, com raras exceções, são aceites pelos maridos ou companheiros, o que influencia também na possibilidade de se formarem novos modelos de famílias, ou seja, aquelas composta pela mulher, filhos e agregados, passando a ser a mulher, a chefe em potencial.

Se, por um lado, a mulher ganha com a possibilidade de gerir por ela e para ela própria os rumos de sua história, de outro, ela passa a enfrentar um nova situação, a de desvalorização de seu estatuto social, tornando assim, esse campo, uma nova área de lutas e de enfrentamento para que tenha o reconhecimento social e o respeito por sua dignidade e pelo direito de tomar em suas mãos a decisão de recomeçar a escrever uma nova história.

A pesquisa também revela que, quanto à inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, há ainda um desafio a ser perseguido, já que o total das mulheres nessa área não chega a 1% do total da população economicamente ativa. Aliado a esse fenômeno, não está tão somente a falta de postos de trabalho no setor público ou privado, mas também os aspectos culturais e a visão que a sociedade local tem do papel da mulher, que a remete a um situação de inferioridade e de discriminação, vendo-a como uma possibilidade de baixar, ou mesmo ser motivo de empecilho no ganho de lucros.

A condição de mulher trabalhadora em Kuito é, sem sombra de dúvida, uma possibilidade de ir-se pouco a pouco, *malembe, malembe*, construindo possibilidades de ruptura, ou de superação das situações de desigualdade que cotidianamente são impostas pela cultura e pelo sistema patriarcal muito presente na sociedade angolana. Contudo, há um longo caminho ainda a percorrer. Um

caminho de muitas lutas, com avanços e retrocessos, com vitórias e derrotas, mas com a certeza de que vale a pena caminhar, vale a pena lutar.

Nestas considerações, cabe-nos também retomar a hipótese que orientou esta pesquisa, quando apontamos que “a condição de trabalhadora das mulheres de Kuito, em Angola, poderá ser o ponto de ruptura, ou de superação da condição de subalternidade, propiciando espaços possíveis na construção de autonomia”. Importante se faz realçar, uma vez mais, o fato de que raramente, nas falas das mulheres sujeitos desta pesquisa, aparece a categoria subalternidade, mas, sim, as situações de desigualdades nas relações de gênero perpassadas pelos aspectos da opressão, exploração, violência e da cultura.

É nesta colcha de retalhos, construída pedaço por pedaço, com diferentes tipos de tecidos e de variadas cores, que vai se constituindo e se consolidando o tecido social angolano, onde as mulheres, por meio do seu trabalho, buscam caminhos possíveis para a construção de sua autonomia.

Como pudemos ouvir no Onjango de cada uma delas, e ver suas palavras retratadas no caminhar desta dissertação, para elas, buscar autonomia é muito mais que disputar poder com os homens, é, acima de tudo, ter o reconhecimento da importância do seu papel na família e na sociedade, enquanto mulher, mãe, esposa e trabalhadora.

Para elas, o caminho a ser trilhado para o alcance dessa autonomia perpassa pelo que chamamos de pequenas estradas, como a reconstrução da vida cotidiana, a luta pela dignidade, singrar na vida, deixar de ser quantidade para ser qualidade, criar equilíbrio no mundo, ocupar lugares de destaque, conquistar o lugar no poder, ter o seu estatuto social reconhecido.

A estrada principal para atingir este objetivo é o acesso ao trabalho, à educação, à participação política, a qual possibilitará, assim, a ruptura ou a superação das relações de opressão/exploração, das tradições culturais locais que exercem um papel negativo nessas relações, possibilitando assim a construção de relações mais igualitárias.

Podemos considerar que, no decorrer desta pesquisa, a hipótese estudada foi comprovada, e apoiada pelas falas das próprias mulheres, que aceitaram realizar uma conversa amena em cada Onjango próprio, e trazer à luz os seus

conhecimentos, as suas experiências cotidianas acumuladas ao longo de tantos anos de história. História esta marcada por diferentes processos de luta por direitos, de guerra, de paz e de reconstrução nacional, que começou a ser escrita, mas que ainda não terminou, que tem ainda um longo caminho a percorrer, novas experiências a serem contadas, novas histórias para serem escritas.

Consideramos que esta pesquisa não se exaure por si só, e, em um momento mais apropriado, cabe um estudo profundo sobre as influências da cultura angolana, que possui as suas origens na tradição Bantu, em todo o processo de construção de relações igualitárias de gênero, com ênfase na construção da autonomia da mulher pelo trabalho e no trabalho.

Através do trabalho e do estudo a mulher consegue ter autonomia porque ela tem autodefesa, já consegue balancear os melhores caminhos para se seguir, já sabe conceber melhor os projetos e poder separar o trigo do joio. Já sabe aquilo que dá para fazer e sair melhor rendimento, e a carreira tem que ser cuidada para não ser prejudicada, então acho que sim, acho que o trabalho traz autonomia para a mulher. (Isabel, depoimento colhido em agosto de 2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN UNION. Relatório da sétima sessão ordinária da comissão de trabalho e dos assuntos sociais da União Africana. Impacto da crise global nos mercados de emprego e trabalho em África, Addis Abeba, Ethiopia, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Ed., 2008.

CABRAL, Maria Alice dos Santos. *O sector informal em Angola: a solidariedade como tradição e estratégia de sobrevivência no mercado da Caponte em Benhuela*. Angola: Aguedense Graf., 2006.

CARVALHO, Paulo de. *Exclusão social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*. Luanda (Angola): Kilombelombe Ed.Ltda, 2008.

CASTEL Robert. *Desigualdade e a questão social*. Trad. Mariângela Belfiore Wanderlei e Cleisa Moreno Maffei Rosa, São Paulo, 1996.

CASIMIRO, Isabel. *Relações de gênero na família e na comunidade em Nampula*. Maputo-Moçambique, 2000.

CHIZIANE, Paulina. (Org.) *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila Ed., 2008. Coleção Memórias, 6.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense Ed., 1987.

COELHO, Virginia Paes. *Visitando a história a partir de memórias femininas: mudanças e permanências na socialização da mulher – 1960 – 1990*. Tese (Doutorado)- Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, propriedade privada e do estado*. 3. ed. reimpr., São Paulo: Centauro Ed. 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler – em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez Ed. 1982.

FREITAS, Taís Viudes de. *Trabalho corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF ed., 2007.

GENERAL Assembly of United Nations. Resolution adopted by the general assembly United Nations Millennium Declaration. New York, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez Ed., 2005.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. Trad. Luiz Vasconcelos. São Paulo: Cortez Ed., 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Cotinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HIRATA, Helena et al. *Mercado de trabalho e gênero: comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2008.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. Olho d'Água Ed., 2004.

KRAMER Heinrich, SPRENGER James. *O martelo das feiticeiras*. In Malleus maleficarum. 8. ed. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. *Emancipação social: um histórico desafio*. Revista Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI. UEPG ed., s.d.

MARX, Karl. *Processo de trabalho e o processo de produzir mais valia*. In O capital (Crítica de Economia Política), Livro 1: O processo de produção capitalista. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa – um instigante desafio*. Veras Ed., 1999.

_____. *Os métodos na pesquisa*. A pesquisa qualitativa. São Paulo. Revista Temporalis, n. 9, São Paulo, 2005.

_____. *Pensar a identidade, eis a tarefa*: um ensaio sobre a identidade profissional do serviço social. PUC-SP Ed. 2005.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples* – cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec Ed., 2000.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha da mulher rural: o mundo da mulher rural e da periferia em cartilha. sd.

MDE - Ministério da Educação de Angola. Relatório das atividades desenvolvidas no gênero, 1999.

MDE - Ministério da Educação de Angola. Diagnóstico sobre a disparidade de gênero nas escolas do ensino primário e do 1º ciclo do ensino secundário em Angola, 2008.

MURARO, Rose Marie. *O martelo das feiticeiras*. In *Malleus maleficarum*. Trad. Paulo Fróes. 1991.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. O trabalho digno e a economia informal – 90ª Resolução da Conferência Internacional do Trabalho, 2002.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. A OIT e a economia informal, Lisboa, 2006.

OXFAM-GB. Relatório de avaliação de necessidades críticas sobre água e saneamento e promoção de saúde pública. Kuito, Angola, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como gênero*. Tradução Projeto história. São Paulo, jun. 2002.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Tradução Projeto História, São Paulo, 1997.

PORTELLI, Alessandro. *Muitas memórias, outras histórias*. “O momento da minha vida”. Funções do tempo na história oral. Olho d’Água Ed., 2000.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: TA Queiroz Ed., 1991.

ROQUE, Fátima Moura. *África, a nepad e o futuro*. Angola: Texto Editores, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias – Intelectuais, arte e meios de comunicação*. Trad. Rubia Prates Goldini, Sérgio Molina, Edusp Ed., 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed., Cortez Ed., 2009.

SHETTY, Salil. *Declaração e objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para os direitos humanos*. Trad. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 2, n. 2, São Paulo.

SIDA – A Profile on Gender Relations. Towards gender equatilty in Angola. SIDA Ed., apr. 2000.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez Ed., 2009.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Sunderman, 2008.

UNO - United Nations Organization. Action for equality, development and peace. THE UNO FOURTH CONFERENCE ON WOMEN. Beijin, 1995.

_____. *Convenção sobre todas as formas de eliminação de discriminação contra as mulheres*. Trad. Secretaria Geral das Nações Unidas, 1979.

_____. *Declaração universal dos direitos humanos*. 1948.

_____. *Unietd nation millennium declaration*. New York, 2000.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. 2.ed., Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Os sujeitos sociais em questão*. Revista Serviços Social & Sociedade, n. 40, Cortez Ed., 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Questão social, desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social*. São Paulo: PUC, 2007. Texto didático.

_____. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez Ed., 1993.

Sites consultados

www.cantadoresdolitoral.com.br. A Rainha Ginga – Memória e Identidade Moçambiqueira, 2007.

www.carlosduarte.ecn.br/apontamentosbailundos. Os Bailundos, 2007.

www.google.com – wikipedia. História de Angola, s.d.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)